

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
UNIOESTE  
CAMPUS DE FOZ DO IGUAÇU  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM SOCIEDADE,  
CULTURA E FRONTEIRAS - MESTRADO E DOUTORADO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS**

**SILVIO BENITEZ**

**DISTORÇÕES E DANOS CAUSADOS PELA MERITOCRACIA NA  
EDUCAÇÃO: A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FOZ DO IGUAÇU E O IDEB**

**FOZ DO IGUAÇU  
2016**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
UNIOESTE  
CAMPUS DE FOZ DO IGUAÇU  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM SOCIEDADE,  
CULTURA E FRONTEIRAS - MESTRADO E DOUTORADO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS**

**DISTORÇÕES E DANOS CAUSADOS PELA MERITOCRACIA NA EDUCAÇÃO:  
A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FOZ DO IGUAÇU E O IDEB**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE para obtenção do título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras, junto ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Sociedade, Cultura e Fronteiras – Nível de Mestrado e Doutorado – Área de Concentração em Sociedade, Cultura e Fronteiras.

Linha de Pesquisa: Trabalho, Política e Sociedade.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvana Aparecida de Souza

**FOZ DO IGUAÇU  
2016  
SILVIO BENITEZ**

**DISTORÇÕES E DANOS CAUSADOS PELA MERITOCRACIA NA EDUCAÇÃO:  
A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FOZ DO IGUAÇU E O IDEB**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Sociedade, Cultura e Fronteiras – Mestrado e Doutorado – Área de Concentração em Sociedade, Cultura e Fronteiras, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – campus Foz do Iguaçu.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvana Aparecida de Souza  
UNIOESTE/Pedagogia  
Presidente e Orientadora

---

Prof. Dr. Samuel Klauck  
UNIOESTE/Pedagogia  
1º Membro Titular

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Teise de Oliveira Guaranha Garcia  
USP/Pedagogia  
2º Membro Titular

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvia Cristina Yannoulas  
UnB/Serviço Social  
1º Membro Suplente

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tamara Cardoso André  
UNIOESTE/Pedagogia  
2º Membro Suplente

**AGRADECIMENTOS**

À Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE – campus Foz do Iguaçu, por oportunizar a todos a continuidade dos estudos acadêmicos através da oferta do curso Pós-Graduação Stricto Sensu - Mestrado e Doutorado - Área concentração: Sociedade, Cultura e Fronteiras.

À coordenadora do Programa de Mestrado Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Denise Rosana da Silva Moraes e equipe administrativa composta pela Sra. Vania Maria da Costa Valle e Sra. Fátima Ruiz de Oliva pela atenção e profissionalismo.

Aos professores do Programa pela dedicação em nos orientar e pelo preparo ao ministrarem às aulas com o aprofundamento e qualidade que o curso exige.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvana Aparecida de Souza, por acreditar no meu projeto de pesquisa e se oferecer para ser a minha orientadora, pelos exemplos de busca de conhecimentos e, principalmente, pelo seu engajamento na luta por uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade, pela orientação sábia e amiga e pela firmeza quando necessário, o que muito me fez crescer no mundo acadêmico, por sua dedicação ao abdicar de férias, finais de semana e feriados para ler e corrigir a dissertação e os artigos segundo o rigor metodológico que o materialismo histórico dialético exige.

Aos colegas mestrandos pelos momentos de busca de conhecimento, pela ajuda mútua, por buscarem todos os mesmos objetivos.

Aos colegas de trabalho por entenderem o motivo de minha ausência ao local de trabalho no período em que estive afastado para realizar esta pesquisa.

À minha família que me incentivou a dar continuidade aos estudos, em especial à minha esposa Maria Aparecida Andrade Benitez, por me acompanhar nas aulas e nas viagens para congressos e seminários devido a minha dificuldade de locomoção causada por uma fratura na perna.

À comunidade escolar da Escola Municipal Jorge Amado que fica localizada na periferia da cidade e composta por uma comunidade carente, meu local de trabalho e onde conheci a verdadeira face de um Brasil que exclui e, principalmente, onde brotou um sentimento de indignação e revolta que me motivou a buscar o conhecimento científico necessário para desvendar o mito de que a elevação no índice de Ideb significa elevação na qualidade da Educação.

“Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo. E examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural...”

*Bertolt Brecht*

BENITEZ, Silvio. **Distorções e danos causados pela meritocracia na educação: a rede municipal de ensino de Foz do Iguaçu e o Ideb.** 2016. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Foz do Iguaçu. Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvana Aparecida de Souza.

## **Resumo**

O objetivo deste texto é fazer uma análise sobre as distorções ou efeitos colaterais e os danos da implantação da meritocracia nas escolas municipais de Foz do Iguaçu, a partir da definição da prioridade na política municipal para o alcance e superação das metas estabelecidas e pactuadas pelo governo federal e pelo governo municipal, para a avaliação realizada por meio de um indicador denominado Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Como fontes utilizou-se os dados oficiais sobre resultado escolar dos alunos da rede municipal de educação de Foz do Iguaçu, obtidos na Secretaria Municipal de Educação desse município, assim como os relatórios decorrentes de uma Comissão Especial do Ideb criada pela Câmara Municipal. Conclui-se que as distorções delimitadas e denunciadas pela análise da autora norte americana Diane Ravitche apresentam também em Foz do Iguaçu, indicando que a utilização dos sistemas de avaliação de larga escala provoca efeitos similares, onde quer que seja implantado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação; Ideb; Meritocracia

BENITEZ, Silvio. **Distortions and damage meritocracy in education: the municipal Foz do Iguaçu education and Ideb**. 2016. Dissertation (Masters in Culture Society and Border) - State University of Western Paraná -UNIOESTE, Foz do Iguaçu. Advisor: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvana Aparecida de Souza.

## **Abstrac**

The purpose of this paper is to analyze the distortions or side effects and damage the implementation of meritocracy in public schools in Foz do Iguaçu, from the priority setting in municipal politics for achieving and exceeding the goals established and agreed by the government federal and municipal government to the assessment performed by an indicator called the Basic education Development Index (Ideb).As sources we used official data on school results of the students in the municipal Foz do Iguaçu education obtained the city Department of Education that municipality, as well as the reports resulting from a special committee of Ideb created by the city council. It follows that the bounded distortion and denounced by the analysis of the US Diane Ravitch author was also present in Foz do Iguaçu, indicating that the use of large-scale assessment systems causes similar effects, wherever it is deployed.

**KEYWORDS:** Education; Ideb; meritocracy

## Lista de Quadros e Gráficos

<b>Quadro 01</b> – Indicador de Desempenho e meta por escola.....	64
<b>Quadro 02</b> - Desempenho dos alunos da rede municipal de Foz do Iguaçu no período de 2005 a 2013.....	66
<b>Gráfico 01</b> – Resultados do Ideb do município de Foz do Iguaçu e as Metas Projetadas pelo Inep no período de 2005 a 2011.....	67
<b>Gráfico 02</b> – Índice de reprovação nas escolas municipais de Foz do Iguaçu no período de 2005 a 2013.....	73



### **Lista de Siglas/abreviaturas**

APP-Sindicato	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná.
APROMEFI	Associação dos Professores e Funcionários Municipais de Foz do Iguaçu
ASSOESTE	Associação Educacional do Oeste do Paraná
BM	Banco Mundial
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDE	Plano de Desenvolvimento Educacional
PDDE	Programa do Dinheiro Direto na Escola
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PMFI	Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu
PNBE	Programa Nacional da Biblioteca Escolar
PNE	Plano Nacional de Educação
PNME	Programa Nacional da Merenda Escolar

PNATE	Programa Nacional do Transporte Escolar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROINFO	Programa Nacional de Informática
PSDB	Partido Social Democrático Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PV	Partido Verde
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SISMUFI	Sindicato dos Servidores Municipais de Foz do Iguaçu
SMED	Secretaria Municipal de Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	19
1.1 O materialismo histórico dialético enquanto enfoque metodológico para pesquisa em Políticas da Educação.....	19
1.2 A crise do capitalismo do século XX e a educação.....	21
1.3As reformas gerencialistas impostas à Educação.....	24
2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO IGUAÇUENSE A PARTIR DA “REDEMOCRATIZAÇÃO” .....	33
2.1 Da “descoberta” até 1930 .....	36
2.2 De 1930 ao fim da ditadura militar .....	40
2.3Os diferentes governos, a partir da “redemocratização”.....	44
2.3.1 Gestão Dobrandino Gustavo da Silva (1986 A 1988).....	46
2.3.2 Gestão Álvaro ApoloniNeuman (1989–1992).....	47
2.3.3 Gestão Dobrandino Gustavo da Silva (1993 a 1996).....	48
2.3.4 Gestão Harry Daijó (1997 a 2000).....	49
2.3.5 Gestão Celso Sâmis da Silva (2001 a 2004) .....	50
2.3.6 Gestão Paulo Mac Donald Ghisi (2005 a 2012).....	53
2.4 Em síntese.....	59
3 DANOS E DISTORÇÕES DA MERITOCRACIA: A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FOZ DO IGUAÇU E O IDEB.....	62
3.1 Danos e “Efeitos colaterais” e as categorias de análise de Ravitch.....	67
3.1.1 Elevação repentina dos escores .....	70
3.1.2 Liberação de fluxo.....	71
3.1.3 Precarização do currículo escolar .....	74
3.1.4 Competição entre escolas públicas .....	76
3.1.5 A desvantagens associadas à pobreza .....	77
3.1.6 Treinamento para as provas .....	79
Considerações finais .....	82
REFERÊNCIAS .....	87
Bibliografias .....	87
Fontes .....	90

## **Introdução**

O início de uma nova gestão no poder público municipal iguaçuense em 2013 é marcado por uma denúncia bombástica na Câmara Municipal de Vereadores: a possível fraude no processo de avaliação do Ideb, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Tal denúncia nos leva a refletir sobre a banalização da educação escolar no sistema capitalista, pois diariamente somos bombardeados pela ideia de que a educação tem um papel decisivo na luta contra a pobreza, no crescimento econômico e na superação da desigualdade social no país, dentre outros fatores. Repetidas vezes atribui-se à educação um papel preponderante para o desenvolvimento individual e social. Sem um cuidado crítico sobre esse conteúdo, é reforçada uma visão de senso comum sobre a escola. Por isso necessário se faz entendermos a influência da ideologia dominante, ou seja, do ideário neoliberal nas políticas públicas voltadas para a educação que, a partir da década de 90, provocou mudanças e incorporou ideias, além de uma nova linguagem (eficiência, produtividade e qualidade total) que é transferida da área empresarial ao meio educacional. Não se trata de um jogo de palavras, trata-se de concepções de educação e de sociedade que refletem o processo de mudanças históricas (sociais, econômicas e políticas).

Analisar as políticas educacionais sob essa perspectiva e, considerando os interesses envolvidos é tarefa difícil, principalmente em época de inserção midiática que reafirma a todo instante as “virtudes” dessa “nova” concepção de sociedade. Porém, é necessário contribuir para desmistificar os “consensos” sobre o que representaria a solução que a economia de mercado, o “gerencialismo” oferece como solução para os problemas da educação, um encaminhamento que tem reafirmado a crença da lógica do mercado como o remédio, pretensamente eficaz, para todos os males da educação. (GENTILI, 2001).

Como forma de enfrentamento dos “fatos fenomênicos ou senso comum” (KOSIK, 1978), optamos pelo enfoque metodológico do materialismo histórico dialético, por meio do qual, a partir de dados empíricos, o real é observado diretamente em sua aparência e indiretamente em sua essência, de modo a possibilitar o entendimento e o desvelamento dos

processos presentes nos fenômenos estudados, distinguindo assim aquilo que é aparente daquilo que é essencial apreender no processo de investigação:

O materialismo histórico – essencialmente um método que procura compreender a história materialística e dialeticamente como ciência – explica as articulações, as passagens, a transformação de umas formações em outras, etc., mas não oferece o mesmo elenco de categorias para explicar todas a um só tempo. O essencial é a diferença essencial. (CARVALHO, 2008, p.164)

Segundo esse enfoque, pretende-se buscar a superação do senso comum e tentar verificar se a implantação da meritocracia, que provavelmente influenciou na elevação dos índices do Ideb das escolas municipais de Foz do Iguaçu, bem como na qualidade da educação, criou distorções que talvez possam ser mais danosas do que o resultado obtido. Para isso, é preciso buscar a essência da questão, que, nem sempre se apresenta de forma explícita. (KOSIK, 1978)

Por meritocracia entende-se

Um sistema ou modelo de hierarquização e premiação baseado nos méritos pessoais de cada indivíduo. A origem etimológica da palavra meritocracia vem do latim *meritum*, que significa “mérito”, unida ao sufixo grego *cracia*, que quer dizer “poder”. Assim, o significado literal de meritocracia seria “poder do mérito”. De acordo com a definição “pura” da meritocracia, o processo de alavancamento profissional e social é uma consequência dos méritos individuais de cada pessoa, ou seja, dos seus esforços e dedicações. As posições hierárquicas estariam condicionadas às pessoas que apresentam os melhores valores educacionais, morais e aptidões técnicas ou profissionais específicas e qualificadas em determinada área. Este termo foi utilizado pela primeira vez por Michael Young, no livro “*Rise of the Meritocracy*” (“Levantar da Meritocracia”, em português), publicado em 1958. (SIGNIFICADOS, 2016, s/p)

Associe-se a esse conceito o fato de que a meritocracia tem sido uma das formas utilizadas na fase toyotista de reestruturação do capitalismo, para remuneração da força de trabalho, pagando por produção. No caso da meritocracia na educação, muitas redes e sistemas de ensino tem se utilizado dessa forma de remuneração para premiar ou punir profissionais que atinjam o índice estabelecido nas diretrizes de determinados governos.

Sobre os efeitos da meritocracia na educação, Freitas assevera:

Os efeitos da *meritocracia*, quando aplicada aos professores ou a escolas, são mais questionáveis ainda. Primeiro, porque penalizam exatamente os melhores professores por considerarem que sua motivação para trabalhar se restringe ao desejo de ganhar mais dinheiro, quando, na verdade, sem descartar este motivador, o que mais move o professor e o próprio desenvolvimento do aluno. Segundo, porque expõem todos os professores a sanções ou aprovações públicas, desmoralizando a categoria. (Ravitch, 2011). Terceiro, porque são aplicados métodos de cálculo para identificar os melhores e os piores professores que são inconsistentes não só ao longo do tempo, como sob várias opções de modelos de análise. E, finalmente, porque os estudos mostram que a meritocracia não tem maiores impactos na melhoria do desempenho dos alunos e acarreta graves consequências para a educação. No Brasil, um raro pronunciamento contra o uso de bônus apareceu na *Folha de S. Paulo* feito por Maria Alice Setubal (2012): “O sistema de bônus cria competição danosa e afasta bons professores dos alunos ruins; a educação não é como o mercado, em que a concorrência pode ser saudável”. (FREITAS, 2012, p. 385)

Para proceder a análise pretendida, utilizamos como fonte de pesquisa os dados oficiais sobre desempenho escolar dos estudantes da rede municipal de Foz do Iguaçu, assim como o Relatório da Comissão do Ideb da Câmara Municipal de Vereadores de Foz do Iguaçu (FOZ DO IGUAÇU, 2013b) e também o Relatório do Presidente da Comissão do Ideb da Câmara Municipal de Vereadores de Foz do Iguaçu (FOZ DO IGUAÇU, 2013c). O primeiro relatório é o documento oficial da comissão e o segundo foi um relatório elaborado pelo Presidente daquela comissão, exatamente por discordar dos resultados do relatório oficial. Deste modo, podemos dizer que nos utilizamos como fonte do Relatório Oficial e do Relatório Paralelo, resultantes da Comissão do Ideb formada na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, sendo que um documento se contrapõe ao outro.

As possíveis distorções provocadas pela implantação da meritocracia na educação foram objeto de denúncia na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu que criou uma Comissão Especial do Ideb, através da Portaria da Presidência nº 072/2013, com a finalidade de promover o estudo e a tomada de posição acerca do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb – como método de avaliação da educação pública prestada no município de Foz do Iguaçu. Fizeram parte dessa comissão os vereadores Dilto Vitorassi, do Partido Verde (PV), como presidente, Nilton Bobato, do Partido Comunista do Brasil (PC do B) como

relator, além do vereador Fernando Duso do PT. Foram ouvidas as professoras Ivone Elizabeth Nieradka, Márcia Bengos Bertagna, Maria Justina da Silva, Dinorá Francisca de Moraes Rocha, Marli Salete da Costa Silva, Maria Bernadete Sidor, Shirlei Ormenese de Carvalho, Ivone Aparecida Müller e Silvana Aparecida de Souza (FOZ DO IGUAÇU, 2013a). O critério utilizado para a escolha das pessoas que foram depor nessa Comissão Especial do Ideb, segundo o presidente da referida Comissão Especial do Ideb, o vereador Dilto Vitorassi, obedeceu a critérios técnicos e políticos, técnicos no sentido de chamar as pessoas envolvidas diretamente com o processo como foi o caso da Professora Ivone Müller, Chefe do Núcleo Regional de Educação que foi responsável por convocar os professores que foram responsáveis em aplicar a prova Brasil no ano de 2009 e político no sentido de que cada uma das partes (Vitorassi e Bobato) também convocou as professoras que defendiam ou que criticavam a forma com que o processo de avaliação do Ideb foi tratado em Foz do Iguaçu.

A escolha da pesquisadora americana Diane Ravitch justifica-se, primeiramente devido ao método adotado nesta pesquisa que é o materialismo histórico dialético, busca-se assim construir uma dialética que desmistifique o que foi amplamente divulgado pela imprensa local e nacional, que o índice do Ideb de Foz do Iguaçu vem acompanhado da melhoria na qualidade da educação, portanto, acreditamos que essa realidade apresenta-se de forma superficial e aparente ou como “pseudoconcreticidade”, procura-se então fazer uma investigação que chegue a essência do objeto pesquisado, e Diane Ravitch faz isso com muita propriedade ao questionar a avaliação em larga escala americana. (Kosik, 1976 p.15)

Como resultado dos levantamentos efetuados, o relatório oficial da Comissão do Ideb concluiu que as denúncias são inconsistentes por falta de provas. No entanto o presidente desta comissão discordou de tal resultado porque “a avaliação do Ideb apresenta incoerência e vulnerabilidade, porém devido a interesses políticos, inclusive de membros da comissão, não foi constatado nenhuma fraude no processo”. (O IGUASSU, 2013, p.06)

Para efetivar a análise, utilizamos as distorções elencadas pela norte-americana Dr.<sup>a</sup> Diane Ravitch e os estudos publicados pelo Prof. Dr. Luiz Carlos de Freitas, pesquisador da Unicamp e ativista contra a forma com que a Avaliação de Larga Escala tem sido implantada no Brasil e, principalmente, sobre os reais objetivos dos reformadores empresariais da

educação. (FREITAS, 2012) A escolha da pesquisadora americana Diane Ravitch justifica-se, primeiramente devido ao método adotado nesta pesquisa que é o materialismo histórico dialético, busca-se assim construir uma dialética que desmistifique o que foi amplamente divulgado pela imprensa local e nacional, que o índice do Ideb de Foz do Iguaçu vem acompanhado da melhoria na qualidade da educação, portanto, acreditamos que essa realidade apresenta-se de forma superficial e aparente ou como “pseudoconcreticidade”, procura-se então fazer uma investigação que chegue a essência do objeto pesquisado, e Diane Ravitch faz isso com muita propriedade ao questionar a avaliação em larga escala americana. (Kosik, 1976 p.15)

Segundo porque Diane Ravitch é americana, país essencialmente capitalista, portanto a prática da privatização é regra para o trato das questões públicas, mesmo assim a autora questiona a privatização das escolas americanas e defende que a “educação pública tem que ocorrer nas escolas públicas” porque “as escolas charters ou escolas privadas americanas se mostraram ineficientes na formação dos alunos”, ou seja, os alunos que estudaram nas instituições privadas não apresentaram melhores resultados do que os alunos das escolas públicas e, em algumas situações, regrediram em suas notas, fato análogo que acreditamos ter ocorrido também em Foz do Iguaçu. (Ravitch, 2011)

Para atingir o objetivo estabelecido efetivou-se o seguinte percurso, o capítulo I é dedicado à fundamentação teórica, primeiramente justificando o método do materialismo histórico dialético enquanto enfoque metodológico para pesquisas em políticas públicas da educação e, na sequência, fazendo uma reflexão sobre a influência da crise capitalista do século XX na educação, como objetivo de buscar a compreensão da totalidade concreta, ou seja, da relação parte-totalidade da política em geral, das políticas econômicas com as políticas públicas na educação, relacionando-as com os princípios aprovados na Conferência de Jomtiem que ocorreu em 1990 na Tailândia e pretendeu dar os rumos para as políticas educacionais dos países que participaram daquele evento.

No capítulo II busca-se inicialmente fazer um resgate histórico da educação em Foz do Iguaçu a partir da fundação do município, com o objetivo de compreender a origem das políticas públicas da educação em Foz do Iguaçu. No entanto, esse resgate histórico será centrado no período correspondente à redemocratização do Brasil, mais especificamente quando da primeira eleição direta para prefeito em 1986 até a gestão do prefeito municipal



no qual a rede municipal de educação alcançou um Ideb elevadíssimo, muito além das metas pactuadas pelo Inep e o governo municipal.

Para isso foi necessário efetuar uma breve descrição das políticas públicas da educação implementadas pelos diferentes gestores municipais e suas respectivas Secretárias de Educação (não houve nenhum homem que tenha assumido a secretaria de educação nesse período). Dada a limitada bibliografia sobre o assunto, construiu-se um histórico sobre a Educação Básica em Foz do Iguaçu a partir de entrevista com as ex-Secretárias da Educação de cada governo, com exceção do governo de Paulo Mac Donald Ghisi, que é que implementou inicialmente a prioridade para o aumento do Ideb como política educacional no município. A não realização da entrevista com as secretárias de educação dos mandatos de Paulo Mac Donald Ghisi se deu por dois motivos: primeiro porque a primeira professora que assumiu o cargo declarou em depoimento a uma comissão que foi criada na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, que ela não chegou a participar das políticas do Ideb efetivadas no município e a segunda pessoa que ocupou a secretaria naquela administração não se encontrava mais residindo em Foz do Iguaçu quando da realização da pesquisa, mas sim em São Paulo, compondo a equipe de cargo de confiança do mandato do prefeito Fernando Haddad. Mas o segundo e principal motivo pelo qual não entrevistamos as secretárias de educação do governo Mac Donald se dá pelo fato de esta ser a gestão mais recente, e sobre a qual existe grande diversidade de fontes para o seu estudo, diferente das gestões anteriores (década de 1980 e 1990, sobre as quais se produziu poucos estudos acadêmicos e nenhum que contemplasse uma certa reconstituição especificamente das políticas educacionais.

No entanto, para não nos ficarmos apenas na versão governamental de cada período, e obedecendo o método do materialismo histórico dialético, definiu-se também ouvir o contraponto do movimento sindical, como forma de construir a dialética. Sendo assim, definiu-se entrevistar a sindicalista e professora municipal Nídia Benitez. A escolha dessa sindicalista em específico se deu pelo fato de que ela é a única dirigente do Sindicato dos Servidores Municipais de Foz do Iguaçu (SISMUFI) que esteve na direção do sindicato nos diferentes governos do período em questão (1986-2012). As perguntas foram direcionadas a fim de levantar o histórico da educação em Foz do Iguaçu e, também, para se ter a compreensão de que a implantação da meritocracia na educação não se deu por acaso, mas

sim foi uma construção histórica ligada através de aspectos sociais, político e econômicos que culminou nesse fato.

O capítulo III é dedicado à investigação sobre os dados e os efeitos do Ideb em Foz do Iguaçu e tem como objetivo procurar elementos que demonstrem se as distorções enunciadas pela norte-americana Diane Ravitch podem servir para explicar os efeitos da meritocracia implantada para obtenção de alto Ideb na rede municipal de educação de Foz do Iguaçu. As fontes foram, portanto, os dados oficiais de desempenho escolar dos estudantes da rede municipal de Foz do Iguaçu, os dois relatórios decorrentes da Comissão do Ideb criada pela Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, bem como as atas das audiências que a Comissão realizou, assim como entrevistas publicadas na imprensa local onde constam depoimentos relevantes sobre o elevado Ideb obtido pela rede municipal da cidade.

Vale ressaltar ainda que o pesquisador é funcionário público municipal desde 1990, lotado na Secretaria Municipal da Educação, mais especificamente na Escola Municipal Jorge Amado, situado num bairro periférico de Foz do Iguaçu denominado de Cidade Nova, a relação do pesquisador com o objeto pesquisado nasce do sentimento de incomodação gerado pela fala do então prefeito Paulo Mac Donald Ghisi e a divulgação pela imprensa local e nacional de que o aumento repentino do Ideb de Foz do Iguaçu significava melhoria na qualidade da Educação, sendo que qualquer membro da comunidade escolar iguaçuense com o mínimo de conhecimento da situação das escolas municipais sabe que não houve um salto na qualidade da Educação na mesma proporção do salto dado nos indicadores do Ideb, surgindo assim a necessidade de se fazer um estudo científico sobre o tema como forma de se elucidar a real situação da educação iguaçuense.

## 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 1.1 O materialismo histórico dialético enquanto enfoque metodológico para pesquisa em Políticas da Educação

Os textos que compõem a presente pesquisa não têm como pressuposto o que os homens pensam ou dizem, ao contrário, o exercício do pensamento, aqui, se coloca para entender que as ideias são produtos da existência dos homens, ou seja, encontram-se ligadas à produção da vida material humana. Nesse sentido, segundo o conhecido texto *A Ideologia Alemã* “não é a consciência que determina a vida, senão a vida é que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 2002, p.20).

A partir do dado empírico, o real é observado pelo sujeito diretamente em sua aparência e indiretamente em sua essência, de modo a possibilitar o entendimento e o desvelamento dos processos presentes nos fenômenos estudados, distinguindo assim aquilo que é aparente daquilo que é essencial apreender no processo de investigação:

O materialismo histórico – essencialmente um método que procura compreender a história materialística e dialeticamente como ciência – explica as articulações, as passagens, a transformação de umas formações em outras, etc., mas não oferece o mesmo elenco de categorias para explicar todas a um só tempo. O essencial é a diferença essencial. (CARVALHO, 2008, p.164)

Podemos sintetizar uma definição sobre o materialismo histórico-dialético segundo os estudos de Gomide (2014, p.126-127):

O materialismo histórico-dialético foi criado por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), é um enfoque teórico, metodológico e analítico para compreender a dinâmica e as grandes transformações da história e das sociedades humanas. Conceitualmente, o termo materialismo diz respeito à condição material da existência humana, o termo histórico parte do entendimento de que a compreensão da existência humana implica na apreensão de seus condicionantes históricos, e o termo dialético tem como pressuposto o movimento da contradição produzida na própria história.

E ainda, o materialismo histórico-dialético nos oferece algumas categorias de análise crítica que nos permite compreender o movimento do real. Segundo Carvalho (2008), uma das categorias mais fundamentais no processo de produção dialética do conhecimento é a *totalidade*. Num escrito elaborado na década de 1940, Luckács (1967) assim a definia:

A categoria de totalidade significa [...], de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas. (CARVALHO, 2008, p. 51 *apud* LUCKÁCS, 1967, p.240)

A compreensão da categoria totalidade concreta em contraposição à totalidade caótica, vazia, é imprescindível para entendermos a interdisciplinaridade como necessidade imperativa na construção do conhecimento social. A totalidade concreta, como nos adverte Kosik (1978), não é tudo e nem é a busca do princípio fundador de tudo. Investigar dentro da concepção da totalidade concreta significa buscar explicitar, de um objeto de pesquisa delimitado, as múltiplas determinações e mediações históricas que o constitui. A historicidade dos fatos sociais consiste fundamentalmente na explicitação da multiplicidade de determinações fundamentais e secundárias que os produzem.

Considerando que a educação, enquanto prática social, é resultante das determinações econômicas, sociais e políticas, atuando na reprodução da ideologia dominante, como também reproduzindo as contradições que dinamizam as mudanças e possibilitam novas formações sociais, a análise das políticas educacionais deve estar associada a um processo de produção de um conhecimento efetivamente transformador e politicamente engajado, lembrando que, para Marx, o conhecimento teórico é necessariamente conhecimento político. A proposta do materialismo histórico-dialético contempla esta apropriação crítica e interveniente do processo histórico para a compreensão do fenômeno no presente no intuito de possibilitar um conhecimento cíclico, em processo de evolução, que rebata os trabalhos meramente confirmatórios, politicamente inofensivos e ideologicamente difusos. (TAMBARA, 2000)

## 1.2 A crise do capitalismo do século XX e a educação

Com o avanço das concepções neoliberais e gerencialistas no processo de definição de políticas educacionais, sobretudo a partir da década de 1990, a utilização do materialismo histórico dialético apresenta-se como um enfoque metodológico que muito pode contribuir para o desenvolvimento de pesquisas neste campo de investigação.

Partindo desse pressuposto, torna-se um condicionante articular a reflexão sobre as reformas ocorridas na educação, nas últimas décadas, com as condições históricas mundiais e nacionais nas quais as mesmas emergiram.

O cenário político-econômico mundial pós-década de 1990, foi marcado por mudanças nas configurações dos Estados, em resposta a sua crise estrutural, expressa em sucessivas crises econômicas, financeiras e sociais, segundo Anderson (1995, p. 09) “[...] uma reação teórica e política veemente contra o estado intervencionista e de bem estar.” A amplitude da crise do capital é tal que “[...] afeta em profundidade todas as instituições do Estado e os métodos organizacionais correspondentes” e acompanhando essa crise vem a crise política em geral. (MÉSZAROS, 2002, p.106-107)

No contexto da crise capitalista, o Estado irá configurar seus mecanismos de modo pertinente a debelar as situações de desequilíbrio. A sua interferência configura-se “[...] através do controle monetário e do refinanciamento das dívidas”, fatores que poderiam evitar a “[...] eclosão de reversões descontroladas, atenuando de maneira decisiva a intensidade das crises”. (MAZZUCCHELI, 1985, p.116-117)

A superação da crise mundial ocorreu com uma nova configuração e uma nova dinâmica da produção e da acumulação do capital, advinda da reestruturação capitalista, da internacionalização e da globalização da economia, influenciada pelo neoliberalismo. Sobre o modelo neoliberal, Draibe (1993) afirma:

[...] emprestado do pensamento liberal ou de conservadores e quase se reduzem a afirmação genérica da liberdade e da primazia do Mercado sobre o Estado, do individual sobre o coletivo E derivadamente, do Estado Mínimo, entendido como aquele que não intervém no livre jogo dos agentes econômicos [...] Antes um discurso e um conjunto de regras práticas de

ação (ou recomendações), particularmente referidas a governos e a reformas do Estado e das políticas [...] sistema de receitas práticas para gestão pública (DRAIBE, 1993, p.88).

Referindo-se ao contexto em foco, Mézaros (2002) define como um estágio histórico do desenvolvimento transnacional do capital, uma nova fase do imperialismo hegemônico global. Chesnais (1997, p.20) designa o novo regime de acumulação como o regime de acumulação mundial predominantemente financeiro, e também regime de acumulação financeirizada. Na perspectiva deste autor, a mundialização do capital deve ser entendida como mais do que sua fase da internacionalização do capital, já que se constituiu, antes de tudo, em um modo específico de funcionamento do capitalismo mundial. É expressão de uma nova configuração do capitalismo, de “[...] uma economia explicitamente orientada para os objetivos de rentabilidade e de competitividade, e nas quais somente as demandas monetárias solventes são reconhecidas” (CHESNAIS, 2001, p. 07). Trata-se de um processo que conferiu grande mobilidade ao capital, possibilitando “[...] soltar a maioria dos freios e anteparos que comprimiram e canalizaram sua atividade nos países industrializados” (CHESNAIS, 2001, p.10). Em suas palavras, “[...] deixando-o por sua conta, operando sem nenhuma rédea, o capitalismo produz a polarização da riqueza em um pólo social, (que também é espacial) e no outro pólo, a polarização da pobreza e da miséria mais desumana” (CHESNAIS, 2001, p.13).

O ajuste estrutural, efetivado nos países endividados perante o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) foi (e ainda é) uma das principais formas contemporâneas de pressão econômica aos países periféricos, exercida pelos países centrais. Com a aplicação do programa e ajuste estrutural ocorreu o aumento da internacionalização da política macroeconômica, coordenada e controlada pelas duas agências financeiras, as quais, por sua vez, atuaram (e atuam) em prol dos interesses financeiros e políticos de países e grupos poderosos. (TOUSSAINT, 2002)

A denominada “cooperação internacional” estabelece uma relação desigual entre os países “periféricos” e os países centrais. No contexto da mundialização financeirizada do capital, tendeu a aumentar a situação de pobreza mundial, sobretudo nos países endividados. Propalando realizar a cooperação técnica e financeira, agências financeiras e especializadas

integrantes do Sistema das Nações Unidas (ONU) ajustaram suas políticas de combate à pobreza. Tal é o caso das agências definidas como de cunho humanitário – agências “sensíveis ao social” de acordo com Coraggio (2000) – como Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura (Unesco).

Em conformidade com Netto e Braz (2006), a produção capitalista não significa tão somente produção e reprodução de mercadorias e de mais valia; é também a contínua produção e reprodução das relações sociais que engendram essas condições. A ideologia neoliberal engloba “uma concepção de homem (considerado atomisticamente como possessivo, competitivo e calculista), uma concepção de sociedade (tomada como agregado fortuito, meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados)”, ambas fundadas “[...] na idéia natural e necessária da desigualdade entre os homens e uma noção rasteira da liberdade (vista como função da liberdade de mercado)”. (NETTO; BRAZ, 2006, p. 226).

No Brasil, passados os anos 1980, o chamado período de democratização do país veio acompanhado da “cartilha” do Consenso de Washington e do avanço do neoliberalismo. O Consenso de Washington teve o papel de orientar o processo de adequação dos países periféricos às exigências do capital internacional, recomendando disciplina fiscal, priorização nos gastos do setor público, ampla reforma tributária, liberalização comercial e financeira, além da privatização de empresas estatais e desregulamentação na legislação trabalhista.

No Brasil, na gestão então presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o FHC, a crise foi interpretada como resultante de um Estado grande e forte, que asfixiava o mercado. Em oposição a esse modelo objetivou-se a sua reorganização; tornando-o alegadamente mais eficiente, eficaz e moderno. Disseminou-se a crença na necessidade da reforma pautada nas bases de sua ineficiência e a busca da governabilidade. “Os ensaios acadêmicos e a mídia martelavam diariamente e logo todos repetem, como se fossem tópicos ou conceitos indiscutíveis de uma ‘agenda política’ comum e consensual.” (FIORI, 1997, p. 34) Assim, se construíram os alicerces de um consenso reformista, cujas bases do chamado “núcleo duro da estratégica liberal-conservadora”, como ressalta Fiori (1997), impõem à sociedade “as reformas estruturais e a governabilidade”.

O neoliberalismo forneceu a sustentação necessária às práticas político-econômicas regidas por influências de países hegemônicos e por seus agentes internacionais, com a participação e o consentimento de autores e atores nacionais.

### **1.3As reformas gerencialistas impostas à Educação**

Segundo Gentili (2001), é possível compreender as prerrogativas do Consenso de Washington educacional a partir do entendimento de algumas questões fundamentais que perpassaram as críticas e as propostas oriundas dos organismos multilaterais: o entendimento do pensamento neoliberal de que a crise na educação era resultante da atuação do estado e da sociedade civil, bem como a recomendação dos organismos internacionais – como o Banco Mundial e a Unesco – como instituições competentes para assessorar os estados na elaboração das estratégias para a superação da crise diagnosticada.

Neste sentido, a crise na educação passa a ser entendida do ponto de vista empresarial. Entendendo-se que a crise seja decorrente da ineficácia, da improdutividade, alega-se que a expansão dos serviços educacionais na América Latina não teria sido acompanhada por uma reelaboração dos princípios gerenciais das políticas educacionais. Por essa lógica, o entendimento é que a crise decorre do fato dos sistemas educacionais não se estruturarem como mercados escolares, pautados no “necessário sistema de prêmios e castigos que recompensa ou pune as ações e decisões individuais; em suma, um sistema em que os ‘melhores’ triunfam e os ‘piores’ fracassam” (GENTILI, 2001, p.20).

A partir desse diagnóstico fica evidente que o neoliberalismo atribui a culpa do fracasso dos sistemas educacionais latino-americanos ao gerenciamento falho por parte dos estados. Ainda nessa perspectiva, o Estado de bem estar social teria gerado no meio social, uma cultura de dependência, de negação dos esforços individuais e,

Perdendo-se o componente cultural que dá sustento à competição e ao êxito ou fracasso fundados em critérios meritocráticos, perde-se inexoravelmente – dizem eles – a ética individualista que reconhece o valor do esforço, da tarefa árdua e constante, do amor ao dinheiro e ao progresso material, a admiração aos vencedores, a satisfação espiritual e material de ser um



vencedor na vida [...] As sociedades latino-americanas não cultivaram, aparentemente, esse tipo de princípios éticos (GENTILI, 2001, p.21)

A educação na década de 1990 foi um dos grandes centros das reformas, que se fortaleceu a partir da disseminação de um documento base que tomou uma dimensão internacional, resultante de inúmeras conferências. A Declaração Mundial de Educação para Todos expressou as concepções educativas deste século, enfatizou a Educação e deu as coordenadas para as reformas que se efetivaram, cujo foco central esteve na formação do “novo homem” para o século XXI em uma íntima relação com o desenvolvimento econômico. O Brasil foi signatário desse documento ao participar, em março de 1990, da Conferência de Educação para Todos, ocorrida em Jomtien, na Tailândia. (UNESCO, 1991)

Os novos delineamentos relativos à administração no campo empresarial, como enuncia Castro (2008 p.390), “[...] forneceram as bases para modelo de gestão educacional formulado no âmbito das diretrizes políticas da educação para os países da América Latina”. Os argumentos que sustentaram a necessidade de reestruturação e de implementação das novas formas gerenciais estiveram pautados na compreensão de que se deveriam superar os “[...] paradigmas centralizadores de gestão, incorporando-se a noção de modernidade” (CASTRO, 2008, p.391). A nova base de referências administrativas influenciou diretamente os planos educacionais e, conseqüentemente os modelos de gestão e os diferentes planos formulados nesse contexto. A educação passou a ser um dos focos da reestruturação, da adequação às novas demandas formativas. O ajustamento da gestão escolar ocorreu sob as tendências gerais do capitalismo contemporâneo.

Apesar de controverso, nesse novo modelo de gestão, a ênfase especial recaiu na reorganização das funções administrativas e de gestão da escola, pautada na descentralização administrativa, na maior autonomia das unidades escolares, bem como em um estímulo a uma maior participação muito específica dos sujeitos envolvidos no processo educacional: na execução de tarefas previamente definidas por outrem e que, em geral, estão ligadas à manutenção físico-financeira da escola. O controle se manteve por meio dos órgãos centralizados, ocorridos pelas formas de acompanhamento via avaliação dos resultados, na

definição dos padrões de funcionamento das unidades escolares. Sobre essa questão, Castro (2008, p.392) enuncia.

A ênfase nos resultados e nos indicadores de desempenho constituiu um fator crucial de modernização de gestão educativa [...] Em todo o setor público passa-se a admitir o modelo de gestão descentralizado, com participação dos usuários/clientes, que vão influenciar a formulação de propostas para o desenvolvimento da gestão educacional.

Nesse processo, a concepção de modernização da gestão de caráter gerencial foi introduzida ao âmbito das reformas educacionais como estratégia fundamental de garantia de sucesso.

Para essa lógica de mercado aplicada a educação Souza e Oliveira (2003, p. 873) denomina de “quase mercado”, ou seja, uma alternativa de gestão que supera a dicotomia gestão pública “estatal-centralizada-burocrática-ineficiente” de um lado e o “mercado-concorrencial-perfeito” da iniciativa privada de outro lado, cuja ênfase é posta nos resultados ou produtos dos sistemas educativos. No entanto a crítica é no uso que se faz dos resultados, qual seja, a produção de classificações que apóiam a hierarquização de unidades federadas, de instituições ou de alunos. Em síntese

O recurso ao conceito de quase-mercado para interpretar as modificações em curso na educação pública permite-nos compreender a aplicação, na gestão dos sistemas educacionais, dos princípios e valores da iniciativa privada, que trazem consigo um projeto de sociedade que certamente não contém a utopia da transformação. Sem dúvida, a avaliação é um processo capaz de direcionar projetos e ações e o que se evidencia com as práticas em curso é a perspectiva de reprodução e intensificação das desigualdades educacionais e sociais. (SOUZA; OLIVEIRA, 2003, p. 890)

Fica evidenciado, através desses autores, que a aplicação da lógica de “quase mercado” na educação simplesmente reproduz o sistema vigente e que gera a desigualdade social e não traz consigo a utopia da transformação, necessária na construção de uma educação que vise a construção de uma sociedade mais justa.

No Brasil, essa adequação ocorreu de forma bastante peculiar, aderiu-se às novas exigências administrativas em um contexto de interesses antagônicos, marcados por tensões

e disputas políticas. O conjunto dos Planos, Diretrizes e Parâmetros que fundamentam a legislação da Educação Básica no Brasil (Plano Decenal de Educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), o Plano Nacional de Educação e o Plano de Desenvolvimento de Educação, o PDE), atenderam as novas orientações e buscaram dar legitimidade às reformas empreendidas ao longo da década de noventa, como se pode ver a seguir.

O Plano Decenal de 1993-2003, aprovado em 1993, teve por base a Declaração de Jomtien e visava dar rumos políticos ao acordo firmado com as agências internacionais. Representou a retomada do compromisso de elaborar um plano para concretizar suas metas e encontrou condições amplamente favoráveis. O plano assume a dimensão de um “Conjunto de diretrizes de políticas em processo contínuo de atualização e negociação, cujo horizonte deverá coincidir com a reconstrução do sistema nacional de educação básica” (BRASIL, 1993, p. 15).

Nesse âmbito, a consulta e a participação de empresários, bem como a difusão de princípios que regem os negócios no capitalismo, foram consideradas prioritárias para a superação da crise. (CASTRO, 2008)

De acordo com Saviani (1999) embora o plano se proponha ao esforço de articular as três esferas de governo diante do enfrentamento dos problemas educacionais, isso não se concretizou fixando-se apenas na esfera federal, sendo apenas um documento para atender às exigências internacionais em troca dos financiamentos. Sobre essa intenção assevera o autor,

Em verdade, ao que parece o mencionado plano foi formulado mais em função do objeto pragmático de atender a condições internacionais de obtenção de financiamento para a educação, em especial aquele de algum modo ligado ao Banco Mundial. (SAVIANI, 1999, p. 80)

Além do Plano Decenal que justifica a política reformista adotada, também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional 9394/96 (BRASIL, 1996), veio a corroborar com a política “imposta pelo neoliberalismo na Educação”. Dada sob um forte embate político e

interesses privados, “essa LDB esteve em sintonia com as orientações políticas dominantes, caracterizando-se como um documento abrangente que abriu espaço para várias interpretações”. (SAVIANI, 1999, p.81)

O Plano Nacional de Educação aprovado em 2001 foi resultado das lutas empreendidas e das disputas frente à proposição de dois projetos de escola e de “projetos conflitantes do país (VALENTE; ROMANO, 2002). Como pontuam os autores, o Plano Nacional aprovado não expressou as reivindicações e os anseios da população, “[...] o PNE, como lei de conjunto não contempla as propostas e reivindicações dos setores democráticos e populares da sociedade. “Ele é uma espécie de salvo conduto para que o governo continue implementando a política que vinha praticando”. (VALENTE; ROMANO, 2002, p.106).

Assinalamos que as discussões que ocorreram no conjunto dos debates, refletidas nos encontros preparatórios do Plano Nacional de Educação não foram efetivadas, pois o conjunto de vetos e omissões realizadas pelo presidente FHC tirou do cenário o interesse de um coletivo e desconfigurou o que poderia representar o interesse de muitos. Mesmo com a pressão dos profissionais da educação, o texto votado no Parlamento garantiu algumas medidas e, posteriormente, foi vetado, como atestam Valente e Romano (2002). Acabou sendo aprovado um “não plano”, e esse fato mostra que:

O governo, em seu projeto, assim como em suas ações concretas, trabalha (como trabalha) com a lógica do *ajuste estrutural* imposto pelo FMI. Por isso postula basicamente a manutenção do *status quo*. Ignorando a necessidade de ampliar o dispêndio público em educação [...] (VALENTE; ROMANO, 2002, p.102).

Freitas (2011) denomina as reformas ocorridas na educação nos anos noventa, impostas por interesses de países dominantes e ideologia neoliberal, de neo tecnicistas e que tem como objetivo a Responsabilização, a Meritocracia e a Privatização, preservando os mesmos traços originais do “tecnicismo” descrito por Dermeval Saviani em *Escola e Democracia*, e para quem o tecnicismo como orientação pedagógica:

A partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirado nos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, [...] advoga a reordenação do

processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional”. (...) “... na pedagogia tecnicista (...) é o processo que define o que professores e alunos devem fazer, e assim também quando e como o farão. (SAVIANI, 1986, p. 16-17)

O autor conclui:

Compreende-se, então, que para a pedagogia tecnicista (...) marginalizado será o incompetente (no sentido técnico da palavra), isto é, o ineficiente e improdutivo. A educação estará contribuindo para superar o problema da marginalidade na medida em que formar indivíduos eficientes, portanto, capazes de dar sua parcela de contribuição para o aumento da produtividade da sociedade. Assim, ela estará cumprindo sua função de equalização social. Neste contexto teórico, a equalização social é identificada com equilíbrio do sistema”. (SAVIANI, 1986, p. 16-17).

Dentre essas reformas o governo federal criou o Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, que segundo Freitas (2007), tem origem no programa Nenhuma Criança Fica para Trás, do presidente George W. Bush, implantado nos Estados Unidos na primeira década do século XXI, e “mudou a natureza das escolas públicas pelo país, tornando os escores de testes padronizados a principal forma de medir a qualidade escola.” A ascensão ou queda dos escores em leitura se tornou a variável crítica para julgar os estudantes, professores, diretores e escolas. (RAVITCH, 2011, p. 31)

Segundo o Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, na página O que é Ideb:

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado pelo Inep em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir em um só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios. (BRASIL, 2011)

O Ideb é calculado a partir de dois componentes: taxa de rendimento escolar e as médias de desempenho nos exames padronizados aplicados pelo Inep. Os índices de rendimento escolar são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente pelo Inep. As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil (para Idebs de escolas e municípios) e do Saeb (no caso dos Idebs dos estados e nacional).

A fórmula geral do Ideb é dada por:  $IDEB_{ji} = N_{ji}P_{ji}$ ; em que,  $i$  = ano do exame (Saeb e Prova Brasil) e do Censo Escolar;  $N_{ji}$  = média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, padronizada para um indicador entre 0 e 10, dos alunos da unidade  $j$ , obtida em determinada edição do exame realizado ao final da etapa de ensino;  $P_{ji}$  = indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação, reprovação e abandono da etapa de ensino dos alunos da unidade  $j$ ;

Conforme Nota Técnica 003/2009 do INEP, a partir do Censo de 2007, que passou a coletar dados de cada aluno, individualmente, as duas situações possíveis são situações de movimentação e rendimento, a movimentação pode ser: Transferido, falecido ou admitido e a situação de rendimento que podem ser: Aprovado (APR); Reprovado (RPR); Deixou de Freqüentar a Escola (ABD). (BRASIL, 2009, p.03)

Assim as taxas de rendimento obedeceram à seguinte formulação:

$$\text{Taxa de aprovação} = \frac{\text{APR}}{\text{APR} + \text{RPR} + \text{ABD}} \times 100$$

$$\text{Taxa de Reprovação} = \frac{\text{RPR}}{\text{APR} + \text{RPR} + \text{ABD}} \times 100$$

$$\text{Taxa de Abandono} = \frac{\text{ABD}}{\text{APR} + \text{RPR} + \text{ABD}} \times 100$$

## APR + RPR + ABD

Por fim, para verificar-se a representatividade das taxas, foi calculado um indicador associado, denominado taxa de não-resposta (TNR), em que:

$$\text{Taxa de Não Resposta (TNR)} = \frac{\text{AS}}{n - \text{AT} - \text{AF} + \text{AA}} \times 100$$

O Educacenso, que é a denominação da nova sistemática de coleta de dados sobre as escolas de Educação Básica, ao individualizar a coleta de dados dos alunos, vem contribuindo para a redução das inconsistências existentes na apuração do movimento e do rendimento dos alunos. A principal razão para tanto é a identificação de cada aluno (por meio de um código de identificação – ID – atribuído pelo Inep), que permite acompanhá-lo no sistema educacional, facilitando a análise de seu movimento ou rendimento escolar, bem como a realização de críticas de consistências cruzadas entre as escolas de todo o País, localizando o aluno. (BRASIL, 2009, p. 04)

De acordo com o ex-presidente do Inep, todo o PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação está ancorado justamente na criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira – Ideb, que pondera os resultados do Saeb, da Prova Brasil e dos indicadores de desempenho captados pelo censo escolar. Cria um indicador que varia de zero a dez, desdobrável por estado e por município e por redes de ensino e agora por escola. A partir da construção do Ideb, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) vinculará o repasse de recursos oriundos do Fundo Nacional da Educação (FNDE) à assinatura de compromisso dos gestores municipais com determinadas metas de melhoria dos seus indicadores ao longo de determinado período.

Na prática, percebe-se que um indicador que deveria ser utilizado como avaliação diagnóstica é utilizado para ranquear as escolas públicas, acirrar a competição e cobrar melhores resultados, conforme alerta Freitas (2007):

A estratégia de relacionamento com os municípios é gerencial, estabelecendo uma relação direta com governadores e prefeitos. Segundo Amaury Patrick Gremaud, diretor de Avaliação da Educação Básica do INEP: "O objetivo é usar o sistema de avaliação para prestar conta à sociedade, introduzir a transparência e comprometer as pessoas de um modo geral em busca da melhoria da qualidade de ensino"

Portanto, considerando a natureza do Ideb e a forma como foi implementado, Freitas (2007) conclui que

O IDEB é mais um instrumento regulatório do que um definidor de critérios para uma melhor aplicação dos recursos da União visando alterar indicadores educacionais. O resultado de cada município e de cada estado será (e já está sendo) utilizado para ranquear as redes de ensino, para acirrar a competição e para pressionar, via opinião pública, o alcance de melhores resultados. Ou seja, a função do MEC assumida pelo governo Lula mantém a lógica perversa vigente durante doze anos de FHC. (FREITAS, 2007, p. 03)

Segundo as considerações acima não se pode negar que o Ideb, enquanto uma ferramenta de avaliação apresenta muitos problemas e limitações, que podem estar relacionados com o fato de ser uma avaliação parcial, reducionista, além de vir acompanhado, conforme Freitas (2011), de objetivos ideopolíticos, quais sejam a meritocracia, a responsabilização e a privatização.



## **2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO IGUAÇUENSE A PARTIR DA “REDEMOCRATIZAÇÃO”**

Para se ter um melhor entendimento sobre as políticas públicas da educação implementadas em Foz do Iguaçu, no período pós ditadura militar, faz-se necessário construir alguns conhecimentos teóricos sobre o tema. Souza (2006, p.21) considera “que é importante entender a origem e a ontologia de uma área do conhecimento a fim de melhor compreender seus desdobramentos e suas perspectivas”. Sobre a origem da política pública como área de conhecimento a autora defende que:

A política pública como área de conhecimento e como disciplina acadêmica nasce nos Estados Unidos, de forma diferente da tradição européia que se concentrava mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos. (SOUZA, 2006, p.21)

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública, porém a definição mais conhecida continua sendo: “decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz”. (SOUZA, 2006, p.24) A partir do exposto, a autora resume política pública como o “campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo dessas ações. (SOUZA, p.25) Azevedo (2004, p. 06) considera, de forma similar, que “as políticas públicas representam a materialidade da intervenção do Estado, ou seja, o Estado em ação”.

Faz se necessário ainda conhecer como são definidas algumas atividades que requerem uma avaliação que se faz presente nas etapas de planejamento de políticas e instruções governamentais, que desde então, geram informações e análises para possíveis necessidades de reorientações de ações para alcançar objetivos alcançados. Sendo assim torna-se necessário compreender, definir e saber a diferenciar programa de projeto:

Programa é um conjunto de atividades constituídas para serem realizadas dentro de cronograma e orçamento específico disponíveis para a implementação de políticas, ou para criação de condições que permitam o alcance de metas políticas desejáveis. (SILVA, 2002, p.18)

Projeto é um instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto final que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo. Quando essas operações se realizam de modo contínuo ou permanente, são denominados de Atividades. (GARCIA, 1997, p.6)

Considerando ainda que a implementação de uma política pública é marcada por interesses econômicos, políticos e ideológicos “não é possível captar o significado de uma política educacional sem compreender a lógica global do sistema orgânico do capital”. (CURY, 1986, p.32) Esses interesses econômicos nem sempre se apresentam de forma explícita porque no mundo capitalista o empiricismo ou a “coisa em si” se apresenta de forma superficial, aparente, maquiando a realidade de acordo com seus interesses, é o que Karel Kosik (1976, p. 15) denominou de pseudoconcreticidade,

O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é de duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos.

Considerando que a lógica global do sistema orgânico do capital que, segundo os estudos de Marx e Engels (1986) trata-se da ideologia da classe dominante:

As ideias das classes dominantes, em todas as épocas, são as ideias dominantes: i.e., a classe que é força material governante da sociedade é ao mesmo tempo sua força governante intelectual. A classe que tem a disposição os meios de produção material controla concomitantemente os meios de produção intelectual, de sorte que, por essa razão, geralmente as ideias daqueles que carecem desses meios ficam subordinadas a ela. (MARX e ENGELS, 1986 *apud* FRIGOTTO, 1991, p. 41).

Considerando ainda que a ideologia da classe dominante é a ideologia que atende as suas necessidades, assim o capitalismo se apresenta de forma impositiva e tem na educação

como importante fonte de reprodutora de suas idéias, porém as consequências não são de uma escola que seja realmente para todos:

A educação tem grande importância para o projeto neoliberal, pois legitima a desigualdade (base do sistema econômico capitalista). Partindo do pressuposto de que a educação possibilita aos alunos as mesmas oportunidades, a educação prova que a desigualdade é eticamente justa, por ser uma opção individual. O maior problema é que esse discurso desmonta toda e qualquer possibilidade de construção de um espírito solidário e cooperativo entre as pessoas, acirrando cada vez mais a disputa e a competição, o que contribui para o reforço da ideologia excludente pregada por esse modelo econômico (GIRON, 2008, p.22)

As políticas públicas da Educação de âmbito federal que as escolas iguaçuenses participam são o Programa do dinheiro direto na escola (PDDE), Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo), Programa Nacional do Transporte Escolar (Pnate), Programa Nacional Biblioteca Escolar (PNBE) além do Índice de Desenvolvimento da Educação (Ideb), objeto de nosso estudo.

O pesquisador brasileiro sobre avaliação em larga escala, Prof. Dr. Luiz Carlos de Freitas (2011) considera que as políticas públicas da educação implantadas no Brasil nos últimos vinte anos, como o Ideb, que aparentemente vêm com o discurso de melhoria da qualidade da educação, escondem a sua essência, ou seja, seus reais objetivos que são: a responsabilização, a meritocracia e a privatização, em suas palavras,

Para criar as condições de gerenciamento desta cadeia de responsabilização os resultados de desempenho são associados a bônus individuais ou coletivos, bem como a punições em caso de não cumprimento das metas. Os administradores e demais profissionais envolvidos que cumprem suas metas, incluindo o Secretário de Educação, recebem bônus. Os que não cumprem metas podem ser demitidos, receber bônus diferenciados, ou simplesmente são privados de bônus. As escolas que falham podem ser privatizadas passando a ser administradas por organizações privadas sob contrato – com ou sem fins lucrativos. (FREITAS, 2011, p.16)

Para a compreensão das políticas públicas implementadas pela Secretaria Municipal da Educação e Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu nas últimas décadas foi necessária uma rápida retomada de fatos históricos que ocorreram no município, considerando que a história da educação está diretamente ligada a história política do município.

## **2.1 Da “descoberta” até 1930**

A historiografia oficial que consta no site da prefeitura e nos museus que guardam os fatos históricos contam que a região de Foz do Iguaçu foi “descoberta” pelo homem branco em 1542, pela expedição colonizadora de Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, capitão espanhol guiado por índios guaranis. A expedição partiu da costa de Santa Catarina em direção a Assunção, atravessando este Estado de leste a oeste até o Rio Paraná, tendo então descoberto as Cataratas, que foi batizada com o nome de “Cachoeiras de Santa Maria”. (LIMA, 2010, p.14). Portanto, a história nos mostra que a colonização do município pelos europeus inicia-se por aquilo que se tornou seu maior atrativo turístico e que, mais tarde, ainda se torna fator de influência devido a sua localização estratégica entre dois países.

O nome do município é de origem guarani, podendo ser decomposto, na sua grafia primitiva – ü (água, rio) e wa'su (grande), portanto rio caudaloso. Por estar situado na confluência dos rios Paraná e Iguaçu recebeu o nome de Foz do Iguaçu (MACHADO, 2003, p.13) A história oficial deixa claro sobre a influência da tribo Guarani na formação do município, mas não esclarece quais tribos haviam na região até a chegada do homem branco e, muito menos, quantos índios foram dizimados em nome da “civilização”.

O povoamento regular e definitivo da região por habitantes nacionais, segundo Yokoo (2002, p.35) começou com a instalação da Colônia Militar do Iguaçu em 1888, tendo como objetivo tomar posse da região e conter o domínio dos países vizinhos. No ano de 1889, a população das áreas limítrofes ao rio Paraná totalizava 324 pessoas, sendo: 212 paraguaios, 95 argentinos, 9 brasileiros, 5 franceses, 2 espanhóis e 1 inglês. A função da colônia militar foi de proteger a fronteira, pois esse período era de pós-guerra da Tríplice Aliança.

Em 09 de abril de 1910, a Colônia Militar passou à condição de distrito do município de Guarapuava. Em 14 de março de 1914 foi criado oficialmente o Município de Vila do Iguassu, instalado definitivamente em 10 de junho do mesmo ano. O primeiro prefeito foi o

Coronel Jorge Schimmelpfeng. O nome Foz do Iguassu foi adotado definitivamente em 1918. (LIMA, 2010, p. 17).

Ao tratar da forma com que a educação se caracterizava no período da colonização de Foz do Iguaçu, considerando inicialmente a ausência do poder público e o apreço dos imigrantes pela educação, Ivo Oss Emer (1991) demonstra que as formas de escolarização e as modalidades de práticas de ensino características deste período no Brasil eram: 1. A *instrução sem instituição*, que era de iniciativa do grupo social, mas sem nenhuma regulamentação; 2. A *casa escolar*, construída e mantida pelo grupo social “pioneiro”, também sem regulamentação oficial; 3. A *casa escolar pública* dos núcleos urbanos, criada e mantida pelo Município e; 4. O *grupo escolar*. O autor afirma que em Foz do Iguaçu esta instrução particular e domiciliar era oferecida apenas aos filhos daqueles que ocupavam um cargo mais elevado na Colônia e que até a criação do município de Foz do Iguaçu a instrução particular e domiciliar era a única modalidade educacional que existia na região “pioneira” do oeste do Paraná: “No período de 1889, ano da criação da Colônia Militar, até 1912, ano de sua extinção, não existiu escola ou casa escolar em Foz do Iguaçu”. (EMER, 1991, p.218).

No livro “*Foz do Iguaçu – Retratos*” (1997), publicado pela Prefeitura Municipal, por meio de depoimentos, observa-se que a partir de 1930 ocorreu a vinda de migrantes de várias origens e procedências, principalmente através das empresas colonizadoras. Desde essa época foram chegando novos colonizadores, principalmente os imigrantes europeus, na sua maioria alemães e italianos que asseguravam suas fontes de renda pela produção da erva-mate e do corte da madeira.

A partir de 1930 foram chegando os primeiros agricultores do Rio Grande do Sul, dando início a um novo ciclo de ocupação com a instalação da agricultura na região do extremo oeste paranaense e consequente expansão da fronteira, quando a estrutura fundiária era baseada na pequena propriedade e, muitas vezes, era apenas de subsistência. Nesse período, Foz do Iguaçu vivenciava seus primeiros ciclos econômicos: o primeiro (1891-1930) centrado na exploração da erva-mate e corte predatório da madeira realizado por empresas estrangeiras (argentinas e inglesas); o segundo (1914-1930), com a chegada de colonos alemães, poloneses, eslavos e italianos que desenvolveram um processo rudimentar de agricultura familiar (LIMA, 2010, p. 25). Essa ocupação ficou historicamente conhecida

como a “Marcha para o Oeste”, que buscou defender as áreas de fronteiras criando territórios nacionais.

Outro fato político que marcou muito a região, porém não muito lembrado pela elite local por tratar-se de um movimento de subversão a ordem, foi a estadia dos revolucionários paulistas e gaúchos da Coluna Prestes, que chegaram ao município em 15 de novembro de 1924. Para Perci Lima (2010, p. 25) a escolha do local ocorreu por ser um ponto estratégico e útil caso o grupo revolucionário, movimento conhecido como tenentismo, fosse derrotada e houvesse a necessidade de buscar asilo político nos países vizinhos. O movimento teve início em São Paulo e foi desencadeado pela revolta de jovens oficiais do exército, inconformados com as atitudes políticas tomadas pelos detentores do poder da época. A chegada de revolucionários a Foz do Iguaçu, tais como Luiz Carlos Prestes, Isidoro Dias Lopes, Juarez Távora e outros, causou grande impacto entre a elite iguaçuense que, em grande número, buscou asilo na Argentina. Porém, tanto a tomada quanto a desocupação de Foz do Iguaçu pelos revolucionários, que ocorreu em meados de 1925, foram pacíficas. Este fato foi importante para o município, por projetar seu nome no panorama nacional. (LIMA, 2010, p.113-140).

Nessa época, na região oeste do Paraná, as iniciativas voltadas à educação escolar eram tímidas extensões daquilo que já se praticava em outras localidades: uma educação voltada para as necessidades mínimas do local, que dependia muito mais das iniciativas familiares do que das políticas de Estado.

Nesse período 75% dos brasileiros eram analfabetos, o que atesta a ausência do Estado na educação naquele momento histórico. O tipo de educação fornecida às crianças baseava-se na Pedagogia Tradicional de Johann Friedrich Herbart, que foi predominante durante a Primeira República, pois era de simples aplicação, o que agradava aos professores com pouca formação. (GHIRALDELLI, 2003)

A primeira escola construída em Foz do Iguaçu seguiu o modelo dos grupos escolares. Sendo assim, o Governador Caetano Munhoz da Rocha criou o Grupo Escolar Caetano Munhoz da Rocha que mais tarde passou a chamar-se Grupo Escolar Bartolomeu Mitre. Tal instituição escolar iniciou as atividades em um prédio construído com recursos do Estado, localizando onde hoje se situa a Agência da Receita Estadual, à Rua Barão do Rio Branco, em frente à atual Praça Getúlio Vargas e ao lado do atual prédio dos Correios.

Esse grupo escolar foi instalado em 15 de novembro de 1927 e iniciou suas aulas no dia 15 de janeiro de 1928. Seu primeiro Diretor era o Monsenhor Guilherme Maria Thiletzek e o primeiro corpo docente era composto pelos professores João Worth, José Winks, (ambos padres), Aretuza Reis da Silva, Francisca Vesino Correia e Ottilia Schimmelpfeng. Os primeiros serventes do grupo escolar foram: Noemia Oliveira e Catulinia Moreira, conhecida como Dona Catula, e a primeira turma a ser formada no chamado curso complementar, com duração de seis anos, foram os seguintes alunos: Rui Ferreira, Valdemar Fairtag, Maria Dolores A. Padilha, Agripina Vera, Alberto Rangel Baptista, Rufino Lafuente e Antonio Ayres Aguirre (primeiro cartorário de Foz do Iguaçu). No ano seguinte, em 1929, as professoras Iguassuína Ferreira e Mercedes Braga, foram incorporadas ao corpo docente do grupo escolar, sendo que esta última ainda tem o mérito de ter sido a primeira professora normalista da instituição, no final da década de 1950. (LIMA, 2010 p. 55).

O processo de criação do primeiro Grupo Escolar da mesoregião oeste do Paraná, Grupo Escolar Caetano Munhoz da Rocha, esteve diretamente relacionado aos interesses da classe social hegemônica política e economicamente de Foz do Iguaçu. Para Sbardelotto (2007) quando transformado em público e gratuito, não significa que o Grupo Escolar atendia e beneficiava a classe subalterna. A criação de um Grupo Escolar na região de Foz do Iguaçu veio ao encontro da necessidade da elite local em formar herdeiros que pudessem substituir seus pais nos negócios do comércio ou nas funções dos cargos do governo e, portanto, garantir o poder à minoria que queria manter a hegemonia política e econômica na região de Foz do Iguaçu. No limite, o suposto salto qualitativo da educação no oeste do Paraná, foi destinado apenas a uma parcela da população e, além disso, “[...] significou mais a presença do poder do Estado e uma diluição da relação da sociedade com sua escola, que o Estado a serviço daquela formação social.” (EMER, 1991, p. 241). O termo “daquela formação social” na citação refere-se ao fato de que a escola pública foi implantada para atender aos interesses da elite da época e não da classe menos favorecida.

Não se encontrou registros que tratassem da existência de formação continuada dos professores no município de Foz e é de se imaginar a dificuldade, pois, além de não haver sequer escolas, o deslocamento para formação na capital era bastante difícil, perigoso, caro e demorado.

## 2.2 De 1930 ao fim da ditadura militar

Para Romanelli (1983, p.47), a Revolução de 1930 teve como objetivo principal a implantação definitiva do capitalismo no Brasil. O primeiro governo Vargas (1930-1945) passou por um período instável, que se estendeu de 1930 a 1937 e desembocou em uma ditadura, que durou de 1937 a 1945.

Nesse cenário político se abre o debate sobre os métodos adequados aos procedimentos didático-pedagógicos. Porém, a precária situação da educação brasileira dificulta a sua adaptação às novas teorias que estavam sendo propostas. Ao contrário de outros países como a Rússia, Alemanha, Itália, Bélgica e França, no Brasil essas idéias só foram acolhidas em iniciativas particulares. (LUZURIAGA, 1990).

Após 1932, o movimento pela escola pública ganha maior intensidade, devido à publicação, naquele ano, do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Os signatários do referido documento defendiam uma pedagogia que aproximava a educação das exigências da democracia e das necessidades do processo de industrialização. Nessa perspectiva, defendiam a universalização da escola pública, gratuita e laica como indispensável ao desenvolvimento do país. Outro fato importante é que o Manifesto representava um marco na medida em que trazia para o campo da educação significativas contribuições das ciências sociais. Quanto ao significado histórico de tal avanço, Romanelli (1983, p. 149-150) afirma que:

Ao proclamar a educação como um direito individual que deve ser assegurado a todos, sem distinção de classes e situação econômica; ao afirmar ser dever do Estado assegurá-la, principalmente através da escola pública e gratuita, obrigatória e leiga, e, finalmente, ao opor-se à educação-privilégio, o Manifesto trata da educação como um problema social, o que é um avanço para a época, principalmente se lembrarmos de que a sociologia aplicada à educação era uma ciência nova. Na vida prática, em verdade, a educação não tinha sido, até então, objeto de cogitações, senão de ordem filosófica e estritamente administrativa, no Brasil. Ao proclamar a educação como um problema social, o Manifesto não só estava traçando diretrizes novas para o estudo da educação no Brasil, mas também estava representando uma consciência, por parte dos educadores, até então praticamente inexistente.



O projeto de um sistema público de ensino moderno e de qualidade começa a ter então legitimação e bases científicas. Como destaca Florestan Fernandes (1987, p.42):

[...] as ciências sociais foram o canal que serviu para que os pioneiros da Educação Nova, primeiro, e os educadores que vieram mais tarde tivessem a ambição de expandir a pesquisa biológica, a pesquisa psicológica, a pesquisa sociológica etc., para colocar esses conhecimentos ao alcance de uma escola de maior rendimento.

A teoria da Escola Nova encantou alguns educadores que assumem seu discurso, mas continuam na velha prática, denunciada anos depois por Paulo Freire e outros. Se a teoria da Escola Nova não encontrou terreno fértil para se expandir, o movimento que causou interferiu no processo educativo em todo o país. Para Berger (2010), de um lado, os liberais, através das reformas educacionais nos estados durante a década de 30, produziram uma centralização da educação com o afastamento do professor das decisões sobre as ações educativas. Do outro, os católicos atacam a excessiva liberdade apregoada pela Escola Nova e criticavam os defensores da escola pública.

A perda progressiva da autonomia dos professores fazia parte das estratégias de centralização da responsabilidade sobre a educação, que passou a ser meta no governo Getúlio Vargas, e foi levado a termo por Gustavo Capanema enquanto esteve à frente do Ministério da Educação e Cultura. Traçar as diretrizes a que deveria obedecer à formação física, intelectual e moral da infância e da juventude como atribuição privativa da União. (CORRÊA, 2006, p.65)

Neste mesmo período, uma onda nacionalista investe na educação “para todos” como estratégia para estatização da sociedade e eliminação da ameaça à nacionalidade, especialmente no sul do Brasil, onde se concentravam colonos alemães e italianos. A maior acessibilidade à educação primária e até secundária era, antes de tudo, uma estratégia de comunicação que visava primeiramente à segurança nacional.

As medidas de nacionalização do ensino, levadas a termo pelo exército e com amplo apoio dos brasileiros de direita que então surgiram – os luso brasileiros – incluíram o fechamento – só para citar um exemplo – de 298 escolas particulares alemãs no Estado de Santa Catarina e a criação de 472 novas escolas oficiais, com professoras brasileiras. (CORRÊA, 2006, p.60)

O governo Vargas deixava claro que a educação estava a serviço das estratégias de unificação e segurança nacional. Assim, as escolas prestariam um serviço ao governo, neutralizando a propagação das ideias nazistas, nas colônias alemãs. Nesse sentido, Corrêa (2006) transcreve a fala do presidente Vargas a respeito da utilização das escolas para combater a infiltração nazista no Brasil:

Tendo em vista o problema da infiltração nazista decidimos utilizar escolas como meio de neutralizar as influências do meio social. Resolvemos então criar incentivos especiais para as professoras que concordassem em se deslocar para locais mais distantes, sob maior influência alemã. Oferecendo a elas residência, serviço de saúde e proteção policial, além de salário normal a que tinha direito (...). (CORRÊA, 2006, p.60)

Nesse contexto, na década de 1930, Foz do Iguaçu recebe novos grupos de militares destinados a guarnição da fronteira, e por ter a presença de imigrantes alemães e italiano, a educação na fronteira recebera maior atenção, no sentido de propiciar o controle dos grupos dominantes e identificados com as políticas governamentais. Só em 1947, as irmãs pertencentes à Congregação das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, fundaram o Colégio Vicentino São José. Neste período a Igreja Católica estava em plena campanha contra a escola pública, em todo o país (LIMA, 2001).

Nas décadas de 1930 e 1940, o governo Vargas limita a formação dos professores em escola de normalistas, além das raras faculdades de filosofia. Segundo Berger (2010, p.146), às séries iniciais (1ª a 4ª) se dedicavam professoras com pouca formação (atuavam como professoras até jovens que tinham apenas a 4ª série, grande parte das professoras tinham apenas a 6ª série). Em termos de formação de professores, como de resto no país, havia muitos professores leigos. Em tempos de precariedade de formação inicial, o que pensar da formação continuada? Nesse sentido, não se encontrou qualquer menção à formação continuada ou à organização desses trabalhadores, de alguma forma.

A educação era elitista: enquanto a elite frequentava o curso superior, às camadas populares restavam os cursos técnicos.

Se à elite destinava-se o secundário, curso preparatório ao Ensino Superior, às camadas populares será oferecido os cursos técnicos profissionalizantes, tanto no governo Vargas, como no governo Dutra, e posteriormente como Juscelino Kubitchek. Este retirou verbas das séries iniciais para investir na

preparação de mão de obra para a incipiente indústria brasileira. (BERGER, 2010, p. 146)

Em Foz do Iguaçu, o Grupo Escolar Bartolomeu Mitre sofreu diversas mudanças. Três categorias de ensino passaram a funcionar nas dependências da instituição: o ensino primário, ginásial e normal, equivalente ao Ensino Fundamental e Médio atuais. Em 1951 a instituição passou a abrigar também o Curso Normal Regional de nível ginásial. Em 02 de março de 1952, foi inaugurado o Ginásio Estadual de Foz do Iguaçu, que foi incorporado às novas instalações do Grupo Escolar Bartolomeu Mitre. Em 05 de agosto de 1960, pelo decreto n.º 26950, ato 16, o Ginásio Estadual de Foz do Iguaçu passa a se chamar Ginásio Estadual Monsenhor Guilherme, que começou atendendo o número de sessenta e três alunos matriculados e teve como primeira diretora a professora Aglaél Morgenstern Oliva, que foi aluna normalista da primeira turma que funcionou nas dependências da instituição. Em 1957, o Ginásio Estadual Monsenhor Guilherme abrigou o Curso Normal da Escola Normal do Iguaçu. Em 1969, pelo Decreto n.º 17.781 de 30 de dezembro, foi criado o Ginásio Estadual Dom Manoel Konner, em homenagem a um vigário de Foz do Iguaçu. Pelo Decreto de Designação n.º 22.584, de 05 de março de 1970, o Ginásio começou a funcionar nas dependências do Grupo Escolar Bartolomeu Mitre e, cinco anos depois, iniciou sua primeira turma de Curso Supletivo. (LIMA, 2010, p. 27).

No período 1946-1961, o Brasil passou por relevantes mudanças, de forma que a transição econômica acelerou o processo de industrialização e monopolização da economia. Até o final do governo Vargas, a economia brasileira teve um caráter centralizador pelo Estado, embora promovida com capital estrangeiro. Já o governo Kubitschek foi marcado pela preocupação desenvolvimentista. Em todo caso, o período estende-se de 1946 a 1961 porque representa o coroamento do processo de nacionalização da questão educacional, isto é, da transformação da educação em um campo de ação do Estado nacional. Esse processo foi acompanhado pela afirmação, ainda que não absoluta, do ideário educacional renovador. Assim, a Constituição de 1946 estabelece a exigência de uma visão orgânica e nacional da educação, a qual será estabelecida na LDBEN de 1961 (SAVIANI, 2006, p. 30-39).

Em 31 de março de 1964 instaurou-se no Brasil a ditadura militar, que foi um período de anulação da democracia. Por certo, em Foz do Iguaçu também se sentiu a sua manifestação:

A partir de 1966, o golpe estende suas garras aos colégios. Aqui em Foz, não poderia ser diferente. As matérias que eram de cunho político-social como história, geografia e a recém criada matéria de OSPB – Organização Social e Política Brasileira deveriam ser obrigatoriamente ministradas por militares ou alguém ideologicamente alinhado a eles. Começam a aparecer os primeiros dedos-duros. Eram os olhos e ouvidos do novo regime, geralmente composto por soldados que estudavam no curso noturno e filhos de militares que estudavam nos cursos diurnos, além de professores que, além de ensinar, professavam servilidade total aos militares. E tinha bastante disso aqui. (LIMA, 2010, p. 167)

Além disso, por se tratar de região de fronteira, a vigilância e a presença do Estado de exceção se sentia de forma ainda mais expressiva. A respeito da formação dos professores, apesar da ditadura militar ter criado a Licenciatura Curta, com a qual se estaria habilitado à docência dos anos finais do Ensino Fundamental, com apenas um ano e meio de formação, a região de Foz do Iguaçu contava com nenhuma ou quase nenhuma instituição que formasse tais profissionais, o que agravava ainda mais a situação. A única licenciatura ofertada na cidade era o curso de Letras, na então Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Foz do Iguaçu (FACISA), curso este criado em 1979.

Não se tem notícias de nenhuma atividade de formação continuada de professores, e, em termos de organização dos trabalhadores, sabe-se que o regime militar reprimiu, interveio e colocou na ilegalidade todas as formas de entidades dessa natureza.

### **2.3 Os diferentes governos, a partir da “redemocratização”**

Como se sabe, a ditadura militar no Brasil durou até 1985. A partir desse ano, se inicia o período que se considerou chamar de redemocratização. Para os fins desse texto, usaremos essa expressão sempre entre aspas por considerarmos que a democracia que se seguiu à ditadura militar se constitui muito bem na expressão utilizada pelo presidente militar Ernesto Geisel que iniciou a abertura política, dizendo que a transição para a democracia seria, em suas palavras “lenta, gradual e segura”. Nesse sentido, percebemos que a participação popular tem se restringido ao voto, e que o povo não tem espaço de participação efetiva nos diferentes processos decisórios tanto na esfera municipal, estadual e federal. Ao contrário, os

movimentos em prol dos direitos sociais são cada vez mais reprimidos com violência pela força policial e criminalizados pela imprensa parcial a serviço da classe dominante.

Considerando-se as poucas referências sobre a história do ensino fundamental da rede municipal de Foz do Iguaçu, foi necessário realizar entrevistas com as pessoas que estiveram diretamente ligadas à Educação. Para a realização de entrevistas foi necessário fazer um projeto de pesquisa com o tema: *Histórico das políticas públicas da educação implementadas nas escolas municipais de Foz do Iguaçu a partir de 1986*, que tramitou no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e foi aprovado pelo Parecer Consubstanciado nº 1.255.337. A pesquisa foi realizada utilizando-se da técnica de entrevista semiaberta. Foram entrevistadas as ex-secretárias de educação do município de Foz do Iguaçu em cada uma das gestões municipais a partir de 1983. Isso foi necessário devido ao escasso registro dos fatos históricos do período, sobretudo dos fatos educacionais. Para construção do contraponto e melhor análise do depoimento das secretárias municipais, também foi entrevistada a professora Nídia Benitez, professora da rede municipal de educação de Foz do Iguaçu e dirigente sindical que compôs a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Foz do Iguaçu SISMUFI durante todas as gestões estudadas. O roteiro da entrevista, assim como a aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, encontram-se no final desta dissertação, como anexos.

As perguntas realizadas nas entrevistas com as ex Secretárias da Educação tiveram como objetivo, além de levantar o histórico sobre a Educação no Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano, a partir do período da “redemocratização”, também compreender os diversos fatos que levaram o então Prefeito Paulo Mac Donald Ghisi a implantar a meritocracia na Educação, obedecendo sempre o enfoque metodológico do materialismo histórico dialético que “procura entender a história materialista e dialeticamente como ciência, explica as articulações, as passagens, a transformação de umas formações em outras, etc...” (CARVALHO, 2008, p. 164). Dessa forma, entende-se que a atitude do prefeito na questão implantação da meritocracia na Educação no município de Foz do Iguaçu não se explica por si só, é necessário uma análise histórica e dialética para sua compreensão.

### **2.3.1 Gestão Dobrandino Gustavo da Silva (1986 A 1988)**

Eleito em 1985 para mandato de apenas três anos, em função de que essa foi a regra de transição criada no início do período da “redemocratização”, Dobrandino Gustavo da Silva, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) nomeou inicialmente como Secretário da Educação o vice-prefeito e psicólogo Carlos Roberto Campana, nos anos de 1986 e 1987, que depois foi substituído pela professora Ivone Muller, que foi professora da rede municipal e também particular de ensino. Atualmente é Chefe do Núcleo Regional de Ensino de Foz do Iguaçu e região, estrutura de gestão regional da rede estadual de ensino do Paraná.

A política pública implementada na educação dessa época acompanha o processo de “redemocratização” do país, assim, o município aprova do Estatuto do Magistério de Foz do Iguaçu, pela Lei Municipal nº 1.307 de 30 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Funcionários das Escolas Municipais e regulamenta a eleição para Direção das Escolas e também regulamenta os critérios para a escolha de Auxiliares de Supervisão que, segundo esta lei, eram indicados em conjunto pela Secretaria Municipal da Educação e Direção da Escola. (FOZ DO IGUAÇU, 1986). Nesse período parece haver uma forte influência da política municipal nas eleições para diretores de escola devido o período de eleição de diretores coincidir com o período eleitoral para escolha de governadores e prefeitos. Nesse sentido, segundo Daros Junior (2009, p. 235) “O diretor torna-se figura chave de influência política na escola, da mesma forma como havia ocorrido no plano estadual.”

Perguntado por que ou como foi escolhida para o cargo, a professora Ivone Muller disse que a escolha de seu nome se deu de forma natural, substituindo o então vice-prefeito e Secretário Municipal da Educação e Esporte Fábio Campana, que deixou o cargo em 1987. Acrescenta que, como ela já ocupava a função de Departamento de Educação, que era o setor que já atendia grande parte das atividades daquela pasta, sua transposição ao cargo de Secretária se deu quase que naturalmente.

A professora alega que o grande desafio naquele período foi equiparar o salário dos professores com os técnicos da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, porque o salário dos professores era 50% menor do que dos técnicos e a dificuldade se agigantava em função de

que nessa época os recursos eram escassos para construção e reforma de escolas, pois ainda não havia os royalties de Itaipu.

Acerca da formação continuada, afirmou que havia e lembrou que quem realizava os assessoramentos pedagógicos era a Associação Educacional do Oeste do Paraná - ASSOESTE. Lembrou que, além disso, também traziam educadores de renome como foi o caso de Moacir Gadotti.

A professora considera que os professores e a comunidade escolar participavam ativamente na execução das políticas públicas, “inclusive a comunidade ajudava na reforma e construção de escolas que era o maior desafio porque os recursos eram escassos, mas nós procuramos aproximar a comunidade e professores sim, até porque saíamos de uma ditadura militar e os professores ainda tinham muito receio de expor.” (MULLER, 2016, s/p)

Sobre a relação com os trabalhadores, afirmou que “o relacionamento com o prefeito sempre foi muito aberto e eles eram representados pela Associação dos Professores do Município de Foz do Iguaçu – APROMEFI, que fazia a negociação referente a reposição salarial.” (MULLER, 2016, s/p)

### **2.3.2 Gestão Álvaro Apoloni Neuman (1989–1992)**

Considerando que na época não havia ainda no Brasil a possibilidade legal da reeleição, o então prefeito Dobrandino lançou como candidato a sua sucessão o engenheiro Álvaro Apoloni Neuman, que havia sido Secretário de Obras no mandato de Dobrandino. Representando, portanto, a continuidade com o governo anterior, a professora Ivone Muller foi reconduzida ao cargo de Secretária Municipal da Educação de Foz do Iguaçu, ainda que, durante o mandato, Dobrandino e Álvaro Neuman tenham rompido as relações políticas que os ligavam, indo Álvaro para o Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB).

Sobre esse período, a professora Ivone Muller alega que o desafio dessa época era regularizar a situação dos professores, pois a Constituição Federal de 1988 havia sido aprovada e definia que o acesso ao serviço público deveria se dar obrigatoriamente por concurso de provas e títulos. Por isso foi realizado um concurso público. Ela relata que havia mais ou menos trinta unidades escolares, e que foram construídas em torno de cem salas de aula.

Com relação a formação continuada, ela alega que se seguiu com palestras com pessoas de renome e com a parceria com a Associação Educacional do Oeste do Paraná - ASSOESTE. Relata também que nessa época já havia sido criado o Sindicatos dos Servidores Municipais, o SISMUFI. (MÜLLER, 2016, s/p)

A Professora Nídia Benitez, afirma em seu depoimento que o prefeito Álvaro Neuman era muito autoritário, pois no início das atividades do Sindicato ele demitiu os diretores e depois foi obrigado a readmitir, e ainda lembra que houve uma greve que durou dezessete dias, uma das maiores greves organizadas pelo SISMUFI, que teve como consequência o desconto dos dias parados. Porém, relata a professora que depois a prefeitura foi obrigada, judicialmente, a devolver o valor do desconto indevido. Conclui que essa greve também trouxe ao movimento sindical o respeito ao movimento sindical por parte dos prefeitos que viriam na sequência. (BENITEZ, 2016, s/p).

### **2.3.3 Gestão Dobrandino Gustavo da Silva (1993 a 1996)**

Agora como oposição ao prefeito Álvaro Neuman, Dobrandino Gustavo da Silva se elegeu para um segundo mandato na Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. A Secretária Municipal da Educação foi a professora municipal Leonilda Maria Tomiello Grison, que ocupava a função de diretora de uma das escolas municipais.

Na entrevista ela enfatiza que não era filiada a nenhum partido político e que o convite para assumir a secretaria da educação se deu em função do seu desempenho como diretora da Escola Monteiro Lobato.

A professora disse que os maiores problemas que enfrentou naquele mandato foram relativos à infraestrutura, pois em muitos bairros não tinha escola e onde havia, funcionavam naquilo que se convencionou chamar de “terceiro período” ou “período intermediário”, que se trata de uma organização dos tempos e do espaço escolar que abrigue três turnos de aula, ficando um deles no horário de almoço e comprimindo os intervalos. Esse sistema causa inúmeras dificuldades e prejuízos aos estudantes e trabalhadores, visto que é preciso aumentar um turno de merenda, de limpeza das salas de aula e os alunos que estudam no



turno do meio tem dificuldades de todo tipo, mas sobre tudo, de que muitos deles ficam em casa sozinhos até o horário do início do turno, que, em geral, ocorre às 11 horas da manhã.

A professora alega também que faltava novas cozinhas, professores, e não havia ainda uma proposta pedagógica municipal, que foi portanto implantada naquele mandato. Conta que foi dado reposição salarial, pois os salários estavam muito defasados. A professora disse que havia formação continuada, por meio de palestras com pessoas renomadas, seminários, trocas de experiência e oficinas pedagógicas.

Leonilda Grison lembrou que o MEC enviava os livros didáticos a cada quatro anos, porém, que os professores não participavam da escolha desse material. Por isso, na gestão do prefeito Dobrandino foi implantado uma proposta pedagógica interdisciplinar que continha capacitação bimestral para os professores municipais e distribuição de livro didático para o professor e livro consumível para o aluno, inclusive para a pré-escola, educação de jovens e adultos, que eram fornecidos pela Editora Módulo, em conjunto com o assessoramento pedagógico bimestral aos professores. Esse material foi produzido especificamente para Foz do Iguaçu, contendo inclusive a história do município.

Questionada sobre a participação dos professores nos processos de tomada de decisão, a professora Leonilda Grison admitiu que, de fato, não havia.

Acerca desse período, a professora e sindicalista Nídia Benitez afirmou que o sindicato era muito respeitado por parte da prefeitura, mas que a política do prefeito se sobrepunha à política da educação, assim como nas demais administrações. Nas palavras dela: “a educação sempre [esteve] submissa às vontades dos prefeitos.” (BENITEZ, 2016, s/p).

### **2.3.4 Gestão Harry Daijó (1997 a 2000)**

A Secretária da Educação inicialmente foi a professora Rosicler Hauagge do Prado, maior empresária do setor escolar privado da cidade e região, que ficou no cargo por curto período e foi substituída pela professora Alenir Inácio da Silva, professora da rede estadual de educação.

Apesar de ter conseguido contatar a professora Alenir e ela ter aceitado dar a entrevista, não se conseguiu mais encontrá-la, apesar de inúmeras tentativas, inclusive indo à sua residência por diversas vezes e ainda em seu local de trabalho. Por isso, o breve relato dessa gestão será fundamentado basicamente na entrevista com a sindicalista e professora Nídia Benitez.

Em seu depoimento, a professora enfatiza que essa foi uma das piores gestões que Foz do Iguaçu já tivera, que o atraso de salários era constante, que houve também a terceirização da merenda escolar, situação na qual uma empresa terceirizada fazia a merenda de forma centralizada e fazia a entrega em todas as escolas municipais em porções para cada aluno. Os alunos não aceitaram bem aquela comida e, com o passar do tempo, percebeu-se que os alunos jogavam fora a maior parte das refeições. A quantidade era insuficiente e a qualidade era ruim. O desgaste daquela gestão foi enorme em função disso e de outras políticas de cunho neoliberal.

Uma luta importante do movimento sindical da época foi no final do governo Harry Daijó, quando este priorizou o pagamento de fornecedores e cargos de confiança, o que obrigou o sindicato a montar acampamento na frente da Secretaria da Fazenda e impedir que o prefeito e seus diretores entrassem na Secretaria da Fazenda já em período de recesso de natal e ano novo. Assim, o sindicato garantiu o pagamento do salário de dezembro dos servidores, que foi efetuado pelo próximo prefeito que assumiu em janeiro de 2001. (BENITEZ, 2016, s\p)

Por último, faz-se necessário destacar que o vice-prefeito de Harry Daijó foi o engenheiro civil Paulo Mac Donald Ghisi, que se elegeu prefeito depois, em 2005, e que em seu governo a rede municipal alcançou alto índice no Ideb, assunto que é o objeto desta dissertação.

### **2.3.5 Gestão Celso Samis da Silva (2001 a 2004)**

Considerando o impedimento legal do ex-prefeito Dobrandino Gustavo da Silva de se candidatar a prefeito naquele momento, o PMDB lançou como candidato um dos filhos de

Dobrandino, chamado Celso Samis da Silva, que ganhou a eleição, tanto pela força do apoio do pai, quanto pela insatisfação geral dos munícipes em relação à gestão de Harry Daijó. Nesse sentido, compreende-se o fato de a Secretária da Educação voltar a ser a Professora Leonilda Maria Tomiello Grison. Ela relata em sua entrevista que a escolha da ocupante da pasta da educação para aquele mandato ocorreu a partir de uma promessa de campanha de Samis da Silva, de que o nome da Secretária seria escolhido pelos professores municipais. Ela alega que “as escolas mandaram um ofício solicitando o meu nome para assumir esse cargo, na verdade com isso já se almejava a implantação de um projeto político pedagógico”. (GRISON, 2016, s/p)

Ela lembra que a prioridade e também dificuldade naquele momento era eliminar por completo o período intermediário que ainda havia em muitas escolas. E afirma que por isso foram construídas mais de trezentas salas de aula e a falta de professores que foi sanada com a realização três de concursos públicos.

Sobre a capacitação dos servidores, a professora alega que “realizamos um congresso de educação a nível nacional e internacional, um seminário anualmente, realizamos assessoramento bimestrais, oficinas pedagógicas com trocas de experiências mensais”. (GRISON, 2016, s/p)

No governo de Samis da Silva houve continuidade na política implantada pelo pai, Dobrandino Gustavo da Silva, de compra de livros didáticos específicos para o município. Como disse a professora Leonilda, ela interpreta que a indicação do nome dela para ocupar a função de Secretaria Municipal de Educação sinalizava uma vontade do professorado de retorno do projeto pedagógico que ela implementou quando ocupou este mesmo cargo em período anterior. Porém, desta vez o contrato foi feito com a Editora Base.

Ela relata que o projeto pedagógico contemplava livros das sete áreas de conhecimento para o aluno e para o professor, um CD Rom, livro para os pais, agenda para os professores com os princípios norteadores do trabalho pedagógico e biblioteca infanto-juvenil. Um outro projeto que Leonilda Grison considera relevante destacar foi a informatização das escolas com cursos para os secretários e a informatização de todo o processo de documentação escolar, implantação de sala de informática em muitas escolas para os alunos e professores. Relata também que “iniciou-se um projeto de olimpíada pedagógica que contemplava teatro, música e dança. A proposta pedagógica da época era

embasada nas duas correntes de visão interacionistas a de Piaget e de Vigotsky contendo uma proposta interdisciplinar.” (GRISON, 2016, s/p)

A respeito desse período, a professora Leonilda afirma que houve a participação de professores, inclusive membros das Associações de Pais e Mestres (APMs). Relata que “foram realizadas seis reuniões com ata, inclusive para mostrar os cinco projetos que estavam à disposição para análise, discussão e aprovação e o projeto que foi mais bem aceito foi o projeto da [Editora] Base, por esse motivo então que foi implantado o projeto da Base.” (GRISON, 2016, s/p)

Sobre a carreira e remuneração a professora afirma:

o Plano de Carreira ficamos quatro anos com uma equipe grande discutindo, reformulando, com reuniões em todas as escolas com ata inclusive, foi um trabalho exaustivo, ouvindo as reivindicações, os anseios e questionamento de todos os professores. Era o nosso desejo implantar o Conselho Municipal de Educação. Particpei de muitos encontros, cursos, seminários, fora de nosso município inclusive para me embasar bem. Quando estava quase pronto foi para a Câmara para ser aprovado e, depois veio o próximo prefeito, Paulo Mac Donald e deixou-se quieto o Plano de carreira do Magistério e o Conselho Municipal da Educação. Isso foi uma frustração para mim devido a descontinuidade desse trabalho. (GRISON, 2016, s/p)

Outra área de conhecimento que ela considera importante para a formação do aluno e que, porém, não é dada a devida importância são as aulas de Educação Física nas escolas municipais, que foram regulamentadas pela Lei Municipal nº 2869 de 18 de dezembro de 2003, que Institui Política de Educação Física na rede Municipal de Ensino. (FOZ DO IGUAÇU, 2003, s/p.)

Porém, segundo dados colhidos junto a Secretaria Municipal da Educação, até a presente data (2015), o município conta com apenas 19 (dezenove) professores de Educação Física concursados, número insuficiente para suprir as demandas de todas as escolas da rede (54). Assim, algumas escolas ficam sem aulas de Educação Física ou essas aulas são dadas pelo professor regente da turma e não por um profissional especificamente habilitado para desenvolvimento de práticas desportivas.

Importante ressaltar que o projeto pedagógico que incluía a compra de livros didáticos da Editora Base gerou muita polêmica nesse período, e mais tarde foi objeto de denúncia por

um grupo de professores no Ministério Público, sob a alegação de que tal contrato burlava a Lei de licitações para favorecer estabelecimento privado pertencente a familiares de correligionário do então prefeito Samis da Silva, qual seja, o ex deputado estadual Renato Adur, sócio proprietário da Editora Base e em razão do alto valor da Licitação (R\$ 1.577.880,00), e ainda, por não haver premente necessidade dessa aquisição, uma vez que o MEC/FNE fornecia e fornece livros didáticos gratuitos por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Porém a denúncia foi arquivada por inconsistências nas provas apresentadas. (PARANÁ, 2003)

A professora Nídia Benitez, por sua vez, e analisando pelo aspecto da luta dos servidores da época por meio do SISMUFI, lembra que o então prefeito Celso Samis da Silva era autoritário, pois não aceitava opinião contrária a dele. E que dentre as atitudes autoritárias que ele tomou destaca-se o cancelamento dos descontos das contribuições dos associados do sindicato na folha de pagamento, ação que foi revertida posteriormente por via judicial. Além disso, o prefeito Samis demitiu os dirigentes sindicais Luiz Carlos da Silva, Nídia Benitez e Cacilda Tavares, situação que deflagrou uma manifestação por parte dos dirigentes sindicais, na frente da Prefeitura, onde foi montado um acampamento que foi destruído por alguns membros da juventude do PMDB com apoio de alguns guardas municipais, além de que “foram agredidas as pessoas que estavam no acampamento e dois vereadores que acompanhavam o movimento que são Dilto Vitorassi e Assis Paulo Sepp”. Posteriormente os dirigentes sindicais deflagraram greve de fome e foram acolhidos na Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu, lá permaneceram durante uma semana, quanto ao resultado das negociações foram infrutíferas tanto a questão da reversão da demissão dos dirigentes sindicais como também o cancelamento do desconto em folha referente a mensalidade sindical. Essa atitude do prefeito repercutiu negativamente em sua imagem e ele acabou perdendo a eleição para o engenheiro Paulo Mac Donald, por pequena margem de votos. (BENITEZ, 2016, s/p)

### **2.3.6 Gestão Paulo Mac Donald Ghisi (2005 a 2012)**

Paulo Mac Donald Ghisi, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), foi prefeito de Foz do Iguaçu por dois mandatos consecutivos, devido a sua reeleição. A primeira Secretária

da Educação do governo dele foi Maria Bernadete Sidor, ex-diretora de um grande e tradicional colégio estadual da cidade e também docente da rede de instituições particulares de ensino de propriedade de Rosicler Hauagge do Prado, que foi Secretária de Educação de uma parte do mandato de Harry Daijó, que tinha como seu vice o engenheiro Paulo Mac Donald. A segunda pessoa a assumir a secretaria municipal de educação na gestão de Mac Donald foi a ex-diretora de escola da rede municipal de ensino de Foz do Iguaçu, professora Joane Vilela Pinto.

As políticas públicas da educação de âmbito municipal implementadas no município de Foz do Iguaçu, nas duas gestões do prefeito Paulo Mac Donald se apresentam sobre tudo na forma de projetos, quais sejam:

**Aula de dicionário:** os professores da rede municipal deveriam dar aulas específicas com o uso de dicionário, ensinando as crianças como utilizar aquele material.

**Olimpíadas do Saber:** evento esportivo que passou a ocorrer no final do ano letivo e no qual participam em disputa as escolas municipais. Esse evento foi mantido pela gestão que o sucedeu.

**Bônus por assiduidade:** tratou-se de uma ação inibitória de faltas entre os servidores da rede municipal de ensino. Por essa determinação, cada servidor que não faltasse ao trabalho, sequer por motivos médicos e mesmo com apresentação de atestado médico, receberia um prêmio em dinheiro no valor de R\$ 100,00. Tratou-se de uma primeira medida meritocrática para o conjunto dos servidores da educação e ainda pode ser considerada como assédio no trabalho pois o servidor acaba sendo forçado a ir trabalhar mesmo doente, com risco de agravar seu estado de saúde, para não perder o bônus, que era apurado mês a mês.

A professora Nídia Benitez, em seu depoimento, afirma que o SISMUFI foi totalmente contrário a essa política porque “ninguém escolhe ficar doente”, sendo, portanto, uma afronta ao direito do trabalhador. (BENITEZ, 2016, s/p)

A partir de então, não foi possível precisar a data, mas no ano de 2009 ou 2010, o então prefeito retornou de uma viagem a Brasília anunciando que havia feito uma aposta com o então Ministro da Educação, Fernando Haddad, de que elevaria o índice do Ideb da rede municipal de Foz do Iguaçu para além da meta estabelecida pelo Inep para o município. A

impossibilidade da definição precisa dessa data se deve ao fato de que essa aposta só foi divulgada depois da divulgação do Ideb apurado em 2011, fato que ocorre sempre no ano posterior à apuração, portanto em 2012. Nessa ocasião o ex-prefeito Paulo ao dar entrevista sobre o resultado do Ideb, relatou a tal aposta que havia feito anos antes com o Ministro Haddad. Nesse relato, o ex-prefeito contou inclusive que o ex-ministro ofereceu um recurso extra para Foz do Iguaçu, caso conseguisse alcançar tal feito de aumentar o Ideb muito acima da meta estabelecida.

Percebe-se agora, que a partir da tal aposta, diversos programas foram criados pela gestão Paulo Mac Donald e que estavam relacionados, de uma forma ou de outra, ao foco de elevar o índice do Ideb, desenvolvendo ora o ensino centrado na avaliação da Prova Brasil, ora na redução do índice de reprovação ou repetência. Segue abaixo a descrição de cada um desses projetos:

**14º e 15º salário na forma de Prêmio por Desempenho:** por meio do Decreto Municipal nº 21.404, de 22 de junho de 2012, que regulamentava o pagamento do 14º e 15º salário, em contrapartida das notas da avaliação do Ideb do ano de 2011, cujo resultado foi divulgado em 2012. Este decreto estabeleceu a meta que cada escola deveria atingir para que seus trabalhadores recebessem o 14º e o 15º salário. No art. 1º e parágrafo único do Decreto se explicita os objetivos dessa política e define quem serão os beneficiados com a nota da escola:

Regulamentar e disciplinar, no âmbito da Secretaria Municipal da Educação, o Acordo Metas do Programa Gestão para Resultados, a serem atingidas e a forma de pagamento do Prêmio por Desempenho - PD - previsto na Lei nº 3.961, de 10 de abril de 2012.

Parágrafo Único - Farão jus ao Prêmio de que trata este Decreto os seguintes cargos: Ajudante de Serviços Gerais, Assistente Administrativo, Atendente de Creche, Educador, Educador Infantil, Instrutor de Ensino, Merendeiro, Nutricionista, Professor e Secretário de Escola. (FOZ DO IGUAÇU, 2012)

Essa política de remuneração por resultado se constitui em uma política meritocrática, a mais importante da gestão Paulo Mac Donald. A esse respeito, a professora Nídia Benitez, em seu depoimento, afirma que a meritocracia não cabe na educação porque são realidades totalmente distintas de empresas privadas lucrativas e das escolas não lucrativas, e que a

educação tem como função incluir os alunos e não excluir e não os fazer competir entre eles, porque cada escola possui uma realidade social. (BENITEZ 2016, s/p)

Ainda segundo o depoimento da professora Nídia Benitez o prefeito Paulo Mac Donald também era autoritário e não respeitava o movimento sindical. Ela relata que em seu primeiro mandato ordenou que fosse lançado falta aos servidores que fizeram uma paralisação de um dia. Essa falta, que foi lançada como falta injustificada, prejudicou os professores na ascensão funcional que corresponde a 3% do salário do servidor, além de que fragilizou sobremaneira o movimento sindical uma vez que os professores ficaram com medo de reivindicar seus direitos, pois não queriam ser prejudicados no plano de carreira. (BENITEZ, 2016, s/p) Além disso, a política de bônus por assiduidade assim como a política de pagamento de 14º e 15º salário substituiu a reposição salarial, que praticamente não foi dada nas duas gestões do prefeito Paulo Mac Donald.

**Reforço escolar:** Consiste no reforço escolar para alunos com dificuldades de aprendizagem, porém, ocorreu e ainda ocorre somente nos anos em que há avaliação do Ideb e se restringe às disciplinas de avaliação da Prova Brasil, ou seja, Português e Matemática, conforme denúncia constante no Relatório do Presidente da Comissão Especial do Ideb.

**Programa Fica:** O Programa Fica (Ficha de Comunicação de Aluno Ausente) está relacionado com a atuação da Secretaria Municipal da Educação no trabalho junto às escolas no combate à evasão escolar. A função do programa é:

Atendimento junto às famílias dos alunos em situação de abandono escolar, ou situação de risco de abandono escolar, acesso e garantia de atendimento na política de saúde, na política de assistência para enfrentamento da pobreza, acesso ao atendimento psicossocial no espaço escolar com avaliação e acompanhamento do aluno e família. (FOZ DO IGUAÇU, 2008)

O programa mantinha uma equipe composta por Assistente Social, Psicóloga e Fonoaudióloga, que visitavam as escolas, acompanhando os casos de evasão escolar e o desempenho escolar dos estudantes, já que a evasão e a repetência são indicadores que prejudicam as escolas na conquista de melhores índices do Ideb.



**Método Fônico:** O método fônico é um método de alfabetização baseado no ensino do som das letras e ocorre, em geral, por meio de grande repetição de tais sons. Segundo um dos defensores desse método e que foi contratado pela Prefeitura de Foz do Iguaçu para implantá-lo na rede municipal de ensino, tal método primeiro ensina os sons de cada letra e então constrói a mistura destes sons em conjunto para alcançar a pronúncia completa da palavra, permitindo dessa forma que se consiga ler toda e qualquer palavra. O método nasceu como uma crítica ao método da soletração ou método alfabético, usado no Brasil até a década de 1980. O método fônico diferentemente do método Paulo Freire é indicado para crianças mais jovens e recomendado ser introduzido logo no início da alfabetização. (CAPOVILLA; CAPOVILLA, 2005).

No entanto, essa natureza de método de alfabetização recebe muita crítica há muitas décadas por todo espectro da pedagogia progressista, pois há uma diversidade de metodologias criadas que levam em consideração o texto e o contexto do aluno, e baseadas em uma perspectiva de alfabetização como leitura do mundo e não da palavra. No entanto, há que se considerar que para o domínio mecânico das letras e depois das palavras, esse método pode ser mais rápido que os demais.

Para Gallert (2013, p. 01) “O método fônico vem sendo apresentado pelos seus defensores como a solução para eliminar do Brasil o fracasso das crianças na aprendizagem da leitura e da escrita, corrigindo os problemas na alfabetização.” Porém a autora lembra que “[...] a alfabetização não se restringe à aplicação de um método salvador de ensino, como garantia de aprendizagem, nem como fase inicial de escolarização.” (GALLERT, 2013, p. 01). Para a autora o método é passível de críticas uma vez que:

O método fônico não se preocupa com a formação dos sujeitos, com a superação da alienação ou com a emancipação humana, no sentido de uma formação omnilateral. Mas, se preocupa com a formação competente de força de trabalho e com a padronização dos indivíduos, alunos e professores, que contribuam para a perpetuação do sistema econômico. (GALLERT, 2013, p. 171)

Em 2009, todos os professores da rede municipal de Foz do Iguaçu dos anos iniciais do Ensino Fundamental e da Educação Infantil assistiram uma palestra com o Dr. Fernando César Capovilla, pesquisador, defensor, divulgador e produtor de material didático baseado

no Método Fônico. Esse encontro teve por objetivo divulgar esse método para alfabetização segundo a perspectiva do palestrante, convidando os professores a utilizá-lo. No decorrer do ano de 2009, os professores que optaram pelo método fônico para alfabetização e a Equipe de Alfabetização da SMED-FI participaram de encontros com professores da rede privada que faziam uso desse método de ensino para receberem orientações de sua aplicação. Em 2010 tornou-se obrigatório o uso do Livro do Aluno “Alfabetização fônica – construindo competência de leitura e escrita” (SEABRA; CAPOVILLA, 2010), enviado para todos os alunos do primeiro ano do Ensino Fundamental.

Também os alunos da Educação Infantil, do denominado Pré-Escolar, tanto nas escolas como nos CMEIs (Centro Municipal de Educação Infantil) receberam livros didáticos adquiridos pela prefeitura e produzidos pelo Instituto Alfa e Beto, cuja base também é o Método Fônico, sob organização do Dr. João Batista Araujo e Oliveira. Para as turmas de segundo ano do Ensino Fundamental, a Equipe de Alfabetização da SMED-FI organizou e distribuiu atividades em formato de apostilados, com o objetivo de dar continuidade à homogeneização do uso do método fônico. (GALLERT, 2013)

O contrato de assessoria que a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu estabeleceu com Capovilla envolvia a compra de material didático e assessoria pedagógica. A esse respeito, segundo André e Bufrem (2013), o município de Foz do Iguaçu adotou um livro didático sobre o método fônico, que é o livro *Alfabetização Fônica: Construindo Competência de Leitura e Escrita* (CAPOVILLA; CAPOVILLA, 2005), apesar de receber o material do Programa Nacional do Livro Didático. As autoras criticam a proposta do livro devido à sua semelhança com cartilhas de alfabetização de marcha sintética, e sustentam que “a proposta do livro conduz as professoras a desconsiderarem as variações linguísticas no processo de alfabetização, o que é problemático em um município de tríplice fronteira”. (ANDRÉ; BUFREM, 2013, p. 131)

O relato de Diane Ravitch (2011) acerca de método semelhante adotado nas escolas norte americanas na década de 1990 indica que o método lá aplicado denominava-se “letramento balanceado” e foi implantado pelos “reformadores empresariais da educação” como “a chave do sucesso” e que “[...] os outros distritos experimentariam uma melhoria similar se todos os professores fossem convencidos a adotar sem questionamento”. Para os “reformadores empresariais” “[...] proporcionava uma moldura que poderia ser padronizada

e imposta por administradores firmes para atingir resultados rápidos, o que significava escores de testes mais altos”. A autora ainda afirma que os diretores e professores foram treinados e “[...] e podiam usar apenas o novo método”, de forma que “aqueles que não o fizeram foram silenciosamente encorajados a se transferir para outros distritos.” (RAVITCH, 2011, p. 51). Razão pela qual a autora conclui:

Os fundamentos da boa educação serão encontrados na sala de aula, em casa, na comunidade e na cultura, mas os reformadores do nosso tempo continuam a procurar por atalhos e respostas rápidas. Desvinculadas de qualquer filosofia genuína da educação, as atuais reformas irão nos desapontar, assim como fizeram no passado. (RAVITCH, 2011, p. 251)

Essas observações nos leva a percepção de que existe uma discrepância entre os objetivos de reformadores empresariais e o conceito de boa educação de Ravitch e da formação de alunos críticos defendida por Gallert (2013).

## **2.4 Em síntese**

Considerando o histórico das políticas públicas em educação implementadas em Foz do Iguaçu a partir do período da “redemocratização” (1986), levantadas, podemos constatar que a política de formação dos professores e funcionários da educação municipal, em Foz do Iguaçu, foi sempre descontínua, uma vez que essa formação ocorreu segundo a política e interesse de cada prefeito em seus respectivos mandatos. Portanto, não há uma sequência ou uma linha contínua ou articulada ou mesmo sólida que garantisse uma consistente política de formação continuada dos profissionais.

Também se percebeu uma frágil política de investimento na autonomia das escolas. Parece que a Secretaria Municipal da Educação, em geral, exerceu o papel de controladora, muito mais do que de incentivo à autonomia. Somado a tudo isso, as diferentes gestões deram pouca ou nenhuma prioridade à carreira do magistério. Percebe-se isso quando a Secretária Leonilda Grison disse que debateu o plano com os servidores por quatro anos e o prefeito seguinte, que ficou oito anos seguidos, não aprovou àquela e nem outra proposta de plano, ou seja, mesmo a gestão da Professora Leonilda nada fez pelo plano de carreira do magistério, pois deveria não só debater, mas ter encaminhado para aprovação pela Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu.

Por outro lado, quatro das sete gestões analisadas compraram material didático para alunos e professores, ainda que o governo federal envie anualmente os livros do Programa Nacional do Livro Didático. No mínimo, trata-se de um desperdício de dinheiro público, uma vez que se usou duas vezes o dinheiro público, por dois entes diferentes, para comprar material com a mesma finalidade. Imagina-se que o material didático enviado pelo MEC deva ter ficado “guardado” nas bibliotecas das escolas nessas quatro gestões, ou seja, por dezesseis anos, uma vez que não foram utilizados, já que a compra de material didático próprio foi uma política educacional nessas quatro gestões.

Outra constante em todas as gestões estudadas, conforme o depoimento da sindicalista Nídia Benitez, é a falta de diálogo entre os prefeitos e os representantes da categoria que é o sindicato, tanto na questão da apregoada gestão democrática como no trato das questões salariais dos profissionais da educação. A sindicalista cita, especificamente na gestão do prefeito Paulo Mac Donald, o resultado do retorno da greve com desconto salarial e consequente prejuízo para a ascensão na carreira, tornou a organização da categoria ainda mais fragilizada. Além disso, a política de reposição salarial dos dois governos daquele prefeito ocorreu por meio de bônus e prêmios que não incorporam no salário, por isso podem ser retirados a qualquer momento, mas que “acalmam” a categoria em um processo de ausência de política de reposição de perdas salariais.

Vale ressaltar ainda que a ausência de uma política de formação sindical por parte do SISMUFI para os filiados, assim como faz a APP-Sindicato, poderia ter havido resistência dos trabalhadores e impedisse que houvesse uma dilapidação do patrimônio da educação com livros didáticos e os professores e funcionários da Educação não teriam acumulado tanta perda no que diz respeito a recomposição salarial, comprovando assim que as atitudes dos prefeitos também é reflexo da ineficácia do movimento sindical na luta por uma Educação de qualidade.

Todo esse cenário de precarização da educação, composto pela ausência de uma política de valorização dos professores e funcionários da educação, somado a frágil atuação sindical e a crescente defasagem salarial devido a dois anos sem reposição, contribuiu para que o então prefeito Paulo Mac Donald Ghisi implantasse a política da meritocracia na educação vinculada ao resultado do Ideb sem grandes resistências.

Nesse sentido, as gratificações do Ideb foram bem aceitas, pois garantiram algum aumento ou atualização do poder aquisitivo aos trabalhadores ligados à educação, colocando de lado a discussão de um plano de carreira adequado, uma vez que os recursos disponíveis estavam sendo utilizados no sistema de prêmios por desempenho e assiduidade. Assim, a justificava-se que não havia recursos para o plano de carreira.

A jornalista Denise Paro, do Jornal Gazeta do Povo fez um resumo das políticas públicas implantadas em Foz do Iguaçu na ocasião da conquista dos melhores índices do Ideb:

O resultado favorável do município no Ideb deve-se a uma série de medidas adotadas desde 2008 e estabelecidas a partir de uma nova cultura de gestão educacional. Com base em taxas de aprovação e reprovação da rede municipal, foram traçadas estratégias e metas em cada escola para melhorar o desempenho dos alunos. O plano incluiu a oferta de reforço no contra turno escolar; atendimento de fonoaudiólogos, assistentes sociais e psicólogos; aplicação de simulados da Prova Brasil; e a implantação do chamado método fônico na alfabetização, no qual se estabelece a relação entre grafemas e fonemas. (PARO, 2012, s/p)

Percebe-se que, a partir de seu segundo mandato, as ações da gestão Paulo Mac Donald foram direcionadas para atender tão somente os dois itens considerados na avaliação do Ideb que são o aproveitamento escolar e o resultado dos alunos na Prova Brasil. Porém, cabe alertar que, segundo Ravitch (2011, p. 252-253): “quando os testes são o método primário de avaliação e responsabilização, todos se sentem pressionados a elevar os escores, por bem ou por mal. Alguns irão trapacear para obter uma recompensa ou evitar a humilhação”.

Sendo assim, no próximo capítulo nos deteremos a buscar indícios da relação das políticas de responsabilização adotadas na rede municipal de ensino do município de Foz do Iguaçu e os possíveis danos, distorções ou “efeitos colaterais” que elas possam causar.

### **3 DANOS E DISTORÇÕES DA MERITOCRACIA: A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FOZ DO IGUAÇU E O IDEB**

A rede municipal de ensino do município de Foz do Iguaçu, no ano de 2011, possuía um total de 2.934 servidores municipais, entre professores, supervisores, diretores, estagiários e funcionários da carreira administrativa e de apoio, sendo um total de 1.212 professores, além de 19.585 alunos matriculados na rede do ensino regular, entre o Ensino Fundamental e a Educação Infantil, distribuídos em 85 estabelecimentos de ensino sendo 51 escolas municipais e 34 Centros Municipais de Educação Infantil. A taxa de aprovação do ensino fundamental de 2011 foi de 97,84 %, em 2013 a taxa de aprovação foi de 98,66%. (FOZ DO IGUAÇU, 2011)

A implantação da meritocracia na rede municipal de Foz do Iguaçu consistia em estabelecer metas de elevação do índice do Ideb, sendo possível às escolas atingirem duas metas e obterem duas premiações: o 14º salário e 15º salário. O governo municipal implementou essa política pública na educação através do Decreto nº 21.404, de 22 de junho de 2012, que regulamenta o pagamento do 14º salário, em contrapartida das notas da avaliação do Ideb do ano de 2011, cujo resultado foi divulgado em 2012. Este decreto estabeleceu a meta que cada escola deveria atingir para que seus trabalhadores recebessem o 14º e o 15º salário.

E ainda conforme o art. 4º, do Decreto nº 21.404/2012: “se o índice alcançado pela escola for inferior ao proposto em um décimo será efetuado o pagamento em 80% (oitenta por cento) da remuneração”. Além do 14º salário, o Decreto 21.404/2012 também prevê o pagamento do 15º salário aos trabalhadores das escolas que atingirem as metas estabelecidas pela Secretaria Municipal da Educação do município. No Quadro 1, apresentamos o indicador de desempenho e a meta estabelecida, neste quadro consta o índice atingido por cada escola nos anos de 2005, 2007 e 2009 e a meta que a escola deveria atingir na avaliação do Ideb do ano de 2011 para fazer jus ao prêmio de 14º salário, é importante frisar que somente duas escolas da rede municipal não atingiram a meta para o recebimento de pelo menos o 14º salário, o que demonstra o empenho focado pelas escolas para atingirem a meta proposta. (FOZ DO IGUAÇU, 2012)

**QUADRO 1 – Indicador de Desempenho e meta por escola para 14º salário**

	Escolas Municipais	Class.	Class.	Class.	Ideb	Ideb	Ideb	Meta
		Municipal	Paraná	nacional	2005	2007	2009	2011
1	Acácio Pedroso	16	727	6150	4,1	4,1	5,6	6,3
2	Adele Zanotto Scalco	7	99	849	3,2	4,5	6,6	6,7
3	Ademar Marques Curvo	10	209	1704	4,2	4,3	6,3	6,5
4	Altair F. Silva - Zizo	3	28	311	4,8	5,6	7,0	7,0
5	Antonio Gonçalves Dias	4	40	413	5,3	5,8	6,9	7,0
6	Arnaldo I. de Lima	15	514	4397	4,1	4,9	5,8	6,4
7	Augusto Werner	14	430	3676	4,1	5,0	5,9	6,4
8	Belvedere	6	67	668	4,9	5,4	6,7	6,8
9	Cândido Portinari	9	159	1350	4,4	4,7	6,4	6,5
10	Carlos Gomes	10	109	1704	4,6	4,5	6,3	6,5
11	Cecília Meireles	11	257	2117	3,9	4,7	6,2	6,5
12	Cora Coralina	9	159	1350	4,2	4,5	6,4	6,5
13	Vila Shalon	13	363	3070	4,1	4,6	6,0	6,5
14	Dirceu Lopes	11	257	2117	4,2	4,6	6,2	6,5
15	Duque de Caxias	8	125	1077	4,5	4,9	6,5	6,6
16	Eloi Lohman	17	842	7121	3,8	4,6	5,5	6,2
17	Emilio de Menezes	17	842	7128	3,5	4,7	5,5	6,0
18	Érico Veríssimo	8	125	1077	3,4	4,4	6,5	6,6
19	Frederico Engel	12	318	2596	4,5	4,7	6,1	6,5
20	Gabriela Mistral	11	257	2117	5,0	5,3	6,2	6,5
21	Írio Manganelli	9	159	1350	4,2	4,8	6,4	6,5
22	Jardim Naipi	9	159	1350	4,7	4,4	6,4	6,5
23	João Adão da Silva	18	952	8118	3,6	4,4	5,4	6,0
24	João da Costa Viana	12	318	2196	4,1	4,5	6,1	6,5

25	João XXIII	14	430	3676	4,3	4,0	5,9	6,4
26	Jorge Amado	16	727	6150	3,7	4,2	5,6	6,3
27	Julio Pasa	6	67	668	4,9	5,1	6,7	6,8
28	Monteiro Lobato	15	514	4397	4,1	4,3	5,8	6,4
29	NajlaBarakat	14	530	3676	-	4,8	5,9	6,4
30	Olavo Bilac	17	842	7121	3,7	4,3	5,5	6,2
31	Olímpio Rafain	10	209	1704	4,4	5,2	6,3	6,3
31	Santo Rafain	18	952	8118	-	-	5,4	-
32	Oswaldo Cruz	10	209	1704	4,4	5,3	6,3	6,5
33	Padre Luigi Salvucci	15	514	4397	3,8	4,3	5,8	6,4
34	Papa João Paulo I	1	1	7	4,6	4,8	8,4	7,0
35	Ponte da Amizade	19	1804	17.136	3,6	4,3	4,7	5,3
36	Pres. Getúlio Vargas	4	40	413	4,8	4,6	6,9	7,0
37	Princesa Isabel	7	99	849	-	4,1	6,6	6,7
38	Prof. Benedito J. Cordeiro	5	51	530	5,2	5,6	6,8	6,9
39	ProfªJosineteHoller	5	51	530	5,2	5,3	6,8	6,9
40	ProfªParigot de Souza	2	7	120	4,2	4,3	7,3	7,0
41	Profª Elenice Milhorança	12	312	2596	4,1	4,6	6,1	6,5
42	Profª Lúcia Marlene	7	99	849	4,4	5,1	6,6	6,7
43	Profª Rosália A. Silva	18	952	8118	4,1	4,4	5,4	6,0
44	Profª Suzana M. Balen	16	514	4397	4,3	4,7	5,8	6,4
45	Santa Rita de Cássia	2	7	120	5,1	5,9	7,3	7,0
46	Três Bandeiras	11	257	2117	4,4	5,5	6,2	6,5
47	Vinícius de Moraes	11	257	2117	4,2	4,7	6,2	6,5

FONTE: Elaborado por Silvio Benitez conforme dados contidos no Decreto nº 21.404/2012. (FOZ DO IGUAÇU, 2012)



**QUADRO 2 – Resultado alcançado em 2009 e meta estabelecida para o prêmio de 15º salário**

<b>Resultado alcançado em 2009</b>	<b>Meta estabelecida em 2011</b>
4,7	6,0
5,4	6,8
5,5	6,8
5,6	6,8
5,8	6,8
5,9	6,8
6,0	6,9
6,1	6,9
6,2	6,9
6,3	6,9
6,4	6,9
6,5	7,0
6,6	7,0
6,8	7,1
6,9	7,1
7,0	7,2
7,3	7,4
8,4	8,0

FONTE: Elaborado por Silvio Benitez conforme dados contidos no Decreto nº 21.404/2012. (FOZ DO IGUAÇU, 2012)

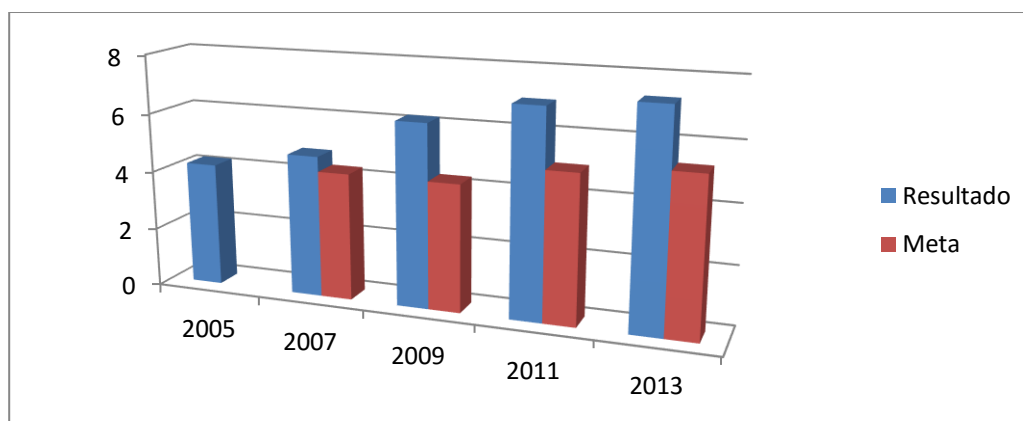
O trabalho direcionado para a conquista de melhores índices no ranking nacional do Ideb, realizado pela Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu através da Secretaria Municipal da Educação e o incentivo através da meritocracia, ou prêmio por desempenho, levaram as escolas municipais de Foz do Iguaçu a elevarem rapidamente o índice do Ideb e bem acima dos níveis nacionais, além de obter as melhores colocações no ranking nacional e estadual.

De acordo com o resultado do Ideb de 2011 divulgados pelo Inep em agosto de 2012, a Escola Municipal Santa Rita de Cássia obteve o primeiro lugar nacional, empatando com a Escola Carmelita Dramis, de Itaú de Minas, localizado no interior de Minas Gerais

com índice 8,6. Entre as dez escolas do Brasil que melhor pontuaram, três são de Foz do Iguaçu: a Escola Santa Rita de Cassia com índice 8,6, a Escola Municipal Papa João Paulo I com índice 8,3 e a Escola Municipal Benedicto João Cordeiro, com índice 8,2. (BRASIL, 2012a). Segundo o Jornal Gazeta do Povo (2012), entre as 20 (vinte) escolas do Paraná que melhores ranquearam 10 (dez) são de escolas iguaçuenses.

É importante considerar a evolução da média do município de Foz do Iguaçu e a meta projetada, conforme resultado divulgado no site do INEP “Ideb Resultados e Metas” em 2005 foi 4,2 - em 2007 subiu para 4,8 enquanto a meta era de 4,3 em 2009 subiu para 6,2 enquanto a meta era 4,3 e em 2011 subiu para 7,0 enquanto a meta era 5,0. (BRASIL, 2012b)

**GRÁFICO 1 – Resultados do Ideb do município de Foz do Iguaçu e as Metas Projetadas pelo Inep no período de 2005 a 2013**



FONTE: Elaborado por Silvio Benitez segundo dados do Inep/Resultados e Metas. (BRASIL, 2012b)

A discrepância entre as metas estabelecidas e os índices alcançados em Foz do Iguaçu ficam evidentes ao compararmos com os índices obtidos a nível nacional, estadual e municipal. O índice do Ideb do Estado do Paraná em 2011 foi 5,2 o índice nacional foi de 5,0 (BRASIL, 2012b) e o índice municipal foi 7,0, sendo que o menor índice entre as escolas municipais iguaçuenses foi de 6,2 (BRASIL, 2012a). Considerando que a meta estabelecida pelo Inep para o ano de 2021 é 6,3 (que toma como parâmetro a nota das escolas da Europa),

podemos afirmar que a maioria absoluta das escolas de educação básica (1º ao 5º ano) de Foz do Iguaçu superaram em 2011 a meta estabelecida pelo MEC para o ano de 2021.

### 3.1 Danos e “Efeitos colaterais” e as categorias de análise de Ravitch

O termo “efeitos colaterais” é uma metáfora médica por comparar a sociedade com o corpo humano. Na presente pesquisa, o sentido figurado é utilizado como forma de dar compreensão e ressaltar as consequências, muitas vezes indesejadas, da aplicação do “remédio” para a educação. A expressão “efeitos colaterais” foi utilizada pelo ex-presidente do INEP, Reynaldo Fernandes, em uma entrevista para a *Revista Educação*, ao se referir às distorções ocorridas por consequência das políticas de responsabilização sobre os resultados. Segundo ele:

Quando se cria um sistema de avaliação e passa a haver responsabilização pelos resultados, os gestores vão se preocupar com as notas e as metas. Qual é a defesa desse sistema: se existe um mecanismo para atribuir responsabilidades, os gestores vão melhorar o ensino. Quais são as críticas? Eles podem tentar falsear as notas, excluir os alunos mais fracos. Nos Estados Unidos, isso aconteceu. Esses argumentos não têm como ser revidados. Mas não se pode deixar de dar um "remédio" para a educação por causa dos efeitos colaterais que ele pode causar. Temos de ver se é melhor ou pior para a qualidade da educação. Acho que é melhor. Os efeitos colaterais devem ser combatidos. Quando a primeira-ministra Margaret Thatcher fez a reforma educacional, diziam que era uma visão de direita. Quando o Tony Blair se tornou primeiro-ministro, acreditavam que ele suspenderia a reforma. Mas ele a reforçou e combateu os "efeitos colaterais". Criou um programa de combate à exclusão dos piores estudantes, e as expulsões de alunos diminuíram absurdamente. (FERNANDES, 2007, s/p)

A implantação da meritocracia nas escolas municipais de Foz do Iguaçu, que por um lado propiciou a elevação abrupta do índice do Ideb do município, por outro lado parece causar alguns “efeitos colaterais” que colocam em dúvida se essa elevação do índice realmente vem acompanhado da elevação da qualidade da educação, ou seja, se o uso do “remédio”, considerando seus “efeitos colaterais”, pode ser ainda mais maléfico do que se não houvesse seu uso. Ou pior ainda, leva-nos a pensar que os “efeitos colaterais” causados pela aplicação do “remédio” podem matar o paciente, ao invés de curá-lo.

Segundo Diane Ravitch (2011) esses “efeitos colaterais” foram previsíveis, uma vez que os profissionais envolvidos na educação são pressionados a apresentarem, antes de tudo, melhores índices:

Quanto mais um indicador social quantitativo é utilizado para fins sociais de tomada de decisão, mais sujeito ele estará à pressão de corrupção e mais apto ele estará a distorcer e corromper os processos sociais que se pretende monitorar. [...] as mudanças induzidas pelas pressões da responsabilização corrompem o próprio propósito da escolarização, causando a focalização dos profissionais na mensuração ao invés de nos objetivos da educação. (RAVITCH, 2011, p. 49).

Esses “efeitos colaterais” nos testes de larga escala ocorrem devido a pressão que os envolvidos recebem para elevar os escores e até mesmo como forma de evitar humilhação. Segundo Ravitch (2011, p. 253-254) “Quando os testes são o método primário de avaliação e responsabilização, todos se sentem pressionados a elevar os escores, por bem ou por mal. Alguns irão trapacear para obter uma recompensa ou evitar a humilhação”.

A psicologia empresarial behaviorista de John Watson (estímulo-resposta) explica esses “efeitos colaterais” da seguinte forma: “nós somos o que fazemos, e o que nós fazemos é o que o meio nos faz fazer. Dessa forma, os indivíduos não são pessoalmente responsáveis pelos seus atos, dado que são produto do meio em que vivem.”(LOPES; NICOLAU 2013, s/p)No caso da rede municipal de educação do município de Foz do Iguaçu, esse estímulo se apresenta em forma de 14º e 15º salário, seguindo a lógica de mercado na qual o comportamento das pessoas nas organizações é motivado por recompensas financeiras.

Os “efeitos colaterais” da meritocracia na educação foram objeto de denúncias na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu que criou uma Comissão Especial do Ideb, através da Portaria da Presidência nº 072/2013 “com a finalidade de promover o estudo e a tomada de posição acerca de adequação do índice de desenvolvimento da educação básica – Ideb – como método de avaliação da educação pública prestada no município de Foz do Iguaçu”. Fizeram parte desta comissão os vereadores Dilto Vitorassi, Nilton Bobato e Fernando Duso. Foram convocadas para depor na referida Comissão Especial, as professoras Ivone Elizabeth Nieradka, Márcia Bengos Bertagna, Maria Justina da Silva, Dinorá Francisca de Moraes Rocha, Marli Salete da Costa Silva, Maria Bernadete Sidor, Shirlei Ormenese de Carvalho,

Ivone Aparecida Müller e a prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvana Aparecida de Souza. (FOZ DO IGUAÇU, 2013a, s\p)

Como resultado dos levantamentos efetuados, o relatório oficial da Comissão do Ideb concluiu que as denúncias são inconsistentes tendo em vista que “não houve apresentação de provas para as denúncias, e tampouco, denúncia de fraude no Ideb.” (FOZ DO IGUAÇU, 2013b, p. 01)

No entanto, o presidente da Comissão Especial do Ideb, vereador Dilto Vitorassi discordando do Relatório Final apresentado pelo relator vereador Nilton Bobato devido a “omissões e incoerências do conteúdo do falho Relatório Final” elabora o “Relatório do vereador Presidente da Comissão Especial com a finalidade de promover o estudo e a tomada de posição acerca da adequação do índice de desenvolvimento da educação básica – Ideb – como método de avaliação da educação pública prestada no município de Foz do Iguaçu.” (FOZ DO IGUAÇU, 2013c, p. 01)

Em seu relatório, o vereador Vitorassi apresenta relatos importantes de professores e conclusões relevantes acerca da denúncia de irregularidades no processo, o qual será o nosso objeto de estudo. Este relatório paralelo, apesar de ser encaminhado a diversos órgãos para ciência, foi arquivado juntamente como relatório oficial. (O IGUAÇU, 2013, p. 6).

A presente investigação científica não tem a pretensão de fazer um diálogo entre os dois relatórios apresentados, mas sim de chegar a “essência” do problema, que não se apresenta no relatório oficial, para Karel Kosik esse fenômeno é denominado de pseudoconcreticidade, porque

O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é de duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. (KOSIK, 1978, p. 15)

Passamos a seguir a relacionar, um a um, as categorias de análises investigadas segundo os estudos de Ravitch (2011) e que há indícios que ocorreram também na educação

pública municipal de Foz do Iguaçu devido a política de meritocracia implantada através do prêmio por desempenho ou PD.

### **3.1.1 Elevação repentina dos escores**

Segundo dados do Inep o índice do Ideb de Foz do Iguaçu elevou-se de 4,2 em 2005 para 7,0 em 2011 (BRASIL, 2012b). Esse aumento repentino é questionado pela professora Dinorá Francisca de Moraes Rocha em seu depoimento à Comissão Especial do Ideb “A gente vê que o índice saiu de 5,0 para 7,0 em cinco ou seis anos, isso é irreal, a gente trabalha na educação há vinte e oito anos e nunca aconteceu isso, o índice passou em pouco tempo para uma nota muito alta.” (A FRONTEIRA, 2013, s/p). E ainda, no Relatório do vereador Vitorassi, Presidente da Comissão Especial do Ideb consta que:

Em relação a esse tipo de “avanço” no IDEB não só localmente, demasiadamente elevado para tão pouco tempo, diversas controvérsias foram levantadas, inclusive sobre o fato de índices obtidos talvez não corresponderem necessariamente a um aumento real dos fatores de desempenho dos alunos e aumento das taxas de aprovação. (FOZ DO IGUAÇU, 2013c, p. 03)

O estudo de Camargo, Pinto e Guimarães (2008, p. 831) constatou que mais da metade dos municípios estudados (668 municípios) apresentaram uma variação positiva do IDEB na comparação igual ou maior que 30% entre 2005 e 2007; 287 (23%) tiveram uma variação igual ou maior a 40%; 167 (13,5%) viram seu Ideb crescer 50% ou mais; 18 municípios tiveram o índice dobrado e 4 triplicados. E ainda, sobre esses surpreendentes resultados positivos,

[...] qualquer pesquisador ou gestor educacional sabe que as redes de ensino não apresentam saltos dessa natureza em prazo tão curto [...] os estudos na área mostram também que as notas dos alunos estão muito vinculadas ao nível socioeconômico das famílias e, portanto, não sofrem grandes variações em intervalo curto de tempo. (CAMARGO; PINTO; GUIMARÃES, 2008, p. 832)

Considerando que os estudos de Camargo; Pinto e Guimarães apontam que é impossível um aumento repentino nos escores, devido a complexidade de fatores que

envolvem a qualidade na educação, considerando ainda a análise de Diane Ravitch que as “Nossas escolas não melhorarão se nós focarmos exclusivamente nos testes para como meio para decidir o destino de estudantes, professores, diretores e escolas.” (RAVITCH, 2011, p. 252) Podemos considerar que o aumento repentino nos índices do Ideb das escolas municipais de Foz do Iguaçu é surreal, foi trabalhado somente os itens que são avaliados pelo INEP, que são somente dois, a prova Brasil e o índice de aprovação. Devido ao reducionismo dos itens avaliados, podemos afirmar que o aumento no índice do Ideb não corresponde ao aumento na qualidade na educação.

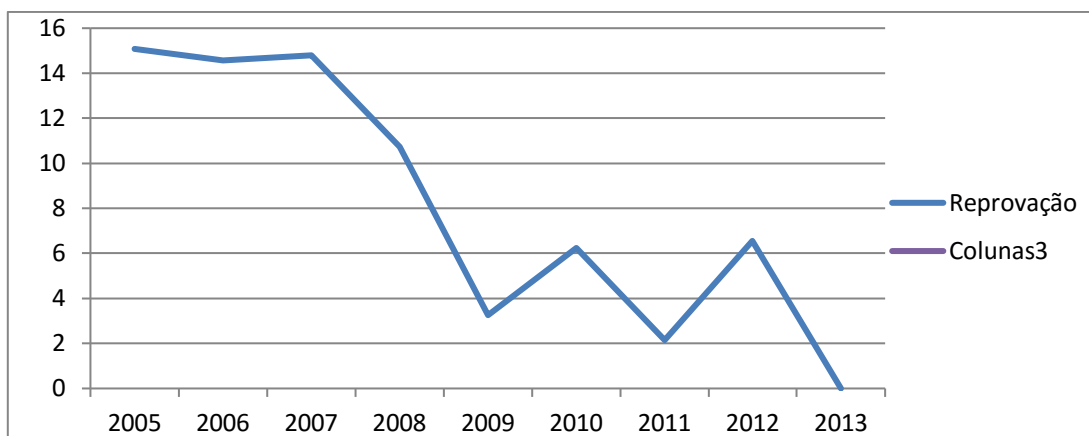
### **3.1.2 Liberação de fluxo**

Segundo dados fornecidos pela Secretaria Municipal da Educação, Divisão de Documentação e Legislação Escolar de Foz do Iguaçu, no ano de 2005o índice de aprovação era de 84,9% e de reprovação era de 15,1%.

Após a implantação da meritocracia na educação, no ano de 2011, esses índices se elevaram para 97,84% de aprovação e 2,16% de reprovação. No ano de 2013 o município apresentou o “melhor desempenho” com 98,66% de aprovação contra 1,66% de reprovação.

Através do Gráfico 02 e Quadro 02 (abaixo) é possível perceber que o índice de reprovação é menor em anos de avaliação do Ideb (anos ímpares), ou seja, as retenções de alunos ocorrem, em maior proporção, em anos em que não ocorrem a avaliação de larga escala, o que confirma que, no município de Foz do Iguaçu, ocorre a Liberação de fluxo no Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano, que pertence a rede municipal de ensino.. (FOZ DO IGUAÇU, 2011)

**GRÁFICO 02 – Índices de reprovação nas escolas municipais de Foz do Iguaçu no período de 2005 a 2013**



FONTE: Elaborado por Silvio Benitez conforme dados obtidos junto a Secretaria Municipal da Educação/ Divisão de Documentação e Legislação Escolar/ Estatística do Resultado Final. (FOZ DO IGUAÇU, 2011)

Para melhor compreensão apresentamos os números que compõem o gráfico acima, considerando que os anos de avaliação do Ideb são os anos ímpares.

### Quadro 03 – Desempenho dos alunos da rede municipal de Foz do Iguaçu no período de 2005 a 2013

Ano	Nº alunos	Nº Aprovados	%	Nº Reprovados	%
2005	21.605	18.346	84,92%	3.259	15,08%
2006	21.105	18.032	85,43%	3.073	14,56%
2007	19.953	17.000	85,20%	2.953	14,80%
2008	21.401	19.106	89,28%	2.295	10,72%
2009	20.612	19.943	96,75%	669	3,25%
2010	19.566	18.343	93,75%	1.223	6,25%
2011	16.380	16.026	97,84%	354	2,16%
2012	15.880	14.839	93,44%	104	6,56%
2013	17.999	17.757	98,66%	242	1,34%

FONTE: Elaborado por Silvio Benitez, conforme dados colhidos junto a Secretaria Municipal da Educação/ Divisão de Documentação e Legislação Escolar/ Estatística do Resultado Final. (FOZ DO IGUAÇU, 2011)

Considerando que o índice de aprovação é um dos componentes da avaliação do Ideb e, conforme o depoimento da professora Dinorá Francisca de Moraes Rocha à Comissão



Especial do Ideb, em ano de avaliação de tal índice, os professores são forçados a aprovar alunos:

O que a gente questiona, em ano de Ideb, é a forma que é vista o índice de reprovação, que é um dos critérios do Ideb. No ano de Ideb há uma pressão muito grande para não reprovar, é o mínimo do mínimo do mínimo, e isso faz com que os professores se frustrem porque ela batalha, batalha e batalha e ainda existe na sala de aula alunos [que] não conseguem superar seus limites, são alunos com desestruturação familiar, dificuldade de aprendizagem, portadores de alguns transtornos e eles não conseguem ultrapassar e a gente vê que até mesmo esses alunos são forçados a serem aprovados. (FOZ DO IGUAÇU, 2013f, p. 02)

Conforme depoimento da chefe do Núcleo Regional da Educação de Foz do Iguaçu em 2013, Professora Ivone Muller, o prêmio em dinheiro por desempenho, para todos os funcionários da escola, coloca o professor em uma situação de coação, uma vez que a reprovação é extremamente prejudicial ao desempenho da escola:

Se eu fosse uma professora que tivesse que reprovar um aluno e essa reprovação comprometesse as metas para o Ideb e isso resultasse na perda do prêmio em dinheiro para todos na escola, eu me sentiria pressionada a passar o aluno. (FOZ DO IGUAÇU, 2013c, p. 12)

E ainda, segundo o relatório do presidente da Comissão Especial do Ideb, vereador Dilto Vitorassi, muitas reprovações foram revistas e a aprovações desses alunos ocorreu através de Conselho de Classe:

Segundo apurado pelo jornal O IGUASSU (ed. 61) junto aos professores das escolas municipais ouvidos por aquele periódico local, muitas aprovações de alunos, reprovados por professores da Rede Municipal, foram feitas por “Conselhos de Classe” para que essas reprovações não interferissem no resultado do IDEB. (FOZ DO IGUAÇU, 2013c, p. 12)

Para o professor Doutor Luiz Carlos de Freitas (2007) a liberação de fluxo não significa aumento do desempenho do aluno:

Somos contra a reprovação, mas não podemos fazer disso o foco da atuação das políticas públicas, inclusive porque nem toda reprovação se dá por causas pedagógicas. Combater a reprovação é apenas uma parte da solução. A questão de fundo é ensinar a todos e a cada um. A redução dos índices de reprovação é necessária, mas não é suficiente. Mais ainda, dada a composição do Ideb, ele poderá estimular no curto prazo a liberação do fluxo para reduzir a reprovação, regularizando o tempo de permanência do aluno na escola e aumentando o valor do Ideb, sem que isso necessariamente signifique aumento do desempenho do aluno. (FREITAS, 2007, p. 979-980)

### **3.1.3 Precarização do currículo escolar**

A precarização do currículo escolar ocorre nas escolas municipais de Foz do Iguaçu devido ao trabalho focado somente nas disciplinas de avaliação do Ideb, essa prática distorce os objetivos da escolarização. Assim, Ravitch (2011, p.183) afirma “[...] a responsabilização baseada em testes corrompeu a educação, estreitou e distorceu os objetivos da escolarização”. E sobre a responsabilização dos professores pelas áreas do conhecimento ou disciplinas que são cobradas na prova Ravitch (2011, p. 184) nos diz: “Responsabilizando os professores pelos escores nos testes de leitura e matemática as escolas prestam menos atenção à saúde do estudante, à educação física, ao conhecimento cívico, às artes e a outras atividades enriquecedoras”. E sobre a importância dos conhecimentos que não são cobrados na prova, a autora ainda afirma: “o que é testado pode em última análise ser menos importante do que o que não é testado, como a habilidade de um estudante de encontrar explicações alternativas, levantar dúvidas, buscar o conhecimento por conta própria e pensar de forma diferente.” (RAVITCH, 2011, p. 252)

Considerando que as áreas do conhecimento que são cobradas na Prova Brasil são somente Matemática e Língua Portuguesa, o professor, em geral, é pressionado a priorizar estas duas áreas no seu trabalho cotidiano de ensino. Desta forma, ocorre o escamoteamento e, conseqüentemente, a precarização do currículo pois disciplinas como História, Geografia, Ciências e Educação Física, apesar de serem fundamentais para a formação do estudante, acabam sendo relegadas para o segundo plano. Prova disso é o depoimento da professora Marli, na Comissão Especial do Ideb, quando afirma: “se o nosso Ideb tivesse sido real, não teríamos reprovação no 6º ano porque o que se aprende não se esquece.” (A FRONTEIRA,

2013b) e, ainda, o depoimento da chefe do Núcleo Regional da Educação, Professora Ivone Muller, também é esclarecedor neste sentido, quando afirma: “Recebi alunos que não tinham condições de receber eles nessa série devido ao pouco conhecimento” (FOZ DO IGUAÇU, 2013d, p. 02)

O Relatório do presidente da Comissão Especial do Ideb denuncia o não cumprimento da LDB, com relação à oferta da disciplina de Educação Física:

O Preço do IDEB em Foz do Iguaçu – Precisamos acabar com o “silêncio ensurdecedor” sobre o “custo do IDEB” neste município, onde sequer é cumprido o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e a própria Legislação Municipal que determinam a implantação da Educação Física nas escolas municipais, atividade tão importante para o desenvolvimento motor e cognitivo, dentre outros benefícios, que afetam diretamente o desempenho escolar do aluno. (O IGUASSU, 2013, p. 18)

No depoimento da professora Maria Bernadete Sidor Gruhn, ela afirma que a avaliação do Ideb peca pelo pela forma reducionista de suas avaliações,

O Ideb é como um jogo numa Copa do Mundo, não é a Copa, não é o título. Ganhando uma partida não quer dizer que você salvou a Educação. Se forem analisar as provas que são aplicadas para as crianças, são provas onde se visualiza uma parte da aprendizagem das crianças. Não é trabalhada a produção de texto, a interpretação dessa produção, portanto, enquanto professores precisamos pensar de uma forma mais abrangente, para avaliar se a educação está ou não num rumo de qualidade. (FOZ DO IGUAÇU, 2013i, p. 01)

Para Freitas (2007), a avaliação superficial do processo de educação pode levar a ocultação da má qualidade da educação:

Há de se considerar ainda que somente língua portuguesa e matemática são medidas nos testes. Mas a escola é mais que isso. Há uma discussão a ser feita, ainda: que tipo de escolarização está sendo oferecido às crianças? O que estão medindo os testes nas avaliações nacionais? Em segundo lugar, há risco de ocultação da má qualidade ao se lidar com a proporção de aprovados na fórmula do Ideb. Como já dissemos, aumento de aprovados não é o mesmo que aumento da aprendizagem. (FREITAS, 2007, p. 981)

### 3.1.4 Competição entre escolas públicas

A competição entre escolas públicas municipais de Foz do Iguaçu foi um fato que ocorreu partir do momento em que o Ideb passou a divulgar os índices por escola. Prova disso é o fato de que tem se tornado cada vez mais comum as direções das instituições escolares bem ranqueadas no Ideb colocarem faixas na frente da instituição que dirigem, divulgando a colocação e o índice do Ideb conquistado pela escola. A concorrência entre as escolas é descrita com naturalidade pela professora Ivone Nieradka, diretora de uma das três escolas melhores colocadas no ranking do Ideb em Foz do Iguaçu e no Brasil, indagada pela Comissão Especial do Ideb, se houve fraude na aplicação das provas a mesma respondeu:

Nas escolas de Foz do Iguaçu, vieram as provas lacradas, foram levadas a escola por pessoas estranhas a escolas, porque eram de outras escolas e essas pessoas aplicaram as provas. Eu não acredito que elas venham burlar a aplicação da prova porque nós somos concorrentes delas. Eu não facilitaria a vida de uma escola em detrimento da minha. Eu viria a mudar a nota da minha escola e não de outra. Eu não acredito que tenha ocorrido isso. (FOZ DO IGUAÇU, 2013c, p. 02)

A Prof.<sup>a</sup> Silvana Aparecida de Souza questiona a fala da Prof.<sup>a</sup> Ivone Nieradka e entende que

não é natural um educador, uma pessoa que trabalha com processo de formação humana, dizer que essa lógica concorrencial entre escolas públicas é natural e faz parte do processo. Isso não é necessário. Não é necessário fazer assim para se ter uma educação de qualidade. É possível fazer educação de qualidade de outro jeito e ainda assim os alunos obterem boas notas na Prova Brasil. (FOZ DO IGUAÇU, 2013h, pg. 04).

Em seu depoimento, a Professora Bernadete Sidor Gruhn não compactua com a ideia de se classificar a melhor ou a pior escola para ela “o fracasso da educação é de todos, o sucesso da educação é de todos, portanto, se uma escola não for bem a responsabilidade de seu fracasso tem que ser dividido com todas as escolas” (FOZ DO IGUAÇU, 2013i, p. 02)

A concorrência entre escolas públicas é uma das categorias de análise crítica estudada por Diane Ravitch (2011) que afirma: “Existem muitos exemplos de competição saudável

nas escolas, como as feiras de ciências, concursos de redação, debates, torneios de xadrez e eventos esportivos.” E ainda, sobre a questão da competição ela alerta que essa prática extingue a possibilidade de troca de experiências entre escolas, afirma que: “Para as escolas aprenderem umas com as outras, elas precisam compartilhar prontamente informações sobre seus sucessos e fracassos, assim como fazem os profissionais, médicos, ao invés de agir como rivais em uma luta pela sobrevivência.” (RAVITCH, 2011, p. 254)

No que diz respeito à forma como a política de ranqueamento acirra a competição entre as escolas, com o objetivo de pressionar, via opinião pública, o alcance de melhores resultados, transformando o Ideb em um instrumento regulatório, Luiz Carlos Freitas afirma:

[...] O Ideb é mais um instrumento regulatório do que um definidor de critérios para uma melhor aplicação dos recursos da União visando alterar indicadores educacionais. O resultado de cada município e de cada estado será (e já está sendo) utilizado para ranquear as redes de ensino, para acirrar a competição e para pressionar, via opinião pública, o alcance de melhores resultados. (FREITAS, 2007, p. 967 *apud* ARAÚJO (2007, p. 27).

### **3.1.5 A desvantagens associadas à pobreza**

As escolas municipais de Foz do Iguaçu que tiveram melhores resultados foram Santa Rita de Cássia, Papa João Paulo I e Benedicto João Cordeiro e estão localizadas respectivamente nos bairros Vila Pérola, Parque Presidente e Campos do Iguaçu, que são regiões mais próximas ao centro da cidade, e onde moram grupos sociais de classe média e que notadamente possuem problemas sociais em menor gravidade do que as escolas que tiveram os piores resultados e que estão localizados na periferia da cidade. Esse fenômeno foi denunciado na Comissão Especial de Ideb da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu e consta no Relatório do Presidente dessa Comissão, conforme divulgado no jornal O Iguassu “Resultado do IDEB usado como “Ranking” entre as escolas e, com isso, colocando num mesmo critério, escolas com perfis de famílias socioeconomicamente privilegiadas com outras de escolas menos favorecidas.” (O IGUASSU, 2013, p. 19)

Segundo os estudos de Diane Ravitch (2011) a situação sócio econômica influencia diretamente na educação porque “As nossas escolas não podem ser melhoradas se ignoramos as desvantagens associadas à pobreza que afetam a capacidade das crianças aprenderem.” E

ainda que essa comunidade carente merece um tratamento diferenciado: “As crianças que cresceram na pobreza necessitam de recursos extras, inclusive cuidados pré-escolares e médicos.” Portanto, a escola não pode ser vista de forma isolada, inclusive essas famílias excluídas “[...] precisam de mais apoio, como serviços sociais coordenados que as ajudem a melhorar a sua educação, adquirir habilidades sociais e laborais necessárias, e conseguir emprego e moradia.” e que a escolas deveria fazer parte de um conjunto de programas de combate a pobreza, em suas palavras Ravitch alega que “Embora a escola em si não tenha como fazer essas coisas, ela deveria fazer parte de uma rede de organizações públicas e privadas que apoiem as famílias.” (RAVITCH, 2011, p. 255)

As injustiças do desempenho escolar relacionadas com o nível sócio econômico também são denunciadas por Freitas (2007), que demonstra que estas escondem o problema da desigualdade social:

Nossa sociedade produz tamanha desigualdade social que as instituições que nela funcionam, se nenhuma ação contrária for adotada, acabam por traduzir tais desigualdades como princípio e meio de seu funcionamento (Bourdieu & Passeron, 1975; Baudelot & Establet, 1986). Todos concordamos em que isso não é desejável, mas meras políticas de equidade apenas tendem a ocultar o problema central: a desigualdade socioeconômica. Não é sem razão que os melhores desempenhos escolares estão nas camadas com melhor nível socioeconômico. (FREITAS, 2007, p. 969)

Para Pierre Bourdieu e Jean Claude Passeron (1975) na obra *A Reprodução*, a escola acaba cometendo uma “violência simbólica” que é a dominação consentida contra alunos de classe social menos favorecida economicamente, uma vez que estes são levados a acreditar que são menos capazes do que os alunos de classe social mais favorecida economicamente, quando, na realidade, esses alunos não tiveram as mesmas oportunidades. Assim, a escola reproduz e legitima a “ordem social”:

[...] o sistema escolar cumpre uma função de legitimação cada vez mais necessária à perpetuação da “ordem social” uma vez que a evolução das relações de força entre as classes tende a excluir de modo completo a imposição de uma hierarquia fundada na afirmação bruta e brutal das relações de força. (BOURDIEU; PASSERON, 1975, p.311)

Outro autor que faz severas críticas a questão da desvantagem associada a pobreza é Juan Casassus (2009), que analisa a implantação dos sistemas de avaliação centralizados na América Latina, faz sérias críticas às avaliações padronizadas, denominadas por ele de “provas standarizadas de mediação”, afirmando que estas possuem conseqüências sociais, quando aumentam a desigualdade entre as escolas mais carentes daquelas mais abastadas.

Os resultados das provas indicam-nos que no extremo dos “burros” e das baixas pontuações se encontram os pobres, e que os ricos se encontram no extremo dos “inteligentes” e com pontuações altas. (...) Um sistema meritocrático numa democracia formal, ou seja, uma democracia que não toma em consideração a desigualdade de condições e os contextos de pobreza, que nos diz que há uma razão de ser para os burros serem pobres; é porque são burros. Assumir isto é esquecer um ponto crucial: os efeitos negativos que a pobreza tem na aprendizagem e no desenvolvimento cognitivo do aluno. (CASASSUS, 2009, p. 76)

Os estudos de Casassus (2009) confirmam a influência da classe social no desempenho dos testes estandarizados, que a desvantagem associada à pobreza é uma realidade e que ocorreu também nas escolas iguaçuense, conforme denúncia do vereador Dilto Vitorassi onde aponta que as escolas periféricas obtiveram os piores resultados enquanto aquelas localizadas em bairros nobre da cidade obtiveram melhores resultados.

### **3.1.6 Treinamento para as provas**

Os alunos das escolas municipais de Foz do Iguaçu fizeram várias simulações da prova Brasil na intenção de treinar para o grande dia da avaliação. Em seu depoimento à Comissão Especial do Ideb, a professora Marli Salete Silva denunciou que as crianças do 5º ano do Ensino Fundamental da rede municipal de Foz do Iguaçu são treinadas para a prova em uma rotina levada à exaustão e que depois, estas mesmas crianças se esquecem do que aprenderam:

no quinto ano houve um treinamento para as crianças e a diferença é que o que você treina você pode esquecer o que você aprende você não esquece, nunca. Você aprende o treinamento, você aprende como preenche o

gabarito ou uma questão, você treina, treina, treina, depois esquece. O Ideb, para se chegar no ponto máximo no quinto ano, deve ser trabalhado desde o pré escolar e não só no quinto ano. As crianças são levadas a uma rotina muito cansativa, de manhã e de tarde cansa muito. (FOZ DO IGUAÇU, 2013g, p. 01-02)

Conforme o relatório do presidente da Comissão especial do Ideb, foi realizado “reforço anormal” por não haver continuidade em anos sem Ideb:

Nos depoimentos nesta Comissão Especial, ficaram comprovadas algumas fragilidades e vulnerabilidades das avaliações do IDEB aplicadas neste município (e provavelmente em boa parte do restante do país), as quais precisam ser corrigidas. [...] reforço, além do normal, para alunos nos anos do IDEB, para que isso interferisse no resultado, “reforço anormal” esse que depois não tem continuidade nos anos em que não há avaliação do Ideb. (FOZ DO IGUAÇU, 2013c, p. 14).

A professora Maria Benadete Sidor Gruhn, em seu depoimento referindo-se à criança que somente faz a prova do Ideb, disse que “a sua produção de texto fica bastante comprometida, porque ela é treinada para ler e trabalhar, unicamente, questões de leitura e de interpretação daquela leitura proposta. Fica um ato bem mecânico.” (FOZ DO IGUAÇU, 2013i, p. 01)

Para Ravitch (2011) a preparação para os testes é a forma mais comum de burlar o sistema, porém essa prática não leva ao aprendizado concreto:

De todas as maneiras de burlar o sistema, a mais comum é a preparação para o teste. A maior parte dos distritos, especialmente os distritos urbanos onde a performance é a mais baixa, incansavelmente realiza atividades preparatórias para os testes. [...] Mas os distritos escolares tem investido centenas de milhões de dólares em programas e materiais de treinamento para ensinar aos estudantes os tipos específicos de questões que vão aparecer nos testes estaduais. Por semana ou até mesmo antes do teste estadual, as crianças são diariamente treinadas em habilidades de realização de testes e em questões similares às que deverão aparecer no teste estadual. A consequência de toda essa prática é que os estudantes podem ser capazes de passar no teste mas não conseguem passar em um teste do mesmo assunto para o qual eles não tenham praticados. (RAVITCH, 2011, p. 181)



Portanto, treinar para a prova não significa, necessariamente, que o aluno obteve aprendizado uma vez que o treinamento mecânico para determinado tipo de prova cai no esquecimento e a criança não consegue realizar outro tipo de prova ou que seja diferente daquele tipo que ele recebeu treinamento para fazer.

## Considerações finais

A presente pesquisa nos oportunizou verificar a tese de que a implantação da meritocracia nas escolas municipais de Foz do Iguaçu contribuiu significativamente para que o município elevasse, subitamente, os índices do Ideb. Através da construção dialética da antítese, constatou-se que a meritocracia na educação causou alguns danos ou distorções, que optamos por chamar de “efeitos colaterais”, em uma metáfora de comparação com a área de saúde. Para isso, tomamos as distorções apresentadas por Diane Ravitch (2011), autora que passou a questionar a avaliação larga escala, depois de ter participado de sua implantação nos Estados Unidos da América, mais especificamente no governo de George Bush. Nessa perspectiva, questiona-se se a elevação dos índices do Ideb das escolas municipais de Foz do Iguaçu significa elevação da qualidade da educação.

Segundo o depoimento da Prof.<sup>a</sup> Silvana Aparecida de Souza, existe no Ideb uma lógica de remuneração por produção, que é uma lógica do setor privado empresarial capitalista, e que existe uma discordância não só sua, mas de um grupo de pesquisadores, sindicatos e militantes que questionam a lógica do Ideb. Entendem que “na escola existe uma especificidade no processo educacional, que diferencia da produção material em geral.” Para se ter melhor compreensão sobre a discrepância entre os objetivos empresariais e escolares, a professora exemplifica:

Se eu sou uma produtora de geladeira, uma coisa é o produtor, o funcionário, uma coisa é matéria prima, outra coisa é o produto que é a geladeira que sai no final, e o consumidor vai consumir esse produto depois. A produção se dá num momento e o consumo se dá depois, separado. Na educação isso é completamente diferente. Na educação a matéria prima é o aluno, que não pode ser escolhido como você escolhe no mercado, que se escolhe a matéria prima para produzir. Na educação o aluno é matéria prima, mas ele também é produtor e ele é produto, ou seja, o processo de formação humana acontece durante o próprio processo. E está envolvido o professor, toda a escola como espaço educativo e o aluno. Isso quer dizer que na educação o processo de produção do conhecimento, o processo de trabalho, é completamente diferente de qualquer outro lugar que diz respeito a iniciativa privada empresarial, sobretudo capitalista. (FOZ DO IGUAÇU, 2013h, p. 01)

E ainda, deixa claro que as finalidades da escola e da empresa são diferentes “a empresa privada tem o objetivo da acumulação e a escola tem o objetivo da formação humana, que são objetivos incompatíveis”. Conclui que a “transposição da gestão da empresa para a escola é um equívoco”. Disse também que “o Ideb é um equívoco”, afirmando que não é verdade que ele objetiva qualidade do ensino. Que o Ideb tem um “objetivo único que é promover a reforma do Estado no sentido de reduzir, ou manter, ou conter o aumento do gasto do poder público com a folha, do gasto do poder público com as políticas públicas, com o atendimento do serviço social público”. (FOZ DO IGUAÇU, 2013h, p. 02).

Para o Prof. Dr. Luiz Carlos de Freitas (2007) a mercantilização da educação gera corrupção no sistema e também concorda com a incompatibilidade existente entre os objetivos da educação e das empresas lucrativas, além de que gasta-se tempo precioso da educação com esse tipo de avaliação. Em entrevista ao professor Martins da revista *Carta Capital*, Freitas afirma:

A ideia da bonificação é importada da iniciativa privada. Os reformadores empresariais da educação acreditam que a Educação é uma atividade como qualquer outra, possível de ser administrada pelos critérios da iniciativa privada, ou seja, a escola é vista como se fosse igual a uma pequena empresa. Para este pensamento, o problema educacional se resolve com um choque de gestão. Uma empresa vai bem quando os lucros aumentam, e na escola, o equivalente aos lucros são os resultados nos testes. Se eles aumentam, então a escola vai bem, logo seus profissionais merecem um ônus, se as notas não aumentam então alguém tem que ser responsabilizado, ou seja, demitido – tal como se fosse uma fábrica de sapatos. Ocorre que não há intercambiabilidade entre a área dos negócios e a área da Educação. São Lógicas diferentes. No mercado há ganhadores e perdedores e os ganhadores não têm que se preocupar com os perdedores. A Educação é um direito de todos e temos que nos responsabilizar pelo avanço de todos. São lógicas incompatíveis. Os testes ganham então uma relevância extraordinária. Há, entretanto, um princípio antigo, de Campbell, que diz que quanto mais um indicador social é usado para controle, mais ele distorce e corrompe o processo social que ele tenta monitorar. Há ainda a questão do aumento de simulados no interior das redes que acaba por tomar tempo precioso da aprendizagem dos alunos que acaba sendo substituído por treino para as provas. Aprendizagem é algo diferente de ser treinado para se sair bem em testes. (MARTINS, 2011, s/p.).

Como forma de comprovar a incompatibilidade entre a produção de conhecimentos e a produção de mercadorias, um dos maiores pensadores da educação, Paulo Freire em sua obra *Pedagogia do Oprimido* enuncia que “ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1981, p.79), demonstrando que a educação não é um processo isolado, mas uma via de mão dupla onde a produção de conhecimento ocorre por meio da interação entre educador e educando.

Finalmente, para a pesquisadora norte americana Diana Ravitch, a qual formulou esta categoria de análise, “Nossas escolas não melhorarão se esperamos delas que atuem como empresas privadas, lucrativas. Escolas não são negócios, elas são um bem público.” (2011, p. 254). Quanto ao objetivo de empresas e escolas, também defende que são lógicas diferentes “O objetivo da educação não é produzir altas pontuações, mas educar as crianças para serem pessoas responsáveis com pensamento bem desenvolvido e bom caráter. Não se deve esperar que as escolas produzam lucro na forma de pontuações de valor agregado.” (RAVITCH, 2011, p. 254).

Constatou-se que a liberação de fluxo é uma dessas distorções e que alguns professores que prestaram depoimento na Comissão Especial da Câmara dos Vereadores de Foz do Iguaçu alegam esse fenômeno como pratica comum nas escolas municipais de Foz do Iguaçu, provavelmente por pressão da Secretaria Municipal da Educação e mesmo por interesse em receber o 14º e o 15º salário pago aos trabalhadores que atingirem as metas estabelecidas através de decreto pelo governo municipal. Apesar de nenhum gestor admitir, é provável que os professores sejam pressionados a aprovarem alunos que às vezes não tem as mínimas condições de acompanharem as séries seguintes de escolarização. Essa provável pressão deve ocorrer principalmente em anos de avaliação do Ideb, uma vez que o índice de aprovação ou aproveitamento (escolar segundo o Inep) é um dos itens de avaliação do Ideb (aproveitamento escolar e prova Brasil). Esse fato pode ser constatado no Gráfico 2, em que os dados de aproveitamento da rede municipal mostram claramente que o índice de reprovação de alunos cai em ano de aferição do Ideb e aumenta no ano seguinte, quando não há aferição do Ideb, que ocorre a cada dois anos. Ou seja, o índice de reprovação escolar da rede municipal de Foz do Iguaçu oscila de ano a ano, produzindo um “vai e vem” no gráfico que não encontra qualquer explicação senão na pressão pela redução da reprovação em anos de aferição de Ideb.

A ocorrência da elevação repentina dos escores levantada por Ravitch é outro fenômeno que também ocorre em Foz do Iguaçu. Considerando que é improvável que exista um aumento repentino da qualidade da educação sem a concomitante melhoria dos indicadores sociais, culturais e políticos e não somente da vontade da escola, portanto pode-se considerar que só pode então ter havido um trabalho direcionado por parte do governo municipal, da Secretaria da Educação e das escolas de Foz do Iguaçu para a elevação do índice, já que não houve mudanças substantivas na questão social em Foz do Iguaçu. Sendo assim, é possível que os índices não reflitam a realidade das escolas, corroborando com os estudos da pesquisadora norte americana Diane Ravitch (2011) “[...] então nós podemos descobrir que obtivemos um resultado paradoxal e terrível: escores mais altos e uma educação pior.” (p.256)

A categoria precarização do currículo escolar, levantada por Ravitch também se apresenta em Foz do Iguaçu, uma vez que as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática são as únicas avaliadas na Prova Brasil. Sendo assim, a avaliação torna-se limitada e reducionista, nas palavras de Ravitch (2011) “Nossas escolas não melhorarão se nós continuarmos a focar somente o ensino de matemática e leitura enquanto ignoramos os outros estudos que são elementos essenciais da boa educação.”

A distorção referente à competição entre escolas públicas também se constata na rede municipal de Foz do Iguaçu, admitida inclusive por uma das diretoras de escola de maior nota no Ideb, em seu depoimento à Comissão Especial da Câmara dos Vereadores. Para Ravitch (2011) escolas públicas devem colaborar umas com as outras e trocar experiências e não competir entre si, porque não é esse o objetivo delas.

A distorção que diz respeito ao fato de que escolas com alunos de melhores condições sócio econômica apresentam melhores resultados, constata-se pelo fato de que as escolas de maior Ideb de Foz são escolas que atendem população que não estão em condição de vulnerabilidade social. Pelo contrário, trata-se de escolas de bairros cuja população é de classe média. Dessa forma, a escola reproduz, legitima e reforça as desigualdades sociais (BOURDIEU, 1975).

O treinamento para as provas é outra distorção constatada na rede municipal de Foz do Iguaçu, segundo depoimento da Professora Marli Salete da Costa Silva, e segundo estudos de Diane Ravitch, considerando que o reforço escolar no contra turno ocorre somente em ano de aferição do Ideb, sendo que nessas aulas os alunos são treinados para fazerem provas de múltipla escolha. Segundo Ravitch (2011) é a forma mais comum de burlar a avaliação em larga escala. A autora afirma ainda que: “As escolas certamente serão um fracasso se os estudantes se formarem sabendo como escolher a opção correta dentre quatro afirmações em um teste de múltipla escolha, mas não estiverem preparados para viver vidas plenas, ser cidadãos responsáveis e realizar boas escolhas para si mesmos suas famílias e para nossa sociedade” (p.250)

A questão da mercantilização da educação, denunciada pela Prof.<sup>a</sup> Silvana Aparecida de Souza na Comissão do Ideb sintetiza tudo que foi estudado, principalmente, denuncia a discrepância que existe entre os objetivos da escola e das empresas privadas, e, principalmente, que essa distorção infelizmente tem ocorrido nas escolas da rede municipal de Foz do Iguaçu.

Outra consideração possível é que a avaliação de larga escala vem acompanhada de objetivos subliminares os quais Freitas (2007) sintetiza em três categorias: Responsabilização, Meritocracia e Privatização, sendo que as categorias: responsabilização e a meritocracia já são perceptíveis na rede municipal de educação de Foz do Iguaçu.

Assim sendo, conclui-se que as categorias delimitadas pela análise de Ravitch apresentam-se também em Foz do Iguaçu, demonstrando que os sistemas de avaliação de larga escala provocam efeitos similares aos estudos realizados pela autora no sistema escolar norte-americana: que o aumento do índice de Ideb não significa aumento na qualidade da educação, mas traz, isto sim, danos e distorções.

## REFERÊNCIAS

### Bibliografias

ABREU, A. S. **A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção**. 8. Ed. Cotia: Ateliê Editorial. 2005.

AIEX NETO, J. E; FREITAS, M. V. **Frentona: atas e atos**. Foz do Iguaçu: Foto laser Gráfica e Editora Ltda. 2008. 262p.

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. *In: SADER, Emir; Gentili, Pablo (Org.) Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BOURDIEU, P. **A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. *In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI. Afrânio (org.). Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. P. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. P; PASSERON, J. C. **A reprodução**. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

CAPOVILLA, A. G. S; CAPOVILLA, F. C. **Alfabetização fônica: construindo competência de leitura e escrita**. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

CARVALHO, E. **A produção dialética do conhecimento**. São Paulo: Xamã, 2008.

CASTRO, A. M. D. A. Administração gerencial: a nova configuração da Gestão na América Latina. **Revista Brasileira de Políticas da Administração da Educação**. V.24, n.3, p.377-584, set/dez, 2008.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 2001.

\_\_\_\_\_, F. **A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro**. Praga, São Paulo, n. 03, p.19-46, set. 1997. São Paulo: Xamã, 1997.

CORAGGIO, J. L. **Desenvolvimento humano e Educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CORRÊA, G. C.. **Educação, comunicação anarquia: procedência da sociedade de controle no Brasil**. São Paulo, 2006.

CURY, C. R. J. **Educação e Contradição**. São Paulo: Cortez, 1986.

DRAIBE, S. As políticas sociais e o neoliberalismo. **Revista USP**, n. 17, mar.abr.maio 1993.

EMER, I. O. **Desenvolvimento histórico do Oeste do Paraná e a construção da escola**. Dissertação (Dissertação de Mestrado) - Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Avançados em Educação: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

FIORI, J. L. **Os moedeiros falsos**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

FRANCA, S. J. L. **O método pedagógico dos jesuítas**: o Ratio Studiorum. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1952.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GARCIA, R. **Avaliação de Ações Governamentais**: pontos para um começo de conversa. Brasília, IPEA/CENDE, out., 1997.

GENTILI, P. **A falsificação do consenso**: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis: Vozes, 2001.

GHIRALDELLI JUNIOR, P. **Filosofia e história da educação brasileira**. Barueri, SP: Manole, 2003.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LÊNIN, V. I. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. Tradução Olinto Berckerman. 3. ed. São Paulo: Global, 1985.

LIMA, P. **Foz do Iguaçu no contexto da História**. Foz do Iguaçu PR: Foto Laser Gráfica e Editora Ltda. 2010.

LOPES, S. **O território do Iguaçu no contexto da “marcha para oeste”**. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2002. 264p. (coleção thésis).

LUZURIAGA, L. **História da educação e da pedagogia**. 18. ed. São Paulo: Nacional, 1990.

LUKÁCS, G. **Existencialismo ou marxismo?** São Paulo: Senzala, 1967.

MACHADO, J. P. **Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa**. Lisboa: Editora Confluência e Livros Horizonte, 2003



MARX, K. **El Capital: Crítica de la economía política.** México: Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 1966.

MARX, K. ; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Hucitec, 2002.

MAZZUCHELLI, F. **A contradição em processo: o capitalismo e suas crises.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

MÉSZÁROS. I. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo; Campinas: Editora Unicamp, 2002.

NAGLE, J. **A educação na primeira república.** In: FAUSTO, Boris (dir.) História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III – O Brasil Republicano – Sociedade e Instituições (1889-1930). 2. ed. v. 2. São Paulo: Difel, 1978.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2006.

NOGUEIRA, M. A.; CATANI. A. (org.). **Escritos de educação.** Petrópolis, Vozes, 1998.

OLIVEIRA, D. A. As reformas em curso nos sistemas de educação básica: empregabilidade e equidade social. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, M. R. T. (orgs). **Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

RAVITCH, D. **Vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação.** Tradução Marcelo Duarte. Porto Alegre: Sulina, 2011. 318 p.

ROMANELLI, O. **História da educação no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1983.

SANFELICE, J. L. Dialética e Pesquisa em Educação. In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D. (Orgs.). **Marxismo e Educação: debates contemporâneos.** 2. ed. Campinas: Autores Associados: Histedbr, 2008.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional.** 2. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1999.

\_\_\_\_\_. **D. Escola e Democracia.** São Paulo: Cortez, 1986.

\_\_\_\_\_. D. A supervisão educacional em perspectiva histórica: da função à profissão pela mediação da idéia. In: Ferreira, N. S. C. (org.) **Supervisão Educacional para uma escola de qualidade.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. D. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval; et. al. **O Legado Educacional do Século XX no Brasil.** 2ª ed.. p. 9-57. 2006.

SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. (Orgs.). **História e História da Educação: O Debate Teórico-Metodológico Atual**. Campinas – São Paulo: Autores Associados, 2000.

SILVA, P.; Costa, N. **A Avaliação de Programa Público: reflexões sobre a experiência brasileira**. Relatório Técnico. Cooperação Técnica BID-IPEA. Brasília, IPEA, 2002.

SOUZA, S. A. **Gestão escolar compartilhada: democracia ou descompromisso?** São Paulo: Xamã Editora, 2001.

TOUSSAINT, E. **A bolsa ou a vida: a dívida externa do terceiro mundo: as finanças contra o povo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

VALENTE, I. ROMANO, R. PNE: Plano Nacional da Educação ou carta de intenções? **Revista da Ciência da Educação e Sociedade**, São Paulo, v.23, n. 80, p. 96-107, 2002.

## Fontes

A FRONTEIRA. **Mesmo que a Nanci fosse a titular a população quis a mudança, diz Brasileiro**. 10 out. 2012. Disponível em: <<http://www.afronteira.com/br/noticias/cidade/mesmo-que-a-nanci-fosse-a-titular-a-populacao-quis-a-mudanca-diz-brasileiro>>. Acesso em 03 set. 2014.

A FRONTEIRA. **Íntegra do depoimento da professora Ivone Nieradka na Comissão do Ideb**. 2013a. Disponível em: <<http://www.afronteira.com/br/noticias/cidade/integra-do-depoimento-da-professora-ivone-nieradka-na-ce-do-ideb>>. Acesso em 24 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. **As crianças foram treinadas sim, reforça a professora Marli**. 2013b. Disponível em: <<http://afronteira.com/br/noticias/cidade/as-cricancas-foram-treinadas-sim-reforca-professora-marli>>. Acesso 25 maio 2014.

\_\_\_\_\_. **Éramos forçados a passar alunos em ano de ideb, revela professora Dinorá**. 2013c. Disponível em: <<http://www.afronteira.com/br/noticias/cidade/eramos-forcados-a-passar-alunos-em-anos-do-ideb-diz-professora>>. Acesso em 20 ago. 2014.

ANDRÉ, T. C.; BUFREM, L. S. Avaliação em Larga Escala e Alfabetização: Adoção do Método Fônico em Foz do Iguaçu. In: **Revista Eletrônica de Política e Gestão Educacional**. Revista de Ciência da Educação da Universidade Estadual Paulista/UNESP. n.15, 2º sem. 2013.

ARAÚJO, L. **Os fios condutores do PDE são antigos**. 2007. Jornal de Políticas Educacionais. v.1, n.2 set. 2007. p. 24–31 Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/jpe/article/view/15000>>. Acesso em 29 set. 2014.

AVELINO, W. F. **Provocações Educacionais na Era Vargas**. 2012. In. Web artigos. Educação. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/educacao-na-era-vargas/92753/>>. Acesso em 07 mar. 2016.

AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

BATISTA, P. N. **O Consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo: Consulta Popular, 2001 (Caderno, n.7).

BERGER, C. N. **Formação de Professores na região oeste do Paraná**: desafios históricos. In: Histórias na Fronteira. Foz do Iguaçu, v. 3, n. 3, p-139-156, jul/dez. 2010.

BENITEZ, N. depoimento1 [janeiro, 2016]. Entrevistador: Silvio Benitez. Foz do Iguaçu: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2016. 1 arquivo. mp3. Pesquisa: **Histórico das políticas públicas da educação implementadas nas escolas municipais de Foz do Iguaçu a partir de 1986**. Parecer Consubstanciado nº 1.255.337 do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Unioeste.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Decenal de Educação** (1993-2003), Brasília, DF: MEC 1993.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96**. Brasília, DF: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. INEP – Nota Técnica 003/2009. **Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono. Censo Escolar da Educação Básica 2007**. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/download/censo/2009/NT\\_003\\_2009.pdf](http://download.inep.gov.br/download/censo/2009/NT_003_2009.pdf)>. Acesso em 13 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. INEP – **O que é Ideb**. 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/o-que-e-o-ideb>>. Acesso em 12 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. INEP – **Resultados e Metas**. 2012a. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/home.seam?cid=256111>> Acesso em 29 maio 2014.

\_\_\_\_\_. INEP - **Como o Ideb é calculado**. 2011b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/como-o-ideb-e-calculado>>. Acesso em 10 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE/**Programa PDDE**. 2012a. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/dinheiro-direto-escola/dinheiro-direto-escola-apresentacao>>. Acesso em 13 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE/**Programa PNLD**. 2012b. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-apresentacao>>. Acesso em 13 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE/**Programa PNAE**. 2012c. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. Acesso em 13 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE/**Programa Proinfo**. 2012d. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/programa-nacional-de-tecnologia-educacional-proinfo>>. acesso em 15 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE/**Pnate**. 2012e. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/transporte-escolar/transporte-escolar-apresentacao>>. Acesso em 15 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE/**PNBE**. 2012f. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/biblioteca-da-escola/biblioteca-da-escola-apresentacao>>. Acesso em 15 fev. 2015.

CAMARGO, R. B.; GUIMARÃES, J. L. e PINTO, J.M.R. Sobre o Financiamento no Plano de Desenvolvimento da Educação. **Cadernos de pesquisa**, v. 38, n. 135, p. 817 – 839, set. a dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n135/v38n135a14.pdf>>. Acesso em 15 fev. 2015.

CASASSUS, J. **Uma nota crítica sobre a avaliação standartizada**: a perda da qualidade e a segmentação social. Sísifo: Revista de Ciência da Educação, P. 71-79, 2009. Disponível em: <[www.sisifo.fpce.ul.pt](http://www.sisifo.fpce.ul.pt)>. Acesso em 13 jun. 2016.

CHAVES, N. M. D. **Meritocracia – Revelando as melhores pessoas ou o melhor das pessoas?** Um Estudo de Caso em uma empresa brasileira. Dissertação de Mestrado em Administração Profissional. Pedro Leopoldo: Fundação Pedro Leopoldo. 2012. p. 119. Disponível em: <[http://www.fpl.edu.br/2013/media/pdfs/mestrado/dissertacoes\\_2012/dissertacao\\_neuza\\_maria\\_dias\\_chaves\\_2012.pdf](http://www.fpl.edu.br/2013/media/pdfs/mestrado/dissertacoes_2012/dissertacao_neuza_maria_dias_chaves_2012.pdf)>. Acesso em 24 fev. 2015.

DAROS JUNIOR, A. **Eleições para supervisor escolar no município de Foz do Iguaçu: uma abordagem histórica**. *Educ. Teoria Prática* [online]. 2009, vol.19, n.32, pp. 233-239.

ISSN 1981-8106. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/eduteo/v19n32/v19n32a16.pdf>. Acesso em 23 mar. 2015.

FERNANDES, R. O mentor da equação; entrevista a Marta Avancini. **Revista Educação**, São Paulo, edição 123, 2007. Disponível em: <http://revistaeducacao.uol.com.br/revista.asp?edicao=Edição%20123>. Acesso em: 07 maio 2014.

FOZ DO IGUAÇU. Lei Municipal nº 1.307 de 30 de dezembro de 1986 - Dispõe sobre o estatuto do magistério de Foz do Iguaçu e dá outras providências. 1986. Disponível em: [https://www.leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/3269/leis-de-foz-do-iguacu?date\\_start=&date\\_end=&q=Lei+1.307+de+30+de+dezembro+de+1986](https://www.leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/3269/leis-de-foz-do-iguacu?date_start=&date_end=&q=Lei+1.307+de+30+de+dezembro+de+1986) Acesso em 23 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. **Foz do Iguaçu – Retratos**. Umuarama – PR: Editora Campana, 1997.

\_\_\_\_\_. Plano Diretor Municipal. –**avaliação temática integrada**. Foz do Iguaçu: PMFI, v. 1, ago. 2006. 284p.

\_\_\_\_\_. Lei Municipal nº 2869 de 18 de dezembro de 2003. **Institui Política de Educação Física na rede Municipal de Ensino e dá outras providências**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/2003/286/2869/lei-ordinaria-n-2869-2003-institui-politica-de-educacao-fisica-na-rede-municipal-de-ensino-e-da-outras-providencias>.>Acesso em 16 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. Divisão de Documentação e Legislação Escolar. **Estatística do Resultado Final 2011**. Foz do Iguaçu: 2011.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. **Decreto nº 21.404, de 22 de junho de 2012**. Regulamenta no âmbito da Secretaria Municipal da Educação o Acordo Metas do Programa Gestão Para Resultados, a serem atingidas e a forma de pagamento do Prêmio por Desempenho. Disponível em: <http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/showinglaw.pl>. Acesso em 07 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Câmara Municipal. 2013a. **Portaria 072/2013, de 14 de fevereiro de 2013**. Cria comissão especial para promover estudos e a tomada de posição acerca de adequação do Índice de desenvolvimento da educação básica.

\_\_\_\_\_. Câmara Municipal. 2013b. **Relatório Final da Comissão Especial do Ideb**. 13 mai. 2013.

\_\_\_\_\_. Câmara Municipal. 2013c. **Relatório do vereador presidente da Comissão Especial com a finalidade de promover o estudo e a tomada de posição acerca da**

**adequação do índice de desenvolvimento da educação básica – Ideb – como método de avaliação da educação pública prestada no município de Foz do Iguaçu.** 17 mai. 2013.

\_\_\_\_\_. Câmara Municipal. 2013d. **Ata da 4ª reunião da Comissão Especial do Ideb.** Depoimento Prof.<sup>a</sup> Ivone Aparecida Perez Müller. 11 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. Câmara Municipal. 2013e. **Ata da 5ª reunião da Comissão Especial do Ideb.** Depoimento Prof.<sup>a</sup> Ivone Elisabeth Nieradka. 11 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. Câmara Municipal. 2013f. **Ata da 7ª reunião da Comissão Especial do Ideb.** Depoimento Prof.<sup>a</sup> Dinoráh Francisca de Moraes Rocha. 22 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. Câmara Municipal. 2013g. **Ata da 8ª reunião da Comissão Especial do Ideb.** Depoimento Prof.<sup>a</sup> Marli Salete da Costa Silva. 22 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. Câmara Municipal. 2013h. **Ata da 10ª reunião da Comissão Especial do Ideb.** Depoimento Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvana Aparecida de Souza. 22 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. Câmara Municipal. 2013i. **Ata da 12ª reunião da Comissão Especial do Ideb.** Depoimento Prof.<sup>a</sup> Maria Bernadete Sidor. 22 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. 2014. **História da Cidade.** Disponível em:

<<http://www.pmfi.pr.gov.br/conteudo/%3bjsessionid%3d665faaf49317114b76f278fdc697?idMenu=1007>>. Acesso em 10 mai.2014.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal/Secretaria Municipal da Educação/**Programa FICA.** 2008. Disponível em:<<http://www.pmfi.pr.gov.br/Portal/VisualizaObj.aspx?IDObj=8204>>. Acesso em 10 fev. 2015.

FREITAS, L. C. Eliminação adiada: o caso das classes populares no interior das escolas e a ocultação da (má) qualidade do ensino. **Educação e Sociedade**, v.28, n.100, p. 965-987, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1628100.pdf>>. Acesso em 03 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. L. C. Responsabilização, meritocracia e privatização: conseguiremos escapar ao neotecnismo? *In: III Seminário de Educação Brasileira e Simpósio PNE: Diretrizes para Avaliação e Regulação da Educação Nacional*, 2011, São Paulo, **Anais...** Campinas: CEDES, 2011. Disponível em:<[http://www.cedes.unicamp.br/seminário3/luiz\\_freitas.pdf](http://www.cedes.unicamp.br/seminário3/luiz_freitas.pdf)>. Acesso em 03 maio 2014.

\_\_\_\_\_. L. C. **Os reformadores empresariais da educação:** da desmoralização do magistério a destruição do sistema público da educação. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.-jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v33n119/a04v33n119.pdf>> Acesso em 16 fev. 2015.

FRIGOTTO, G. A Interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais *In: Revista IDEACÃO/Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus Foz do Iguaçu. Centro de Educação e Letras. – Cascavel PR: Edunioeste. v. 10 nº I. p. 41-62 1º sem. 2008.*

GALLERT, C. **Método Fônico:** do sucesso de aprendizagem em alfabetização ou do retorno da inexistência sócio histórica do sujeito da linguagem. Dissertação Mestrado em Educação – Universidade do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2013. 186 fl..

GAZETA DO POVO. **Eleições 2012.** Apuração do 1º turno. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/apuracao2012/1turno/>>. Acesso em 14 ago. 2014.

GOMIDE. D. C.. O Materialismo Histórico-Dialético como enfoque metodológico para a pesquisa sobre políticas educacionais. *In: XII Jornada do Hstedbr e X Seminário de Dezembro do Histedbr. A crise do Capitalismo e seus impactos na educação pública brasileira.* Universidade Estadual do Maranhão. 02 a 04 de dezembro de 2014. Artigo. Disponível em: <[http://www.xijornadahistedbr.com.br/anais/artigos/2/artigo\\_eixo2\\_86\\_1410820241.pdf](http://www.xijornadahistedbr.com.br/anais/artigos/2/artigo_eixo2_86_1410820241.pdf)>. Acesso em 14 dez. 2015.

GRISON, L. T. depoimento 2 [fevereiro, 2016]. Entrevistador: Silvio Benitez. Foz do Iguaçu: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2016. 1 arquivo. mp3. Pesquisa: **Histórico das políticas públicas da educação implementadas nas escolas municipais de Foz do Iguaçu a partir de 1986.** Parecer Consubstanciado nº 1.255.337 do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Unioeste.

GIRON, G. R. **Políticas públicas, educação e neoliberalismo:** o que isso tem a ver com cidadania? Revista de Educação PUC-Campinas, Campinas, n. 24, p. 17-26, junho 2008. Disponível em: <<http://periodicos.puccampinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/viewFile/109/97>> Acesso em 16 fev. 2015.

HIDALGO, A. M. **Tendências contemporâneas da privatização do ensino público:** o caso do estado do Paraná. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) UFPR, Curitiba.  
LOPES, A.; NICOLAU A. Psicologia. O caminho da psicologia. **Behaviorismo - John Watson (1878-1958).** 2013. Disponível em: <<http://caminhodapsicologia.webnode.com.pt/behaviorismo-watson>>. Acesso em 15 jul. 2014.

MARTINS, R. **A meritocracia e o Ilusionismo.** Carta Capital. publicado em 02 de mai. 2011. Entrevista ao Prof. Dr. Luis Carlos de Freitas. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-meritocracia-e-o-ilusionismo/>>. Acesso em 14 fev. 2015.

MORAES, R. **Neoliberalismo:** de onde vem pra onde vai? São Paulo:SENAC, 2001. Disponível em:

<[https://reginaldomoraes.files.wordpress.com/2012/01/livro\\_neoliberalismo.pdf](https://reginaldomoraes.files.wordpress.com/2012/01/livro_neoliberalismo.pdf)> Acesso em 16 fev. 2015.

MÜLLER, I. A. Depoimento 3 [fevereiro, 2016]. Entrevistador: Silvio Benitez. Foz do Iguaçu: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2016. 1 arquivo. mp3. Pesquisa: **Histórico das políticas públicas da educação implementadas nas escolas municipais de Foz do Iguaçu a partir de 1986**. Parecer Consubstanciado nº 1.255.337 do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Unioeste.

NASCIMENTO, W. C. **As relações de poder no contexto político-econômico de Foz do Iguaçu - PR**. Dissertação Mestrado em Geografia - Universidade do Oeste do Paraná UEM–Maringá, 2010. 232 f.

O IGUASSU. **Relatório do Presidente da Comissão Especial do IDEB na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu**. Edição 64. 29 mai. a 13 de jun. 2013. Ano IV, Foz do Iguaçu: Editora G do Iguaçu, 2013.

PARANÁ. Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (2010). Resultado de Eleições Municipais TRE/PR. Disponível em: <<http://www.trepr.jus.br/internet2/tre/estatico/eleicoes/anteriores/resultados/20081005A75639.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2014.

PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. 2013. **Denúncia Crime: DEN 1335940 PR Denúncia Crime (CAM) - 0 133594-0**. Disponível em: <<http://tj-pr.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/4853333/denuncia-crime-den-1335940/inteiro-teor-11409133>> Acesso em 16 maio 2015.

PARO, D. Educação. Escola de Foz tira a melhor nota do Ideb do País. **Gazeta do Povo**. Publicado em 15 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/conteudo.phtml?id=1286676>> acesso em 10 fev. 2015.

SBARDELOTTO, D. K. **História da Criação do Colégio Estadual Bartolomeu Mitre, o primeiro grupo escolar do oeste do Paraná**: contexto histórico 1889 a 1930. UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná –trabalho apresentado para Especialização em História da Educação Brasileira. Pedagogia. Cascavel-Paraná. Out. 2007.

SILVA, A.I. Depoimento 4 [fevereiro, 2016]. Entrevistador: Silvio Benitez. Foz do Iguaçu: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2016. 1 arquivo. mp3. Pesquisa: **Histórico das políticas públicas da educação implementadas nas escolas municipais de Foz do Iguaçu a partir de 1986**. Parecer Consubstanciado nº 1.255.337 do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Unioeste.

SIGNIFICADOS. **Significado de Meritocracia**. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/meritocracia/>>. Acesso em 12 mar. 2016.



SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *In: Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n.16 jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em 15 fev. 2015.

SOUZA, S. Z. L.; OLIVEIRA, R. P. Política de Avaliação da Educação e Quase mercado no Brasil. **Educação & Sociedade**. vol.. 24, n. 84, p. 873-895. Campinas, setembro 2003. Disponível em: <[www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br)>. Acesso em 24 jun. 2016.

TAMBARA, E. História e História da Educação. **Debate teórico-metodológico da História da Educação. Educação & Sociedade**. vol. 21 nº 73 Dec. 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302000000400017](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302000000400017)>. Acesso em 21 nov. 2015.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos**: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Brasília, DF: UNICEF, 1991.

VERGUTZ, P. R. **Um pouco da história da Assoeste**. Monografia de Especialização em História da Educação Brasileira. Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste-campus de Cascavel. 2006. Disponível em: <[http://www.unioeste.br/projetos/histedopr/monografias/turmas1\\_e\\_2/Monografia\\_Paulo.pdf](http://www.unioeste.br/projetos/histedopr/monografias/turmas1_e_2/Monografia_Paulo.pdf)>. Acesso em 06 mar. 2016.

YOKOO, E. N. **Terra de negócio** – estudo da colonização no Oeste paranaense. 2002. 176f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR: UEM, 2002.

## ANEXO I - ROTEIRO DE ENTREVISTA

### ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Objetivando levantar o histórico das políticas públicas da Educação em Foz do Iguaçu no período da “redemocratização” do país, foram realizadas entrevistas com a devidas secretárias da educação da época de 1986 a 2012 bem como a presidente do Sindicato dos Servidores Municipais de Foz do Iguaçu, SISMUFI, as perguntas realizadas foram semi estruturadas conforme o roteiro que segue:

- 1-) Apresentação pessoal da entrevistada.
- 2-) Torna-la ciente que trata-se de uma pesquisa científica com objetivo de levantar dados para a construção do histórico da educação básica de Foz do Iguaçu a partir da “redemocratização” e que a entrevistada, por ter feito parte da história da educação do município de Foz do Iguaçu torna-se imprescindível para o objetivo final da pesquisa.
- 3-) qual foi o critério da escolha do seu nome para o posto de Secretária Municipal da Educação?
- 4-) Quais foram os maiores problemas e desafios da época?
- 5-) Como era a política municipal e nacional da época?
- 6-) Quais projetos, na área da educação, foram implantadas nesse período?
- 7-) Qual era a proposta pedagógica da época?
- 8-) Como era realizado os treinamentos dos servidores ou a formação continuada?
- 9-) Houve descontinuidade da formação continuada dos trabalhadores em relação a política do governo anterior?
- 10-) Havia participação dos professores e comunidade escolar nas tomadas de decisão sobre os projetos a serem implantados?
- 11-) Como era o relacionamento dos professores com o prefeito no que tange a reposição salarial?
- 12-) Como era o plano de carreira, houve avanços ou retrocesso?
- 13-) As políticas públicas implementadas foram benéficas para a comunidade escolar?

14-) Algo mais a entrevistada gostaria de acrescentar?

**Roteiro de Perguntas para a Profª Nídia Benitez do SISMUFI**

1-) Apresentação pessoal da entrevistada.

2-) Em que período você foi dirigente do SISMUFI?

3-) Como era a relação do sindicato com a prefeitura nos governos, Dobrandino, Álvaro Neumann, Dobrandino novamente, Harry Daijó, Sâmis e Paulo Mac Donald?

4-) Quais foram os avanços, dificuldades e problemas em cada um desses governos?

5-) O sindicato promovia formação dos trabalhadores?

6-) Quais eram as principais pautas em cada período ?

7-) Houve greve, quantas e quando?

8-) Você tem conhecimento de uma aposta entre o então prefeito Paulo Mac Donald e o ministro da Educação da época Fernando Haddad, aposta esta feita pelo aumento do índice do Ideb, de 20 milhões de reais para a Educação, em que o prefeito Paulo ganhou, e se esse dinheiro realmente veio para a Educação?

9-) O que vc acha do pagamento de R\$ 100,00 reais de abono a servidores para não pegar atestado, e qual foi o posicionamento do SISMUFI na época?

10-) Qual foi o posicionamento do SISMUFI sobre o pagamento de 14º e 15º salário?

11-) Na sua opinião o Ideb é um bom indicador de qualidade?

12-) O Ideb de Foz do Iguaçu foi construído ou ele foi espontâneo.

13-) Soube de casos de professores que foram pressionados a aprovarem alunos em razão de Ideb?

14-) Como era o reforço, todas as disciplinas ou somente o Português e a Matemática e em ano que não tinha avaliação do Ideb esse reforço era dado com a mesma ênfase do que em ano de Ideb?

15-) tem conhecimento de uma tabela que a Joane distribuiu para as diretoras sobre percentual máximo de reprovação?

16-) vc acredita que a situação sócio econômica do aluno interfere na educação?

17-) É possível o índice do Ideb sair de 4,2 para 7,3 em 5 anos?

18-) o que vc acha do enfoque gerencialista e empresarial da educação que estão impondo nas escolas?

19-) Você acredita que com o Ideb as professoras passaram a dar mais ênfase no ensino da língua portuguesa e da matemática do que em outras disciplinas?

20-) Você acha saudável as escolas competirem por melhores índices de Ideb?

21-) O SISMUFI era convidado para discutir sobre os projetos da educação a serem implantados pela SMED?

21-) tem mais algo a acrescentar?

## ANEXO II – PARECER CONSUBSTANCIADO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
OESTE DO PARANÁ



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Histórico das políticas públicas da educação implementadas nas escolas municipais de Foz do Iguaçu a partir de 1986

**Pesquisador:** SILVIO BENITEZ

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 46848215.3.0000.0107

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 1.255.337

#### Apresentação do Projeto:

A presente pesquisa tem como objetivo fazer um histórico das políticas públicas implementadas nas escolas municipais de Foz do Iguaçu a partir de 1986

#### Objetivo da Pesquisa:

Registrar os fatos históricos referente as políticas públicas da educação implementadas nas escolas municipais de Foz do Iguaçu a partir de 1986,

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Presentes e em conformidade com a Resolução 466/12

#### Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Demonstra ter pertinência para os envolvidos e para a área

#### Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Presentes e, apesar de em alguns aspectos estarem sucintos, apesar da solicitação anterior para que fossem melhor elaborados, podem ser considerados satisfatórios.

#### Recomendações:

Sem novas recomendações

**Endereço:** UNIVERSITARIA  
**Bairro:** UNIVERSITARIO  
**UF:** PR **Município:** CASCAVEL  
**Telefone:** (45)3220-3272

**CEP:** 85.819-110

**E-mail:** cep.prppg@unioeste.br

**ANEXO III – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO PROF<sup>a</sup>  
ALENIR INÁCIO DA SILVA**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE**

Título do Projeto: Histórico das políticas públicas implementadas nas escolas municipais de Foz do Iguaçu no período de 1986 a 2004.

Pesquisador responsável com telefones de contato: Silvio Benitez – (45) 9910-3323 – e-mail: [silviobenitez33@yahoo.com.br](mailto:silviobenitez33@yahoo.com.br)

Convidamos a Professora Alenir Inácio da Silva para participar de nossa pesquisa que tem o objetivo de: **fazer um levantamento histórico sobre as políticas públicas implementadas nas escolas municipais de Foz do Iguaçu no período em que a mesma exerceu o cargo de Secretária Municipal da Educação, a pesquisa será em forma de entrevista.**

O projeto não oferece risco físico ao entrevistado. Para algum questionamento, dúvida ou relato de algum acontecimento os pesquisadores poderão ser contatados a qualquer momento. O benefício para a comunidade é que a entrevista tem como objetivo construir um histórico sobre a educação em Foz do Iguaçu, o qual será de grande utilidade ao banco de dados de pesquisas científicas sobre o assunto tratado. O presente TCLE será entregue em duas vias, sendo que uma ficará com o sujeito da pesquisa; a entrevistada não pagará nem receberá para participar do estudo; os dados serão utilizados só para fins científicos; a entrevistada poderá cancelar sua participação a qualquer momento; o telefone do comitê de ética é 3220-3272, caso necessite de maiores informações.

Declaro estar ciente do exposto e desejo participar da da pesquisa.

Nome do sujeito de pesquisa ou responsável:

Assinatura: 

Eu, Silvio Benitez, declaro que forneci todas as informações do projeto ao participante e/ou responsável.

Assinatura: 

Cascavel, 20 de abril de 2015.

**ANEXO IV – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO PROF<sup>a</sup>  
LEONILDA TOMIELLO GRISON**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE**

Título do Projeto: Histórico das políticas públicas implementadas nas escolas municipais de Foz do Iguaçu no período de 1986 a 2004.

Pesquisador responsável com telefones de contato: Silvio Benitez – (45) 9910-3323 – e-mail: [silviobenitez33@yahoo.com.br](mailto:silviobenitez33@yahoo.com.br)

Convidamos a Professora Leonilda Tomiello Grison para participar de nossa pesquisa que tem o objetivo de: **fazer um levantamento histórico sobre as políticas públicas implementadas nas escolas municipais de Foz do Iguaçu no período em que a mesma exerceu o cargo de Secretária Municipal da Educação, a pesquisa será em forma de entrevista.**

O projeto não oferece risco físico ao entrevistado. Para algum questionamento, dúvida ou relato de algum acontecimento os pesquisadores poderão ser contactados a qualquer momento. O benefício para a comunidade é que a entrevista tem como objetivo construir um histórico sobre a educação em Foz do Iguaçu, o qual será de grande utilidade ao banco de dados de pesquisas científicas sobre o assunto tratado. O presente TCLE será entregue em duas vias, sendo que uma ficará com o sujeito da pesquisa; a entrevistada não pagará nem receberá para participar do estudo; os dados serão utilizados só para fins científicos; a entrevistada poderá cancelar sua participação a qualquer momento; o telefone do comitê de ética é 3220-3272, caso necessite de maiores informações.

Declaro estar ciente do exposto e desejo participar da da pesquisa.

Nome do sujeito de pesquisa ou responsável:

Assinatura: 

Eu, Silvio Benitez, declaro que forneci todas as informações do projeto ao participante e/ou responsável.

Assinatura: 

Cascavel, 20 de abril de 2015.

## ANEXO V – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO PROF<sup>a</sup> IVONE MULLER

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título do Projeto: Histórico das políticas públicas implementadas nas escolas municipais de Foz do Iguaçu no período de 1986 a 2004.

Pesquisador responsável com telefones de contato: Silvio Benitez – (45) 9910-3323 – e-mail: [silviobenitez33@yahoo.com.br](mailto:silviobenitez33@yahoo.com.br)

Convidamos a Professora Ivone Aparecida Müller para participar de nossa pesquisa que tem o objetivo de: **fazer um levantamento histórico sobre as políticas públicas implementadas nas escolas municipais de Foz do Iguaçu no período em que a mesma exerceu o cargo de Secretária Municipal da Educação, a pesquisa será em forma de entrevista.**

O projeto não oferece risco físico ao entrevistado. Para algum questionamento, dúvida ou relato de algum acontecimento os pesquisadores poderão ser contatados a qualquer momento. O benefício para a comunidade é que a entrevista tem como objetivo construir um histórico sobre a educação em Foz do Iguaçu, o qual será de grande utilidade ao banco de dados de pesquisas científicas sobre o assunto tratado. O presente TCLE será entregue em duas vias, sendo que uma ficará com o sujeito da pesquisa; a entrevistada não pagará nem receberá para participar do estudo; os dados serão utilizados só para fins científicos; a entrevistada poderá cancelar sua participação a qualquer momento; o telefone do comitê de ética é 3220-3272, caso necessite de maiores informações.

Declaro estar ciente do exposto e desejo participar da da pesquisa.

Nome do sujeito de pesquisa ou responsável:

Assinatura:  .....

Eu, Silvio Benitez, declaro que forneci todas as informações do projeto ao participante e/ou responsável.

Assinatura:  .....

Cascavel, 20 de abril de 2015.



## ANEXO VI – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO PROF<sup>a</sup> NÍDIA BENITEZ

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título do Projeto: Histórico das políticas públicas implementadas nas escolas municipais de Foz do Iguaçu no período de 1986 a 2004.

Pesquisador responsável com telefones de contato: Silvio Benitez – (45) 9910-3323 – e-mail: [silviobenitez33@yahoo.com.br](mailto:silviobenitez33@yahoo.com.br)

Convidamos a Professora Nídia Benitez para participar de nossa pesquisa que tem o objetivo de: **fazer um levantamento histórico sobre as políticas públicas implementadas nas escolas municipais de Foz do Iguaçu no período de 1986 a 2011, a pesquisa será em forma de entrevista.**

O projeto não oferece risco físico ao entrevistado. Para algum questionamento, dúvida ou relato de algum acontecimento os pesquisadores poderão ser contatados a qualquer momento. O benefício para a comunidade é que a entrevista tem como objetivo construir um histórico sobre a educação em Foz do Iguaçu, o qual será de grande utilidade ao banco de dados de pesquisas científicas sobre o assunto tratado. O presente TCLE será entregue em duas vias, sendo que uma ficará com o sujeito da pesquisa; a entrevistada não pagará nem receberá para participar do estudo; os dados serão utilizados só para fins científicos; a entrevistada poderá cancelar sua participação a qualquer momento; o telefone do comitê de ética é 3220-3272, caso necessite de maiores informações.

Declaro estar ciente do exposto e desejo participar da da pesquisa.

Nome do sujeito de pesquisa ou responsável:

Assinatura: ..... 

Eu, Silvio Benitez, declaro que forneci todas as informações do projeto ao participante e/ou responsável.

Assinatura: ..... 

Cascavel, 20 de abril de 2015.

## ANEXO VII – SOLICITAÇÃO AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA COM SERES HUANOS ENVIADO À COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PPESQUISA - CONEP



MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP  
**FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS**

1. Projeto de Pesquisa: Histórico das políticas públicas da educação implementadas nas escolas municipais de Foz do Iguaçu a partir de 1986		2. Número de Participantes da Pesquisa: 4	
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 7. Ciências Humanas			
<b>PESQUISADOR RESPONSÁVEL</b>			
5. Nome: SILVIO BENITEZ			
6. CPF: 598.676.129-49	7. Endereço (Rua, n.º): JOAO PAULO II 1/690 LOTEAMENTO JOAO PAULO II APTO 104 FOZ DO IGUAÇU PARANA 85856110		
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: (45) 9910-3323	10. Outro Telefone:	11. Email: silviobenez33@yahoo.com.br
12. Cargo:			
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p> <p style="text-align: center;">Data: <u>18, 04, 2015</u> <span style="float: right;"> Assinatura</span></p>			
<b>INSTITUIÇÃO PROPONENTE</b>			
13. Nome: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA		14. CNPJ: 78.680.337/0004-27	15. Unidade/Orgão:
16. Telefone: (45) 3220-3097	17. Outro Telefone:		
<p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.</p> <p>Responsável: <u>FERNANDO JOSÉ MARTINS</u> CPF: <u>1017097299-31</u></p> <p>Cargo/Função: <u>Director de Centro</u></p> <p style="text-align: center;">Data: <u>18, 04, 2015</u> <span style="float: right;"> Assinatura</span></p>			
<b>PATROCINADOR PRINCIPAL</b>			
Não se aplica.		<b>FERNANDO JOSÉ MARTINS</b> Diretor do Centro de Educação Letras e Saúde Portaria 0014/2012-GRE de 02/01/2012	

## ANEXO VIII – PARECER DA COMISSÃO DE ÉTICA DA UNIOESTE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
OESTE DO PARANÁ



Continuação do Parecer: 1.255.337

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Sem novas pendências

**Considerações Finais a critério do CEP:**

As solicitações feitas foram atendidas pelo pesquisador.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_501961.pdf	14/08/2015 11:30:39		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO DE ENTREVISTA.docx	14/08/2015 11:28:49		Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_501961.pdf	15/06/2015 11:20:47		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termos de consentimento, declaração e folha de rosto.pdf	15/06/2015 11:07:45		Aceito
Folha de Rosto	folha de rosto.pdf	15/06/2015 11:06:37		Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

CASCADEL, 02 de Outubro de 2015

Assinado por:

João Fernando Christoletti  
(Coordenador)

Endereço: UNIVERSITARIA  
Bairro: UNIVERSITARIO  
UF: PR Município: CASCADEL  
Telefone: (45)3220-3272

CEP: 85.819-110

E-mail: cep.prppg@unioeste.br

**ANEXO IX – DECLARAÇÃO DO PESQUISADOR****DECLARAÇÃO**

**Título do projeto: Histórico das políticas públicas em Educação implementadas nas escolas municipais de Foz do Iguaçu no período de 1986 a 2004**


**Pesquisador (es): Silvio Benitez**

**Tipo de Pesquisa:**

- Iniciação científica                       Dissertação/Mestrado  
 TCC/Graduação                               Tese/Doutorado  
 TCC/Especialização                       Projeto Institucional

O pesquisador do projeto acima identificado declara que a coleta de dados não foi iniciada e somente iniciará após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Cascavel, 20 de abril de 2015.

  
\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do pesquisador responsável

\_\_\_\_\_  
Nome(s) e assinatura(s) do(s) pesquisador(es) colaboradores